

Veículo: Mídia Bahia	Online
Data: 05/07/2020	Caderno: Notícias



PRF apreende 36 mil litros de cerveja por sonegação fiscal na divisa entre BA e MG

14 horas atrás



Um caminhão de cerveja foi apreendido pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) na tarde do último sábado (4), não município de Encruzilhada, a cerca de 630 Km de Salvador. O veículo transportava cerca de 36 mil litros da bebida sem documentação fiscal.

Segundo a PRF, o caminhão tinha placas de Uberlândia (MG) e nos documentos constavam divergências nos dados declarados, o que configura crime fiscal e tributário. Os 36.036 litros de cerveja estavam acondicionados em 102.960 latas de 350 ml.

O motorista do veículo foi apresentado a fiscalização da **Secretaria da Fazenda em Vitória da Conquista** para os devidos procedimentos legais, podendo responder pelo Crime de Sonegação Fiscal, caso não recolha os tributos e as multas referente a operação realizada.

Bnews

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Mais Futuro

03/07/2020 16:50

Governo do Estado libera mais R\$ 4,5 milhões para pagamento do Mais Futuro

O Governo do Estado já liberou o pagamento do auxílio permanência aos 11.812 mil estudantes das universidades públicas estaduais baianas (Uneb, Uesf, Uesb e Uesc) beneficiados pelo programa Mais Futuro. O investimento, que já está na conta dos universitários, é de R\$ 4.563.900 milhões. Com os valores correspondentes aos meses de março, abril, maio e junho, o repasse total aos estudantes chegou a R\$ 19.162.800 milhões, neste período de pandemia.

O secretário da Educação do Estado, Jerônimo Rodrigues, destacou a importância da manutenção da bolsa. "O Mais Futuro é um bem-sucedido auxílio de permanência universitária, que vem contribuindo para dar um maior conforto aos nossos estudantes, neste momento de pandemia. Estes esforços mostram que nos preocupamos de forma ampla com nossos estudantes, não apenas com a aprendizagem pedagógica, mas também com a garantia da sua saúde e segurança familiar", afirmou.

O programa oferece uma bolsa de R\$ 300 para quem estuda a até 100 quilômetros de onde mora e de R\$ 600 para os que vivem a uma distância maior, pois para estes há a necessidade de moradia temporária na cidade onde estudam. O coordenador executivo de Programas e Projetos Estratégicos da Secretaria da Educação, Marcius Gomes, explicou que os recursos são de livre uso dos estudantes. "O Mais Futuro é um benefício que cumpre um papel fundamental para os universitários, neste momento de pandemia. Muitos estão usando os recursos para continuar pagando o aluguel de onde moram durante as aulas ou até mesmo contribuindo com suas famílias nas despesas domésticas, a exemplo da aquisição de alimentos", disse.

Sobre o programa

Criado em 2017, pelo Governo do Estado, o Mais Futuro é um programa de assistência estudantil para garantir a permanência dos estudantes das universidades públicas estaduais baianas (Uneb, Uefs, Uesb e Uesc) que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica. No terço final da graduação, os beneficiários terão a opção e prioridade para ingressar em vagas de estágio de nível superior, ofertadas por órgãos e secretarias do Governo do Estado. Os estudantes que já estão na fase final do curso e atendem os critérios também podem ingressar no programa já na fase do estágio.

Fonte: Ascom/Secretaria da Educação do Estado

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia
Secom - Secretaria de Comunicação Social
3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB
CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia
Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil](#).
[Versão mobile](#)

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 06/07/2020	Página: A2

Mão na cabeça

Com a crise na economia, o setor de combustíveis segue preocupado com o futuro incerto. Desde os valores da gasolina e etanol instáveis, indefinições na Petrobras e consumo em baixa por conta da concorrência, distribuidoras têm se blindado ao máximo para garantir a imagem boa no mercado e o fluxo num processo volta e meia questionável. Já chega ao Carrasco a informação de que tem até dono de distribuidora guardando documentos e apagando o Google para que não haja vestígio de uma tal de CPI. Estão se apegando à tradição evangelista para que o passado não estrague ainda mais o presente.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 05/07/2020	Página: A2

Colheita de algodão zela pela qualidade

Começou a colheita de algodão no Oeste baiano, um dos maiores produtores do país, garantindo 60% da pluma do mercado interno e o restante vendido para países asiáticos: China, Bangladesh, Turquia e Vietnã.

Mas de nada adiantaria a quantidade do algodão baiano, estimada em 590 mil toneladas, se os produtores não cuidassem da qualidade da fibra, devido à exigência cada vez maior dos compradores.

Esta é a importância do trabalho desenvolvido no Centro de Análise de Fibras da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), ao preparar a análise de 3 milhões de amostras em uma só safra da planta, repetindo o feito do ano passado.

Há um mês, o laboratório, sediado no município de Luís Eduardo Magalhães, vem analisando amostras por meio de equipamentos confiáveis de avaliação do produto, antes da comercialização.

Entre os itens em verificação, estão o comprimento, a resistência, a uniformidade e a destinação da fibra para unidades têxteis, conhecida por fiabilidade, parâmetro decisivo na formação do preço final.

– A partir de agora, com a ampliação da colheita em campo, o ritmo de operação do laboratório torna-se intenso –, afirma o gerente de laboratório Sérgio Brentano.

VERIFICAÇÃO – São 106 profissionais revezando-se três turnos, em tempo integral, a fim de garantir os resultados das análises para verificar, cientificamente, a qualidade da fibra para os compradores.

A partir do momento em que os produtores começam a colheita e beneficiam o algodão, separando a pluma do caroço, uma amostra com o lote rastreado é encaminhada para análise no laboratório.

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 05/07/2020	Página: A5

BNDES libera R\$ 5 bilhões para capital de giro empresarial

AKEMI NITAHARA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) alcançou na linha de empréstimo para capital de giro o total de R\$ 5 bilhões para micro, pequenas e médias empresas. O valor estava previsto no plano inicial de enfrentamento ao novo coronavírus, apresentado pelo banco de fomento em março, no início da pandemia de Covid-19.

Segundo o BNDES, já foram aprovadas 16.318 operações com 15.094 empresas, que empregam 372.800 pessoas, com valor médio de R\$ 318 mil por operação. Como a pandemia ainda não acabou, o programa vai ser ampliado até o fim do ano. "Devido ao sucesso da iniciativa, o Banco vai disponibilizar mais R\$ 5 bilhões para novos empréstimos pela linha, que terá sua vigência ampliada de 30 de setembro para 31 de dezembro de 2020", disse o banco

Veículo: A Tarde	Caderno: Política
Data: 05/07/2020	Página: A8

Na ponga do mau exemplo

Um cruzamento de dados do TCE com a CGU mostrou que 7.152 servidores (ativos e inativos) e pensionistas da administração estadual estão inscritos como beneficiários do auxílio emergencial do governo. No total, levaram R\$ 4.676.400 de uma única cota do auxílio mensal, mas pode chegar a R\$ 14 mil, se houver o pagamento das duas cotas restantes.

A pandemia escancara essa face maldita da sociedade: temos ladrão para tudo.

Crivella anuncia controle de gastos de até R\$ 700 milhões no Rio

AGÊNCIA BRASIL

O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, anunciou o contingenciamento de até R\$ 700 milhões das despesas do governo municipal devido à queda de arrecadação durante a pandemia do novo coronavírus. Segundo Crivella, os cortes não atingirão a área da saúde.

“O contingenciamento deve chegar a R\$ 700 milhões. É uma luta grande, mas vamos ter que contingenciar. Vai ser aonde? Custeio. Está incluída a Saúde? Não. E a RioSaúde, também não. Mas o custeio está. Não da Saúde. Os demais órgãos vão ter que se adaptar”, disse o prefeito em coletiva à imprensa. Estão incluídas nas despesas de custeio, por exemplo, gastos com manutenção de equipamentos, com água, energia, telefone, entre outros.

O objetivo do contingenciamento, segundo explicou o prefeito, é garantir os

pagamentos necessários ao cuidado da saúde da população, especialmente no período de pandemia do novo coronavírus. Todas as secretarias e órgãos serão atingidos, exceto a Secretaria Municipal de Saúde e a Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro (RioSaúde). De acordo com a prefeitura, a queda na arrecadação esperada é de mais de R\$ 2 milhões este ano devido à crise provocada pela pandemia.

Falta de repasses

A prefeitura afirma ainda

“Estado não está repassando a quarta parte do ICMS e o ISS, e isso não pode”

MARCELO CRIVELLA, prefeito do Rio

que o estado do Rio não está repassando as cotas devidas ao município do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação (ICMS) nem do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). A falta desses repasses constitucionais, segundo a prefeitura, também impacta a situação financeira do município.

De acordo com a prefeitura, a perda média de receita do município com a falta de repasse do ICMS, só neste ano, ultrapassa R\$ 80 milhões; em relação ao ISS, são mais de R\$ 50 milhões retidos pelo estado.

Por conta disso, a Procuradoria Geral do Município (PGM) impetrou um mandado de segurança com pedido de liminar na 11ª Vara de Fazenda Pública contra o secretário estadual de Fazenda do Rio de Janeiro, Guilherme Mercês, por irregularidades no repasse do ICMS.

FRAUDE TCE e CGU identificaram pagamento irregular do benefício a 7152 funcionários públicos

AUXÍLIO EMERGENCIAL É PAGO IRREGULARMENTE A SERVIDORES

RAUL AGUIAR

Um cruzamento da base de dados dos beneficiários do auxílio emergencial com a dos servidores do estado da Bahia identificou que 7.152 pessoas, entre funcionários públicos em atividade, aposentados e pensionistas, receberam, de forma irregular, o benefício emergencial do governo federal.

Aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República, o auxílio emergencial de R\$ 600 visa garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19. Ação realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU), utilizou os dados de pagamentos realizados pelo governo do estado no mês de maio.

O TCE e a CGU aguardam agora o envio das folhas de pagamento do Judiciário, Legislativo, do Ministério Público e da Defensoria Pública, para realização da inspeção nos poderes. O TCE realizou o procedimento em sua base de dados e não encontrou irregularidades.

Vedado aos servidores públicos e indivíduos ligados ao estado, o auxílio emergencial foi pago em duas modalidades. Na primeira, de forma compulsória, 5.499 servidores e pensionistas receberam o benefício de R\$ 600 ou R\$ 1.200 por possuírem o Cadastro Único ou por serem beneficiários do programa Bolsa Família. Na segunda modalidade, 1.653 pessoas ligadas ao estado entraram no aplicativo disponibilizado pela Caixa Econômica Federal ou no site do banco público e se cadastraram, omitindo a informação de que são servidores públicos.

LEVANTAMENTO NOS 417 MUNICÍPIOS

CGU vai investigar se houve pagamento indevido do auxílio emergencial nos 417 municípios baianos. O órgão da União firmou parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) para realizar o cruzamento de dados utilizando a base dos servidores municipais

"Em ambos os casos, o recebimento é indevido. A lei que criou o auxílio prevê que servidores públicos não têm direito ao benefício. Esse valor foi disponibilizado para pessoas que, por conta do isolamento social, ficaram sem fonte de renda para se manter", explicou o superintendente da CGU da Bahia, Ronaldo Machado.

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o conselheiro Gildásio Penedo Filho, avalia que o caso dos servidores que realizaram o cadastro via aplicativo ou site da Caixa poderá configurar crime de estelionato. "Caso informassem que trabalham para o estado, essas pessoas teriam o cadastro recusado automaticamente, já que existe uma vedação do benefício aos servidores públicos e um bloqueio no sistema da Caixa ao cadastramento deles", explicou Penedo.

Ele lembrou que, para passar por esse filtro, o servidor sonegou essa informação. "Esse servidor poderá responder a um processo administrativo e até penal, pelo crime de estelionato", explicou o conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado. A CGU enviou

ao ministério da Cidadania (MC), órgão responsável pelo auxílio emergencial, a relação dos pagamentos indevidos, solicitando sua imediata suspensão. O TCE enviou ao MC a base de dados dos servidores públicos do estado da Bahia, para evitar novas irregularidades.

Notificações

Nos próximos dias, o Tribunal de Contas do Estado vai notificar todas as secretarias onde foram detectadas as irregularidades para que solicitem aos servidores a devolução do valor referente ao auxílio federal. Segundo apurou o A TARDE, há servidores das secretarias de Educação, Saúde e Segurança Pública entre os que receberam o recurso público indevidamente.

A Secretaria de Administração do Estado (Saeb) informou, em nota, que a Corregedoria Geral do Estado "já oficiou o TCE solicitando os achados, e, assim que recebê-los, vai adotar, juntamente com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), todas as medidas administrativas necessárias à apuração do recebimento do auxílio emergencial por servidores estaduais".

O servidor público que recebeu indevidamente o recurso público, de forma compulsória ou que se cadastrou via Caixa Econômica, poderá devolver o dinheiro sem sofrer penalidades.

O Ministério da Cidadania criou uma página exclusiva para devolução do recurso, o link encontra-se no site do ministério. O servidor do estado que não devolver o valor do auxílio emergencial poderá responder administrativamente, com pena de advertência até demissão, e penalmente, pelo crime de falsidade ideológica e estelionato.

O TCE e a CGU não obtiveram informações sobre o número de servidores, identificados na relação dos pagamentos indevidos, que já efetuaram a devolução do recurso público. O superintendente da CGU na Bahia lamenta que servidores públicos tenham se aproveitado do benefício. "O recurso é escasso, limitado e acaba que quando essas pessoas recebem, privam outras que teriam direito de estar recebendo", afirmou.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM WWW.ATARDE.COM.BR

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 06/07/2020	Página:

Correio*

SESAB RECOMENDA IMPLANTAÇÃO DE UTI NO HOSPITAL SALVADOR

RECUSA DA UFBA Segundo parecer da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) não há incompatibilidade técnica para o funcionamento da Maternidade Climério de Oliveira - atualmente instalada em um dos andares do Hospital Salvador - e a implantação, em outros andares, de vinte leitos de Terapia Intensiva para covid-19 pela prefeitura de Salvador. O parecer foi encaminhado à Justiça, após o reitor da Universidade Federal da Bahia (Ufba), João Carlos Salles, solicitar uma liminar para proibir que pacientes diagnosticados com coronavírus sejam encaminhados pela gestão municipal à unidade. O secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas classificou a atitude do reitor de “equivocada”.

Correio***24h****ECONOMIA**

Flexibilização faz comércio reduzir prejuízo em R\$ 9 bi

PESQUISA DA CNC A pressão no setor econômico segue grande para os governantes estaduais e municipais adotarem medidas mais frouxas para o comércio durante a pandemia. Desde junho, diversas regiões do país passaram a flexibilizar a quarentena, o que impactou em uma queda nos prejuízos que o setor acumulava. Uma pesquisa da CNC, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, revelou que, com o início do relaxamento de medidas, o país reduziu em pelo menos R\$ 9,14 bilhões os prejuízos nas três primeiras semanas de junho.

Aqui na Bahia, a redução é de R\$ 384 milhões, se analisados os números entre os dias 1 e 19 do último mês, conforme a análise da Divisão Econômica da CNC. Isso se deve a ações como a reabertura de alguns segmentos, como concessionárias de veículos e lojas de arquitetura e decoração. Mas o valor, segundo os especia-

384MI

de reais é a parcela de prejuízo recuperada pelo Comércio na Bahia a partir do relaxamento de algumas medidas em junho

84%

é a ocupação de UTIs em Salvador, o que impede a reabertura do comércio

listas da entidade, ainda é considerado baixo em comparação a outros estados. São Paulo e Rio de Janeiro lideraram a queda nos prejuízos, com R\$ 3,07 bilhões e R\$ 637 milhões, respectivamente. Em seguida aparecem Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os números da Bahia estão abaixo dos de Ceará e Pernambuco, que conseguiram diminuir em mais de R\$ 400 milhões o rombo no comércio. Segundo a CNC, esse é

um resultado esperado, já que os outros estados estão com processos de reabertura mais avançados.

Recentemente, em coletiva, o prefeito ACM Neto disse que manterá as restrições na cidade, visando não colapsar o sistema de saúde, e disse não ter medo de pressões. "Só vamos abrir o comércio quando for possível. Atualmente o sistema de saúde está em 84% de ocupação, se eu abrir tudo e colapsar o culpado vais ser quem?", questionou.

Até o final desta primeira semana de julho, decreto municipal mantém o comércio fechado. A pesquisa da CNC relatou que, se a taxa de isolamento social se mantivesse mais alta, como nos dois primeiros meses de pandemia, o varejo teria sofrido com perdas na ordem de R\$ 42,83 bilhões, nos 19 primeiros dias de junho. Com a flexibilização da quarentena, contudo, esse montante recuou para R\$ 33,69 bilhões.

De acordo com o presidente da CNC, José Roberto Tadros, o prejuízo de março a junho acumulou R\$ 210,08 milhões, o que representa a média de valor mensal que o varejo faturava antes de qualquer existência da pandemia de covid-19.



Com a redução da circulação de veículos por conta da pandemia, as vendas de combustíveis desabaram

urbana chegaram a ter perda de até 75% nas vendas e os de estrada em torno de 40%.

A venda de gás natural, por exemplo, caiu expressivamente com a baixa demanda do serviço de motoristas de aplicativos, principais consumidores do combustível. O único segmento de clientes que continua mantendo os negócios é mesmo os rodoviários da soja, que escoam a produção pelo país.

Apesar da queda no faturamento, Fábio diz que não chegou a fazer demissões e preferiu aderir ao programa do governo federal. Somente os contratos de experiência não foram efetivados.

TRABALHADORES

O Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Combustíveis da Bahia (Sinposba) confirmou os dados repassados pelos patrões ao CORREIO: "Infelizmente, foi nessa proporção realmente, de 30% do quadro. Segundo a última pesquisa do Dieese, a Bahia tinha 23 mil trabalhadores. Incluindo não só frentistas, mas trocadores de óleo, funcionários de lojas de conveniência e da área administrativa", disse o presidente do órgão, Antônio Lago.

O sindicato culpou a demora do governo federal em lançar medidas de suporte ao setor: "Os postos estão com queda de movimento desde março. E só agora, em maio, o governo lançou linha de crédito e capital de giro a juros baixos. Isso afetou principalmente as empresas de médio porte, que não tinham uma gordura para segurar os funcionários".

Segundo Lago, as demissões ocorreram em maior número no interior baiano, sobretudo nas regiões nordeste e norte. Na Região Metropolitana de Salvador, onde os postos estão sob controle de grandes redes, houve forte adesão ao programa do governo federal, o que evitou maiores demissões. De acordo com o sindicato, 20% dos trabalhadores da RMS tiveram jornada reduzida ou contratos suspensos.

O Sinposba disse que as demissões afetaram principalmente os profissionais de lojas de conveniência. "Infelizmente, foram as mais afetadas, porque boa parte do movimento é de gente que trabalha em deslocamento e precisa fazer um lanche, ou uma pequena reunião", disse Lago. O Sinposba garantiu ainda que as demissões ocorreram respeitando os direitos trabalhistas. E que, em raros casos, houve necessidade de procurar a Justiça.

Postos demitem quase 7 mil na Bahia

Crise Funcionários das lojas de conveniência foram os mais afetados pelo corte de vagas

Hilza Cordeiro

REPORTAGEM
hilza.cordeiro@redabahia.com.br

Um levantamento feito pelos donos de postos de combustíveis da Bahia, em maio passado, apontou um drástico número de demissões no setor devido à pandemia de covid-19: quase 7 mil pessoas tiveram baixa na carteira de trabalho, segundo dados do Sindicombustíveis, entidade que representa os proprietários de postos.

Com a recomendação de isolamento social para contenção do coronavírus, menos carros estão nas ruas, o que terminou impactando na venda de gasolina, gás natural veicular (GNV), diesel e mesmo de produtos das lojas de conveniência.

Conforme dados obtidos pelo CORREIO junto ao sindicato, já em março — mês de início das medidas de restrição no estado — houve queda de 25% no comércio de combustíveis em relação ao mesmo mês do ano passado. Em abril, o baque foi ainda maior, com redução de 50%.

A melhora veio em maio por causa do início da safra da soja no Oeste da Bahia, mas ainda com uma queda de 30%. Os dados de junho tam-

bém indicam melhora no comparativo com abril, mas os números ainda não foram consolidados.

O presidente do Sindicombustíveis, Walter Tannus, diz que a falta de perspectiva sobre o fim da pandemia fez muitos donos de postos optarem pela demissão de funcionários, mesmo com a recomendação do sindicato para segurar os empregos, tendo em vista o programa federal que permitiu reduções salariais e suspensão temporária de contratos.

"O nosso segmento se viu no fundo do poço em abril, foi uma queda muito acentuada. Tivemos uma pequena melhora em maio, mas nada que nos traga alento próximo ao que vendíamos nos anos anteriores. Sentimos falta de uma definição do que vai acontecer, do que abre, o que não abre", diz o empresário.

Ainda segundo Tannus, junho é um mês historicamente bom para os postos do interior do estado por causa do São João. No entanto, com o cancelamento dos festejos, não houve o deslocamento tradicional. Ainda assim, os postos localizados em estradas continuam se manter melhores do que os situados nas cidades.

Em Salvador, os postos de bairros de classe alta como Pituba, Graça e Barra tiveram maior retração nas bombas de

abastecimento, já que muita gente conseguiu o direito de trabalhar em casa, dispensando a ida às empresas.

LOJAS DE CONVENIÊNCIA

Sem movimento nos postos, as demissões no setor atingiram principalmente aqueles que trabalhavam nas lojas de conveniência, fechadas por decreto assim como restaurantes e lanchonetes. Também houve corte de frentistas, mas em menor número. As demissões foram em todas as regiões do estado, mas com indicação maior no sul e extremo-sul.

"Essa perda de trabalho assalariado é horrível para um estado como a Bahia, que já é marcada por desemprego e informalidade alta. Não temos nenhuma perspectiva. Falta consistência dos governos para um plano de enfrentamento da doença e de retomada do crescimento. Sabemos, por exemplo, que a Austrália é um caso positivo. Deviam tentar entender a Austrália, o que deu certo", opina Walter Tannus.

Proprietário de 28 postos de combustíveis distribuídos entre a Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, Fábio Sobral conta que fechou todas as lojas de conveniência, que não conseguiram migrar para o delivery. Segundo ele, os seus 11 postos localizados em área

OS PREÇOS

R\$ 4,57

era o preço médio da gasolina nos postos da Bahia antes do início da pandemia do novo coronavírus

R\$ 4,07

era quando custava o litro de gasolina, em abril. Em maio, com a expansão da pandemia, o preço caiu para R\$ 3,81, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP)

R\$ 4,32

era o preço médio da gasolina, na Bahia, no último levantamento realizado pela ANP entre os dias 28 de junho a 4 de julho. É o terceiro maior do país, atrás apenas do Acre (R\$ 4,71) e Rio de Janeiro (R\$ 4,53). No mesmo período, Salvador estava com valor médio de R\$ 4,28

Casa própria: Caixa deve suspender prestações

DOIS MESES A Caixa Econômica Federal pretende ampliar por mais 60 dias a pausa do pagamento das prestações da casa própria, totalizando seis meses. Atualmente, o banco permite suspender as mensalidades por até quatro meses (120 dias). A medida foi anunciada em março por um prazo 60 dias e posteriormente ampliada, por causa dos efeitos da pandemia do novo coronavírus na economia. Segundo a Caixa, 2,4 milhões de famílias pediram a suspensão no pagamento das prestações, considerando contratos com recursos do FGTS e da poupança. No caso do FGTS, a medida abrange beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida, com renda acima de R\$ 1,8 mil. A linha de crédito

2,4
milhões de famílias pediram a suspensão dos pagamentos das parcelas da casa própria por conta da crise econômica

com recursos da poupança é para a classe média.

As famílias mais pobres, com renda abaixo de R\$ 1,8 mil, enquadradas na Faixa 1 do programa, estão tendo que pagar normalmente as prestações, que variam entre R\$ 80 e R\$ 270. Nessa faixa, as casas são praticamente doadas e os beneficiários pagam valores simbólicos, de acordo com a renda bruta. Mas em caso de inadimplência, eles enfrentam o risco de perder a moradia na Justiça.

Segundo a Caixa, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) é quem tem a prerrogativa de estender a pausa no pagamento para as famílias mais pobres. O Ministério informou, em nota, que acionou a pasta da Economia para adoção de medidas orçamentárias que viabilizem a suspensão e que está apoiando o projeto de lei 795 de 2020, que autoriza a

pausa temporária das prestações do financiamento para todos os mutuários, inclusive dos da faixa 1. O texto está previsto para ser votado pelo Congresso nos próximos dias.

O projeto de lei pode beneficiar a Caixa, que briga nos bastidores para suspender os repasses ao FGTS, referentes a financiamentos com parcelas suspensas a pedido dos mutuários. Segundo fontes do Conselho Curador do FGTS, o valor mensal considerando toda a carteira é de R\$ 3,2 bilhões. A decisão final será do Conselho.

Se aprovada, a Caixa ficaria apenas com o ônus da pausa no pagamento das prestações dos contratos com recursos da poupança. No caso da Faixa 1 do programa Minha Casa Minha Vida, caberia ao Tesouro cobrir os recursos.

Renda Brasil terá valor maior que Bolsa Família, diz Paulo Guedes

NOVO PROGRAMA SOCIAL O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta sexta-feira que o novo programa Renda Brasil terá valor mais alto que o pago a beneficiários do Bolsa Família. O benefício deve ser lançado para substituir o auxílio emergencial de R\$ 600. “Da mesma forma que o Bolsa Família foi uma junção de dois ou três programas sociais e aquilo foi focalizado para chegar nos mais pobres,

nós vamos fazer o mesmo movimento agora: juntar o Bolsa Família com dois ou três programas sociais também, mais focalizados, e vamos lançar o Renda Brasil, que deve ser um valor mais alto que o Bolsa Família”, disse o ministro, durante conversa com empresários, transmitida ao vivo. O valor médio pago no Bolsa Família gira em torno de R\$ 190 por domicílio. O governo quer aumentar esse valor e, ao

mesmo tempo, ampliar o número de assistidos por programas públicos. Para fazer essa reformulação, o plano é rever benefícios considerados pouco eficientes. Um dos alvos deve ser o abono salarial, que custa cerca de R\$ 20 bilhões por ano. A equipe econômica já tentou reduzir a abrangência do abono durante as discussões sobre a reforma da Previdência, mas a ideia não passou no Congresso.

Sob Bolsonaro, subsídios têm primeira alta desde Dilma

ESTADÃO CONTEÚDO

Um relatório do Ministério da Economia que aponta aumento nos subsídios em 2019 está parado nas gavetas do órgão desde meados de março, segundo apurou o 'Estadão/Broadcast'. Trata-se da 4.ª edição do Orçamento de Subsídios da União (OSU), que está pronta, mas ainda não foi divulgada.

O documento apontará que os subsídios subiram de 4,6% do PIB em 2018 para 4,8% do PIB no ano passado, mostrando que o governo Jair Bolsonaro registrou, em seu início, a primeira alta nesses incentivos desde 2015, ainda no governo Dilma Rousseff. A gestão da petista foi marcada por uma explosão nos subsídios, que saíram de 4,2% do PIB, em 2010, para 6,7% do PIB, no fim de 2015.

O Orçamento de Subsídios da União é uma publicação anual, iniciada em 2017 após a realização de um seminário com técnicos do governo e do Tribunal de Contas da União (TCU). A retomada do documento foi considerada uma vitória internamente diante da necessidade de jogar luz sobre o problema do crescimento dos subsídios, que colaborou para a deterioração das contas públicas sem dar a devida transparência a quem

foi beneficiado.

Em 2018, a segunda edição foi publicada em maio, e no ano passado, a terceira edição foi divulgada em abril. A publicação já foi alvo de elogios do TCU em documentos oficiais por dar transparência a esse tipo de incentivo.

Questionado sobre por que o documento com os dados de 2019 não foi publicado e se o motivo seria o aumento nos subsídios, o Ministério da Economia disse que o OSU "está em elaboração" e que "quando concluído será divulgado".

O Estadão/Broadcast então insistiu no início da tarde da última sexta-feira com a pasta, com a informação de que o documento está pronto desde meados de março, e questionou se o Ministério mantinha o posicionamento. Não houve resposta.

Segundo apurou a reportagem, a alta veio dos subsídios financeiros e creditícios, que apresentaram um aumento de 0,3 ponto percentual do PIB. Houve grandes variações nos subsídios do FAT (com crescimento de R\$ 30 bilhões) e outras menores nos empréstimos feitos pela União ao BNDES, devido à liquidação antecipada de saldos devedores. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Junho tem o maior volume de vendas do ano, diz Receita

ESTADÃO CONTEÚDO

A Receita Federal identificou que as vendas registradas por meio de notas fiscais eletrônicas em todo País reagiram em junho e atingiram o maior patamar do ano, com uma média diária de R\$ 23,9 bilhões. O crescimento chegou a 15,6% na comparação com maio e a 10,3% em relação ao mesmo mês do ano passado. Essas notas funcionam como um "termômetro" da atividade econômica porque registram negócios que ocorrem diariamente.

Depois do fundo do poço observado em abril devido ao impacto da pandemia do novo coronavírus, o secretário da Receita, José Tostes, avalia que os dados do registro diário das notas fiscais em todas as regiões sinalizam o início de uma recuperação importante, embora ainda "aquém" do que o País precisa.

O mais importante, segundo ele, foi a reversão da

tendência de queda brutal de abril. "É um retrato da economia real. O que está registrado aqui é o que foi vendido", ressalta.

O mapeamento diário das vendas para mensurar o impacto do coronavírus, ao qual o Estadão teve acesso, mostra também que nem todas as empresas foram impactadas negativamente. Um grupo de 200 mil empresas conseguiu manter o volume de vendas mesmo durante a pandemia. Entre os setores nesta condição estão construção civil, informação e comunicação, supermercados e farmácias, além da agroindústria e da indústria extrativa e de transformação.

A alta das compras públicas pelo governo federal, Estados e municípios para atender às necessidades das medidas de combate e tratamento da covid-19 - como construção de hospitais de campanha, compra de equipamentos e contratação de pessoal - também ajudou.

Risco para investir volta a nível de 2016

DOUGLAS GAVRAS,
O ESTADO DE S.PAULO

Desde a chegada da pandemia do novo coronavírus ao Brasil, o risco país disparou 178 pontos, indo de 210 para 388 pontos entre fevereiro e junho pelo índice EMBI+ (Emerging Markets Bond Index Plus), do JPMorgan. No mesmo período do ano passado, logo após a posse do presidente Jair Bolsonaro, o aumento foi de apenas quatro pontos. Esse indicador funciona como um termômetro do grau de confiança que o

investidor estrangeiro deposita em países emergentes e a estimativa da consultoria MacroSector é que o EMBI+ Brasil feche o ano com média de 350 pontos, ante 241 no ano passado. Caso isso se confirme, será o pior resultado desde o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016, quando o índice bateu em 384 pontos.

“A situação fiscal está dramática e o presidente da República só fala asneiras. O investidor estrangeiro acaba ficando com poucos

motivos para acreditar que o Brasil vai se sair bem da crise do novo coronavírus”, lembra o sócio-diretor da MacroSector, Fábio Silveira.

Não por acaso, a saída de estrangeiros da Bolsa brasileira, apesar de ter desacelerado no último mês, ainda assusta. No acumulado em 2020 até o fim de junho, os investidores estrangeiros já retiraram R\$ 76,504 bilhões do mercado acionário brasileiro. Em um mês, o Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, acumula alta de 3,87%, mas embalado

pelo investidor local, que deixou a renda fixa por conta dos juros em patamar historicamente baixo.

Quem tem dinheiro para investir, não vai aplicar na economia real, avalia o economista-chefe da Necton, André Perfeito. “Se a pessoa tem um negócio, não vai aplicar dinheiro agora, com tantas incertezas quanto ao tamanho e a duração da crise da covid-19. Ele acaba procurando na Bolsa empresas mais eficientes que se beneficiam neste momento, como as ligadas ao comércio virtual.”

Tribuna

Empresários estão pessimistas com a pandemia

LÍCIO FERREIRA
REPORTER

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC) que, em janeiro passado esbanjava otimismo de maneira moderada, acaba de levar um tombo histórico agora no mês de junho, ao registrar uma queda de 25,2%, sendo que, em maio, a variação havia sido de 28,9%. No atual registro da pesquisa da Fecomércio-Ba, o indicador atingiu o seu menor patamar da série histórica, iniciada em 2012, com 60,9 pontos e acabou escurecendo o horizonte dos negócios. A escala vai de 0 a 200 pontos, sendo abaixo de 100 pontos considerado um patamar de pessimismo e, acima dos 100 pontos, de otimismo.

Segundo avaliação do consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze, desde o início da crise em março, o ICEC já acumula perda de 51,2%. "O que chama a atenção é o alto grau de pessimismo em relação ao momento atual". A retração de 51,1% ocorreu entre maio e junho e atingiu 30,5 pontos. Desde março, a redução foi de 71,3%. Cerca de 94% dos empresários

consideraram que a situação da economia atual piorou em relação ao ano passado, e entre os 19% que responderam a pesquisa "as condições pioraram um pouco e 75% disseram que pioraram muito", esclareceu.

INTENÇÃO DE CONSUMO

Já a pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), sobre a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) registrou que ocorreu a terceira retração mensal consecutiva em junho de 2020 (-14,4%), renovando o recorde de queda mais intensa desde o início da realização da pesquisa, em janeiro de 2010. "O indicador chegou a 69,3 pontos, atingindo o menor patamar desde julho de 2016. No comparativo anual, o recuo foi ainda maior: -24,1%. O índice ficou abaixo do nível de satisfação (100 pontos) desde 2015", registra o levantamento.

CONFIANÇA EMPRESARIAL

Pesquisando o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) a CNC detectou que ele caiu a 66,7 pontos em junho, atingindo o menor nível desde o início

da realização da pesquisa, em março de 2011. "Os percentuais de retração do indicador também foram os maiores observados na série histórica: -28,6% em relação a maio (com ajuste sazonal) e -43,7% no comparativo com junho de 2019", acrescenta a nota. Ainda influenciada pelos impactos econômicos do novo coronavírus, a confiança dos comerciantes acumulou queda de 54 pontos nos dois últimos meses, levando ao recorde o pessimismo entre os tomadores de decisão do varejo.

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, destaca que, mesmo com a flexibilização gradual do isolamento social em algumas regiões do País, o ritmo de recuperação das vendas no varejo deverá ser lento. Em relação ao momento do comércio (42,7 pontos), as avaliações negativas representaram 81,2% das respostas dos empresários, contra 59,9% em maio e 51,2% em junho de 2019. explica o presidente Jose Roberto Tadros, ressaltando que as micro e pequenas empresas precisam ser estimuladas, pois são fundamentais para a economia.

REDUÇÃO DE QUADROS

Por sua vez, a economista da CNC responsável pela pesquisa, Izis Ferreira, destaca que a proporção recorde de 74,6% dos empresários do comércio teriam pretensão de diminuir o quadro de funcionários agora em junho passado, contra 56,8% em maio e 32,8% em junho do ano passado. "Como muitos estabelecimentos ainda estão fechados e os demais seguem registrando queda nas vendas, parte dos comerciantes deverá, inevitavelmente, enxugar o quadro de colaboradores para diminuir os custos operacionais".

De acordo com o economista Guilherme Dietze, da Fecomercio-Ba o que tem ajudado as vendas do setor é o auxílio emergencial que o governo vem distribuindo aos mais vulneráveis e, recentemente, a liberação dos recursos do FGTS. Ainda no indicador de confiança da Fecomércio-BA, o IEEC retraiu 19,7% ao passar de 107,4 pontos em maio para os atuais 86,2 pontos. Dietze finaliza: "Além de ser o menor nível da série histórica, é a primeira vez que este índice de expectativa fica na área pessimista".

Presidente do Republicanos na Bahia, o deputado federal Marcio Marinho defendeu a reabertura gradual do comércio em Salvador, em entrevista à **Tribuna**, e criticou a falta de um plano federal para enfrentar a pandemia de coronavírus. "Eu acho que está na hora. Acho que o governador e o próprio prefeito ACM Neto já reconhecem isso. De um certo modo, havia uma expectativa muito grande da reabertura do comércio no início de julho. E não aconteceu. Vários setores da sociedade ficaram muito chateados porque criaram uma expectativa de retorno e não aconteceu. O governador e o prefeito têm suas razões para não abrirem. Porém, já é o momento de reabrirmos gradativamente o comércio", afirmou o parlamentar. Marcio Marinho ainda falou sobre a possibilidade de um impeachment do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). "Processo de impeachment não é simples e fácil de fazer. É evidente que a oposição faz o seu papel dando entrada em vários pedidos e pontuando várias questões administrativas. Dizem o governo está mal, envolvido em isso, aquilo... É papel da oposição. Mas hoje na Câmara dos Deputados não vejo nenhum tipo de ambiente para um processo de impeachment para o presidente da República", pontuou. O deputado descartou integrar a chapa de Bruno Reis (DEM) como a candidato a vice-prefeito, mas ressaltou que seu partido tem nomes para indicar.

O DEPUTADO federal Marcio Marinho defendeu a reabertura gradual do comércio em Salvador



ENTREVISTA

MÁRCIO MARINHO

“Está na hora de uma reabertura gradual do comércio”, diz Marinho

GUILHERME REIS
EDITOR DE POLÍTICA
RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTE
PAULO ROBERTO SAMPAIO
DIRETOR DE REDAÇÃO

Tribuna – Qual a avaliação que o senhor faz da conjuntura atual do país, que enfrenta a pandemia de coronavírus e o desemprego alto?

Marcio Marinho – Como todos sabem, essa crise é uma crise sem precedentes no mundo todo. Nos pegou de surpresa. Eu sempre tenho falado que o início do combate foi desorganizado por parte dos governos. O Brasil é uma federação de estados subordinados ao governo federal, ao presidente da República. E naquele momento deveria ter um plano de ação mesmo sem clareza do impacto. (O governo federal) deveria assumir a responsabilidade e chamar os governos estaduais e os prefeitos para poder montar um plano de ação de combate à Covid-19. E, infelizmente, isso não aconteceu. Acho que, talvez, por conta de uma visão política daquele momento. Partidarização muito o combate, colocando a culpa no governo federal de que não tinha pulso para poder conduzir. Deveria o presidente da República, o Executivo federal, tomar uma decisão em relação ao termo de ação de combate à Covid-19, mas politizaram muito. E gerou todas essas questões. A gente pode perceber que na Bahia, em vários municípios, que não tiveram caso nenhum de óbito e nem confirmado de contaminação, no desespero, por não ter um norte, acabaram fechando tudo na cidade. Naquele momento, não haveria necessidade. Mas, enfim, isso aconteceu e os empresários, os comerciantes, acabaram fechando e isso impactou a economia da cidade, na região. Acabamos vendo que a coisa cresceu muito. Em vários lugares, há necessidade do fechamento do comércio e do isolamento social. Os dados mostram que o Brasil não vai crescer (na economia) este ano e o ano que vem também está prejudicado. E querendo ou não, haverá por parte do governo federal um plano de recuperação da economia do país. Muitas empresas já quebram, muitas estão quebrando e preciso um plano objetivo que possa fazer a recuperação da economia no país.

Tribuna – O governador Rui Costa e o prefeito ACM Neto estão unidos no enfrentamento ao coronavírus. Eles têm tomado medidas acertadas?

Marcio Marinho – Claro. A gente até parabeniza a

maturidade do prefeito ACM Neto e do nosso governador Rui Costa em relação ao combate ao coronavírus. Quando a gente se une, as coisas dão certo. Há uma passagem bíblica que fala na multidão de conselhos há entendimento. Ou seja, na multidão de conversas, de debates, há um consenso. E isso está acontecendo e o impacto é muito positivo para a sociedade. Mostra o zelo, o cuidado com a vida. É acertada essa relação positiva do ACM Neto com Rui Costa neste momento. Se não fosse isso, nós estaríamos piores se não houvesse essa maturidade, compreensão e compromisso com a vida das pessoas.

Tribuna – Já estamos no momento da prefeitura e do governo criarem um plano de retomada ou as medidas restritivas ainda precisam continuar?

Marcio Marinho – Eu acho que está na hora. Acho que o governador e o próprio prefeito ACM Neto já reconhecem isso. De um certo modo, havia uma expectativa muito grande da reabertura do comércio no início de julho. E não aconteceu. Vários setores da sociedade ficaram muito chateados porque criaram uma expectativa de retorno e não aconteceu. O governador e o prefeito têm suas razões para não abrirem. Porém, já é o momento de reabrirmos gradativamente o comércio. As principais capitais do estado do Brasil e várias cidades estão fazendo isso com toda cautela, com orientação da OMS, do distanciamento, do álcool gel. As mesas dos bares estão distantes. Os shoppings estão funcionando. Os lojistas estão tendo cuidados com as pessoas que adentram. Acho que está na hora de reabrirmos gradativamente o comércio na Bahia, até porque daqui a pouco nós não teremos mais comércio nenhum. Ninguém está aguentando mais ficar com as portas fechadas.

Tribuna – O que o senhor achou de alterar a data das eleições? A data escolhida pelo Congresso foi a ideal?

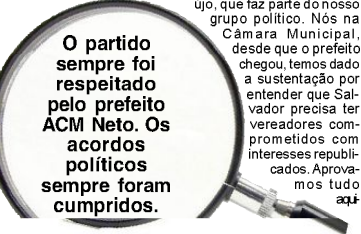
Marcio Marinho – Os vereadores e os prefeitos, de certo modo, pressionaram para que a gente mantivesse a eleição em 4 de outubro, o primeiro turno. Mas a gente tem que ter a sensibilidade de entender a nossa realidade no momento. Tanto é que, se nós fossemos ouvir os argumentos dos prefeitos, tem fundamento. Não temos nenhuma garantia de que novembro e dezembro nós teremos um quadro diferenciado sobre a Covid-19. Nós não sabemos. O fato é que pode estar igual ou pior. Ou poderá ter declinado. É uma incógnita, mas temos que ter uma sensibilidade de

reconhecer que o momento é difícil. A pandemia prejudicou muito o contato que o pré-candidato tem com o eleitor. Não tem como fazer aquelas reuniões para que o candidato seja mais conhecido. Apresente sua proposta. Nós vamos ter que fazer uma campanha nos 45 minutos do segundo tempo. Será pré-campanha e campanha para as pessoas. E aí a gente tem que ter sensibilidade de dar ouvido aos epidemiologistas, aos cientistas, ao próprio TSE, se não conseguir por conta da pandemia testar as urnas. Não dá para fazer um pleito eleitoral sem checar as urnas, porque pode ter um desdobramento no futuro. Acho que foi positiva a nossa atitude de mudar a data para 15 de novembro e o segundo turno para 29 de novembro, dando um espaçamento para poder ter uma queda do impacto da contaminação. E que a gente possa ter um ambiente melhor do que

reconhecer que o momento é difícil. A pandemia prejudicou muito o contato que o pré-candidato tem com o eleitor. Não tem como fazer aquelas reuniões para que o candidato seja mais conhecido. Apresente sua proposta. Nós vamos ter que fazer uma campanha nos 45 minutos do segundo tempo. Será pré-campanha e campanha para as pessoas. E aí a gente tem que ter sensibilidade de dar ouvido aos epidemiologistas, aos cientistas, ao próprio TSE, se não conseguir por conta da pandemia testar as urnas. Não dá para fazer um pleito eleitoral sem checar as urnas, porque pode ter um desdobramento no futuro. Acho que foi positiva a nossa atitude de mudar a data para 15 de novembro e o segundo turno para 29 de novembro, dando um espaçamento para poder ter uma queda do impacto da contaminação. E que a gente possa ter um ambiente melhor do que

Tribuna – Em relação a Salvador, como o Republicanos vai se posicionar? Vai pleitear a vice de Bruno Reis?

Marcio Marinho – O nosso partido é parceiro desde a primeira gestão do prefeito ACM Neto, em 2013. Temos os vereadores Luiz Carlos, Rogéria Santos, Ireuda Silva, Alberto Braga e, mesmo estando em outro partido, Isnard Araújo, que faz parte do nosso grupo político. Nós na Câmara Municipal, desde que o prefeito chegou, temos dado a sustentação por entender que Salvador precisa ter vereadores comprometidos com interesses republicanos. Aprovamos tudo aqui



hoje para fazer a campanha eleitoral.

Tribuna – Quais serão os principais impactos da pandemia sobre a campanha? Os candidatos terão que usar mais as redes sociais? Irão menos para as ruas?

Marcio Marinho – Eu acho que boa parte das pessoas já viram os impactos das redes sociais nas eleições de 2018. Com a questão da pandemia, se pegar vários pacotes como SKY, Net, vai ver que cresceu de forma absurda. As pessoas, por causa da pandemia, buscam outro tipo de informação, de contato. E isso fez com que a população brasileira passasse por uma mudança de comportamento muito grande. É evidente que os candidatos terão que usar esses espaços para falar com as pessoas, para se apresentar com as pessoas. A pré-campanha toda está sendo feita por redes sociais. Para se ter ideia, vários lançamentos de pré-campanhas de prefeitos do meu partido no estado da Bahia, nós estamos fazendo via remota. As reuniões de candidatos estamos fazendo via remota. Aqueles candidatos que não se atentarem para isso já entrarão na campanha perdendo ter-

lo que é importante para a nossa cidade. E de lá para cá, apoiamos essa gestão que tem sido aprovada várias vezes como a melhor do Brasil. A gente que mora em Salvador viu como ACM Neto pegou a cidade destruída. E o Republicanos tem fortalecido. E depois do partido do prefeito, o partido mais forte politicamente é o Republicanos. E nós temos vários nomes dentro do nosso partido que pode estar na composição do nosso prefeito Bruno Reis. Foi uma atitude acertada do prefeito na escolha do sucessor e agora a composição tem que passar por partido de base. E o Republicanos é que está discutindo de forma muito madura o vice.

Tribuna – Qual a meta do Republicanos para Salvador e o estado para as eleições municipais?

Marcio Marinho – Por conta da pandemia, prejudicou o planejamento que todo mundo vinha fazendo sobre o contato com as bases, os municípios, as principais lideranças. Tanto para concorrer a vereador quanto para prefeito. E nós mesmo assim estamos com a meta de, pelo menos, fazer no estado 10% dos municípios. Portanto, trabalhamos para fazer no mínimo 40 prefeitos. Nós temos no geral no partido 80 candidatos a prefeito no estado. E a meta é eleger 10%. E trabalhamos para fazer, pelo menos, o triplo de vereadores. Essa é a nossa meta que estamos trabalhando. Por isso é importante o adiamento da eleição para ter mais tempo para conversar.

Tribuna – Quem são os nomes do partido que têm condições de ocupar esse espaço?

Marcio Marinho – No meu caso, eu estou descartado dessa indicação, até porque sou vice-presidente nacional do partido e presidente estadual do partido. E a tarefa é muito grande de reestruturação do partido no estado, do fortalecimento no Brasil. Para nós, essa eleição de 2020 é muito importante porque é a base da eleição geral para deputado federal, estadual e senador.

Nós estamos investindo toda força, energia. Porém, nós temos no partido nomes como o vereador Luiz Carlos, que tem dois mandatos. Temos a vereadora Ireuda, que é uma mulher negra. Temos a filiação da Ivet Sacramento, que foi reitora da Uneb e foi secretária. E temos também o ex-deputado estadual Manassés, que tem um trabalho social muito grande e reconhecido nacionalmente. Teve aproximadamente 25 mil votos em Salvador. Nós temos dentro da estrutura do partido nomes que podem trazer mais musculatura, mais força política para a chapa do nosso futuro prefeito Bruno Reis. Na política, temos que analisar em que o vice contribui, porque não pode ser o vice do mesmo lado político. Vai juntar o quê? E dentro dessa perspectiva eu acho que o Republicanos tem muito a contribuir nessa candidatura vitoriosa do nosso futuro prefeito Bruno Reis.

Tribuna – O Republicanos se sente contemplado na gestão de ACM Neto?

Marcio Marinho – O partido sempre foi respeitado pelo prefeito ACM Neto. Os acordos políticos sempre foram cumpridos. Não temos nada para falar sobre a falta de compromisso. Ele é conhecido pela palavra dada e cumprida. E, dentro disso, nós nos sentimos confortáveis em relação à aliança com o prefeito. Sobre ocupação de espaços, a gente tem que ganhar a eleição para depois discutir sobre isso. A gente sempre entende de quem ajuda a ganhar tem que ajudar a governar.

Tribuna – Qual a meta do Republicanos para Salvador e o estado para as eleições municipais?

Marcio Marinho – Por conta da pandemia, prejudicou o planejamento que todo mundo vinha fazendo sobre o contato com as bases, os municípios, as principais lideranças. Tanto para concorrer a vereador quanto para prefeito. E nós mesmo assim estamos com a meta de, pelo menos, fazer no estado 10% dos municípios. Portanto, trabalhamos para fazer no mínimo 40 prefeitos. Nós temos no geral no partido 80 candidatos a prefeito no estado. E a meta é eleger 10%. E trabalhamos para fazer, pelo menos, o triplo de vereadores. Essa é a nossa meta que estamos trabalhando. Por isso é importante o adiamento da eleição para ter mais tempo para conversar.

Tribuna – Como o senhor avalia os pré-candidatos a prefeito da oposição em Salvador? Vão ser competitivos?

Marcio Marinho – As pesquisas, já temos conhe-

cimento, demonstram que o Bruno Reis está largando com grande força. É lógico que não tem nenhuma vitória antes das urnas fechadas, mas de um certo modo largou bem. Isso é resultado de muito trabalho e dedicação do prefeito Neto e dele. É importante esses oito anos de governo. Mas não tem vitória ganha e nem derrota com antecipação. O governo do Estado é um problema do governo Estado, da base da oposição, mas acho que tem muitas pessoas triste na base do governo por entender que tinha outros nomes sem diminuir a maior Denice. Existem outros nomes na carreira política e que poderiam agora estar participando do pleito eleitoral. Não sei qual vai ser a estratégia do governador em relação à maior Denice.

Tribuna – Sobre o cenário nacional, o Republicanos é hoje base do governo do presidente Jair Bolsonaro?

Marcio Marinho – Nosso partido tomou a decisão de não pleitear nenhum espaço no ministério. Tanto que não há nenhum tipo de discussão. O partido é independente na Câmara dos Deputados e no Senado. Logicamente respeitando o posicionamento político de cada deputado a partir do estado. E nessa independência do partido também foi posto aos parlamentares para que tenham a liberdade para atuar ao governo federal para, de um certo modo, fazer as entregas que prometeu na campanha. Se pegar diretilho, existem várias votações de parlamentares do nosso partido diferentes. Não há uma uniformidade 100%. Vai de acordo com a necessidade política do deputado de cada estado. Nós hoje somos independentes.

Tribuna – Há clima para um impeachment do presidente Jair Bolsonaro?

Marcio Marinho – Processo de impeachment não é simples e fácil de fazer. É evidente que a oposição faz o seu papel dando entrada em vários pedidos e pontuando várias questões administrativas. Dizem o governo está mal, envolvido em isso, aquilo... É papel da oposição. Mas hoje na Câmara dos Deputados não vejo nenhum tipo de ambiente para um processo de impeachment para o presidente da República. A Câmara dos Deputados tem desde o início da pandemia mostrado uma responsabilidade e uma maturidade muito grandes com a sociedade brasileira. Principalmente, com as pessoas que mais precisam de uma resposta mais rápida do poder pública. A gente tem batalhado muito.

Veículo: Metro1	Economia
Data: 04/07/2020	



Economia

Reforma tributária está pronta para ir ao Congresso, diz Guedes

Ministro afirmou que espera aprovação dos parlamentares para projetos que atraiam investimentos privados ao país



Foto : José Cruz/Agência Brasil

Por Danielle Campos no dia 04 de Julho de 2020 · 19:00

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse hoje (4) que a proposta de reforma tributária está “absolutamente pronta” e deve ser enviada nos próximos dias ao Congresso. Ele participou de uma transmissão ao vivo com empresários, onde também afirmou esperar aprovação dos parlamentares,

nos próximos 90 dias, para projetos que atraíam investimentos privados ao país.

“[O modelo de reforma tributária] já está pronto. Está absolutamente pronto para ser disparado. Primeiro de janeiro deste ano já estava tudo combinado”, disse Guedes.

No início do ano, o Congresso criou uma comissão mista especial para fundir as duas propostas de reforma tributária da Câmara e do Senado sobre o tema, mas a pandemia do novo coronavírus adiou os trabalhos.

Guedes prometeu dar prioridade a projetos para estimular investimentos privados e, após o fim da pandemia, priorizar projetos para gerar renda e emprego. Em relação à reforma do pacto federativo, que previa a reformulação do Estado brasileiro e a descentralização de recursos para estados e municípios, o ministro disse que a proposta se tornou menos prioritária no momento.

Veículo: Bocão News	Economia E Mercado
Data: 06/07/2020	



Economia E Mercado

PIB deve cair 6,5% em 2020, prevê mercado financeiro



06 de Julho de 2020 às 09:29 Por: **Divulgação** Por: **Redação BNews** 0 comentários

Economistas do mercado financeiro melhoraram levemente as estimativas para o produto interno bruto (PIB) de 2020. A projeção passou de uma retração de 6,54% para 6,50%.

Os números fazem parte do boletim de mercado, conhecido como relatório Focus, divulgado nesta segunda-feira (6) pelo Banco Central. do levantamento foi feito na semana passada e ouviu mais de 100 instituições financeiras.

A expectativa para o nível de atividade foi medida em meio a pandemia do novo coronavírus, que tem derrubado a economia global e colocado o mundo no caminho de uma recessão.

Em maio, o governo brasileiro estimou uma queda de 4,7% para o PIB de 2020, tendo como base a perspectiva de que as medidas de distanciamento social terminariam no fim de maio.

O Banco Mundial prevê uma queda de 8% no PIB brasileiro e o Fundo Monetário Internacional estima um tombo de 9,1%.

De acordo com o IBGE, em 2019 o PIB cresceu 1,1%. Foi o desempenho mais fraco em três anos. Nos três primeiros meses de 2020 foi registrada uma retração de 1,1% na economia brasileira.

Para o próximo ano, a previsão do mercado financeiro para o crescimento do PIB permaneceu estável em 3,50%.

Veículo: G1	Economia
Data: 06/07/2020	



Dados da Receita mostram que junho foi o mês de maior emissão de notas fiscais e indicam reação da economia

06/07/2020 08h18 Atualizado há uma hora

Dados da Receita Federal de emissão de notas fiscais indicam uma retomada econômica já em junho. Os números, trazidos no domingo pelo jornal "O Estado de S.Paulo" no domingo (9) e divulgados pela Receita nesta segunda (10), mostram que junho teve o maior patamar em emissões de notas fiscais do ano, chegando a R\$ 23,9 bilhões em vendas ao dia, o que é um crescimento de 10% em relação a junho de 2019.

Fontes da área econômica do governo já haviam indicado ao blog que o fundo do poço dos efeitos da **pandemia** na economia foram nas duas últimas semanas de abril e no início de maio.

A movimentação feita pelas máquinas de cartão também demonstra uma recuperação, segundo dados apontados por economistas que estudam o assunto.

Um dado interessante é o impacto do **auxílio emergencial de R\$ 600** no consumo das famílias. Dos cerca de R\$ 150 bilhões já injetados na economia, cerca de 30% retornaram ao governo em forma de impostos.

Com a extensão do auxílio por mais duas parcelas, ainda há R\$ 100 bilhões para serem injetados. O auxílio emergencial, pago pelo governo, foi criado para ajudar trabalhadores informais que foram afetados economicamente pela pandemia.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 06/07/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 06 de Julho de 2020 - 09:40

Com cerca de R\$ 2,7 bilhões em dívidas, Avianca Brasil pede falência à Justiça



Em recuperação judicial desde 2018 e com dívida estimada em R\$ 2,7 bilhões, a Avianca do Brasil (Oceanair Linhas Aéreas) pediu falência à Justiça. A informação é do jornalista Rogério Gentile, do Uol.

A empresa disse não ter mais condições de cumprir o cronograma de pagamento dos credores.

Fundada em 1998 no Brasil, a Avianca chegou a ter 48 naves em operação. Em maio do ano passado, a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) suspendeu as atividades da empresa por "falta de capacidade operacional".

O pedido de falência já era esperado pelo mercado. A Avianca não tem posse de nenhuma aeronave.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 06/07/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 06 de Julho de 2020 - 06:40

Protocolo de reabertura em Salvador deve ter 3 fases; shoppings e templos abrirão primeiro

por **Fernando Duarte**

O protocolo de reabertura das atividades em Salvador deve conter, no mínimo, três fases distintas do atual modelo de medidas restritivas. Equipes do governo da Bahia e da prefeitura soteropolitana discutem os detalhes do protocolo conjunto e ao menos dois setores já estão confirmados numa primeira etapa de flexibilização das restrições: shoppings centers e templos religiosos. A lista não está finalizada, porém a discussão prioritária não passa apenas por setores, mas também por critérios para cada mudança de fase.

Um desafio, segundo interlocutores que acompanham o debate, é chegar ao percentual de ocupação de leitos em Salvador que permita flexibilizar a reabertura das atividades. Atualmente, a cidade convive com um número crescente de pacientes regulados do interior, o que gera uma espécie de "ocupação artificial" dos leitos – os pacientes estão em Salvador, porém não são soteropolitanos nem foram contaminados no município. Todavia, no cômputo geral de ocupação de leitos, a cidade continua acima do percentual ideal.

O entendimento entre governo e prefeitura depende desse controle da regulação de pacientes, atualmente sob a responsabilidade da gestão estadual. Caso haja uma sobrecarga em Salvador, em decorrência de transferências de pacientes do interior, o colapso do sistema de saúde da capital pode acontecer mesmo que o índice de contaminação na cidade esteja dentro de um cenário de estabilidade.

Além desse percentual para cada uma das fases, é necessário também estabelecer o tempo para que cada uma dessas etapas seja considerada estável para que uma nova mudança aconteça. Protocolos de abertura e fechamento demandam um período mínimo para estabelecimento e qualquer alteração abrupta pode gerar confusão e desinformação. Atualmente, Salvador adota o padrão de antecedência de 48h para impor medidas restritivas mais duras em bairros, por exemplo.

Tanto shoppings quanto templos religiosos, caso confirmados como os primeiros setores a serem reabertos, terão regras rígidas a seguir, como número de pessoas por metro quadrado, distanciamento social e uso de itens de segurança e higiene. Os detalhes ainda estão em processo de afinação e devem ser apresentados junto com as fases de reabertura das atividades.

Esperado ainda na última semana, o protocolo conjunto de reabertura deve ser anunciado nos próximos dias, após uma série de encontros virtuais marcados para este final de semana envolvendo equipes do governo e da prefeitura. Até aqui, entretanto, não está definido se os atuais decretos terão prazo encerrado no próximo dia 15, conforme a atual vigência. A própria evolução da ocupação dos leitos será responsável pela extensão ou encurtamento das restrições.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/07/2020	Caderno: Notícias



Domingo, 05 de Julho de 2020 - 18:20

Menos de 20% do crédito para socorrer empresas foi desembolsado

por Fábio Pupo e Isabela Bolzani | Folhapress

Em meio à reclamação de empresários sobre a falta de crédito durante a pandemia do novo coronavírus, apenas 17% dos recursos anunciados em programas de financiamento lançados ou regulamentados pelo governo foram desembolsados até agora.

Os números fazem parte de levantamento feito pelo Ministério da Economia a pedido da Folha. Os dados mostram a baixa execução das iniciativas do crédito quase quatro meses após começarem as medidas de isolamento.

Dos quase R\$ 70 bilhões anunciados para quatro grandes linhas, apenas R\$ 12,1 bilhões foram executados.

A área do crédito é a mais problemática do pacote econômico contra a crise da Covid-19, na avaliação do próprio titular da pasta, Paulo Guedes.

O ministro diz que a situação é dramática porque a demanda quadruplicou e reconhece que ele e sua equipe têm encontrado dificuldades com o tema.

"Tenho a maior franqueza em reconhecer que, na parte de crédito, [o desempenho] não foi satisfatório até o momento. Nós continuamos aperfeiçoando o nosso programa para o dinheiro chegar à ponta, que era a maior reclamação", disse em comissão no Congresso na terça-feira (30).

Diferentes fatores são apontados como causas para o cenário. Entre eles, grandes bancos evitando o risco de concederem dinheiro a empresas menores, enquanto pequenos empresários demonstrariam não ter garantias suficientes para as operações.

Ao mesmo tempo, as grandes companhias acionaram suas linhas de crédito pré-aprovadas, drenando boa parte dos recursos disponíveis no começo da crise.

A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) notou, no fim de março, uma movimentação preventiva por parte de grandes e médias empresas, que recorreram a todas ou a parte das linhas de crédito que tinham a sua disposição, como estratégia para reforçar o caixa diante da pandemia.

Na visão da equipe econômica, não faltaram recursos porque o BC (Banco Central) liberou liquidez no sistema financeiro e o problema maior foi a falta de apetite das instituições por risco.

Carlos Melles, presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), diz que os pequenos acabam prejudicados por muitas vezes não terem condição financeira de garantir os empréstimos aos olhos dos bancos.

"Não existe apetite para emprestar ao pequeno. Já não existia, agora então [com a pandemia] é uma loucura. No geral não existem canais, não existe boa vontade, e o crédito fica represado", diz.

Segundo Melles, as reclamações diminuíram recentemente porque há uma "fadiga" com o tema.

Pesquisa do Sebrae de junho mostra que 39% dos pequenos empresários buscaram empréstimos na pandemia. Apenas 15% deles conseguiram. A principal razão alegada foi o chamado CPF negativado ou entraves no Serasa.

Uma das apostas da equipe econômica para destravar recursos a empresas menores é o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).

O programa abasteceu com R\$ 15,9 bilhões, vindos do Tesouro, o FGO (Fundo de Garantia de Operações) do Banco do Brasil. O fundo é responsável por garantir os empréstimos feitos por meio das instituições habilitadas.

Até o momento, três estão credenciadas (o próprio Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), e cerca de outras 20 manifestaram interesse, diz o governo.

De acordo com o diretor de inovação, produtos e serviços bancários da Febraban, Leandro Vilain, os bancos ainda esperam aperfeiçoamentos--que devem vir com a aprovação da MP (medida provisória) 944, que regulamenta o programa que financia salários-- antes de finalizarem as adaptações ao Pronampe.

"O administrador do programa, o Banco do Brasil, e o Ministério da Economia também estão discutindo alterações no regulamento do programa, que deve sofrer alterações em breve", disse Vilain.

A execução do Pronampe está em 7,5% do total previsto e, nesse caso, o Ministério da Economia diz que o ritmo se deve ao pouco tempo de lançamento da medida.

Criado pelo Congresso em abril, o programa foi sancionado em maio e regulamentado pelo governo só em junho. A demora para o dinheiro chegar é alvo de reclamações.

"São pelo menos 90 dias que estamos lutando incessantemente, sendo que o micro e o pequeno não suportam 45 dias. Nenhum dos programas efetivamente chegou às mãos de quem precisava", afirma Melles.

Também deve amenizar o problema, na visão do governo, o FGI (Fundo Garantidor de Investimentos), do BNDES, que receberá R\$ 20 bilhões do Tesouro para bancar o risco dos empréstimos.

O BNDES opera uma linha de capital giro voltada a pequenas empresas, temporariamente aberta para companhias que faturam até R\$ 300 milhões por ano, com execução acima do previsto.

Na avaliação do banco, o desempenho se deve a fatores como uma comunicação mais completa para o empresário, com exibição por meio do site de todas as instituições e respectivas taxas cobradas na região do empreendedor.

Nessa linha, a execução passou dos R\$ 5 bilhões projetados, graças à demanda de médias empresas (que captaram 64% do montante). Por isso, o banco vai dobrar os recursos

disponíveis para R\$ 10 bilhões.

Novas alternativas estão em estudo pelo Ministério da Economia e pelo Congresso para destravar o cenário, sendo um deles o empréstimo por meio de empresas de maquininhas.

A alternativa era um pedido das próprias empresas do segmento, e as discussões apontam para o uso de R\$ 10 bilhões do Tesouro para sustentar linhas de crédito.

Nesse caso, os empreendedores podem receber recursos em conta e irem pagando o empréstimo por meio das vendas que fazem via aparelhos.

O BC, responsável pelo programa que financia salários (o Pese) e que tem execução de apenas 10% do previsto, afirma que monitora continuamente as medidas e recebe propostas de melhorias.

Segundo a autoridade monetária, o BC anunciou no dia 23 de junho uma nova série de iniciativas diante do arrefecimento do crédito cujos resultados deverão se materializar a partir deste mês.

"O BC reforça que, sempre que julgar necessário, adotará novas medidas e utilizará todas as ferramentas de que dispõe para o bom funcionamento do sistema", diz em nota.

Bancos dizem que se empenham para liberar recursos Os bancos afirmaram que estão empenhados para colocar recursos à disposição das empresas, em programas do governo e em linhas próprias.

Em nota, o Itaú afirmou que já emprestou R\$ 1,6 bilhão para a linha de crédito emergencial que garante o pagamento do salário de funcionários de pequenas empresas e que outro R\$ 1,8 bilhão foi cedido referente ao Bem (Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda).

"O Itaú também não adotou como política a elevação de taxas de juros desde o início da pandemia e tem oferecido condições inéditas de alongamentos de prazos, carências e renegociações para seus clientes por meio do Programa Travessia. Ao todo, com a iniciativa, foram mais R\$ 5,2 bilhões em novas concessões de crédito para PMEs [pequenas e médias empresas]", disse o banco em nota.

Já o Santander Brasil disse que não tem medido esforços para entender as necessidades de seus clientes e apoiá-los na travessia do atual momento.

"Esta postura tem permitido à instituição adotar, além das iniciativas alinhadas diretamente entre o governo e o setor bancário, outras soluções direcionadas a segmentos mais vulneráveis, como microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e pessoas com dificuldades para honrar seus compromissos."

Em nota, o Bradesco afirmou que já adotou o Pese e o Peac (Programa Emergencial de Acesso ao Crédito, que vai abastecer o FGI) e que está em processo de adesão ao Pronampe. Disse ainda que oferece opções de linha de crédito.

"A iniciativa do banco vem em linha com os programas anunciados, que tem como objetivo ajudar as empresas a enfrentar a turbulência econômica causada pela pandemia do novo coronavírus", disse.

O Banco do Brasil afirmou que desembolsou mais de R\$ 156 bilhões em crédito, considerando prorrogações, renovações e novas operações.

A Caixa disse que deu condições diferenciadas e taxas reduzidas para a micro e pequenas empresas e pausa de até 90 dias no pagamento das parcelas do crédito.

Febraban destaca regras Especificamente sobre a linha de folhas de pagamentos, Vilain, da Febraban,disse que a adesão das empresas é considerada aquém das expectativas. "Alguns fatores contribuíram para isso.

A exigência de não ter dívidas de seguridade social afetou a elegibilidade de 20% das empresas até a emenda constitucional 106/2020, em 7 de maio, que retirou essa limitação." Vilain também disse que os bancos não solicitam contrapartidas adicionais em relação às novas linhas e que mantêm só o que exige os regulamentos dos respectivos fundos.

Veículo: Política Livre	
Data: 04 a 06.07.2020	Caderno: Economia



Governo do Estado envia insumo hospitalar para o interior da Bahia

BAHIA

O Governo do Estado enviou, nesta sexta-feira (3), 201 mil máscaras de tecido e TNT para 28 municípios do interior da Bahia, além de três túneis de desinfecção, bolhas de contenção, álcool em gel e protetores faciais para hospitais em Amargosa, Jacobina e Paulo Afonso. A ação faz parte da força-tarefa coordenada pelas secretarias estaduais do Planejamento (Seplan) e de Desenvolvimento Econômico (SDE).

“Esta é uma ação sistemática, que vem ocorrendo desde o início da pandemia do coronavírus, para abastecer os municípios com itens necessários para fortalecer a Saúde e o enfrentamento desta grave doença”, ressaltou o secretário do Planejamento, Walter Pinheiro. Em Amargosa, o Túnel de Desinfecção desenvolvido pelo Senai Cimatec será implantado no Hospital Municipal, que também receberá três bolhas de contenção, 100 litros de álcool em gel, 50 protetores faciais de acrílico e 2 mil máscaras.

No município de Jacobina, o túnel vai funcionar no Hospital Regional Vicentina Goulart, que também recepcionará cinco bolhas de contenção, 50 litros de álcool em gel, 50 protetores faciais e 2 mil máscaras. Já o Hospital Municipal de Paulo Afonso passará a contar com o Túnel de Desinfecção, cinco bolhas de contenção e 30 protetores faciais.

Na região do Recôncavo, 70 mil máscaras serão entregues em Cabaceiras do Paraguaçu, Maragogipe, Salinas da Margarida, Santo Amaro, São Felipe, São Félix, Saubara e Varzedo. O município de Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), vai recepcionar 25 mil máscaras.

Já no Território de Identidades Vale do Jiquiriçá, 100 mil máscaras serão destinadas para Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Jaguaquara, Lafaiete Coutinho, Laje, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra.

As máscaras foram adquiridas junto a 603 associações, cooperativas e empresas habilitadas para a produção de mais de 11,4 milhões de unidades, em uma ação realizada em parceria entre a Seplan, SDE e Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).

O GLOBO

Guedes quer criar auxílio-creche de R\$ 250 no Renda Brasil

Medida, ainda em estudo, custaria R\$ 6 bi por ano e seria financiada por meio de cortes em outras despesas. Plano é um dos pilares do programa que substituirá Bolsa Família

MARCELLO CORRÊA
marcello.correa@oglobo.com.br
@MARCIA

A equipe econômica avalia criar um voucher de R\$ 250 por mês para que crianças atendidas pelo novo programa social Renda Brasil tenham acesso a creches. A medida teria custo de R\$ 6 bilhões e seria financiada com redução de gastos em outras áreas.

O objetivo da medida, segundo fontes que participam da elaboração do programa, é complementar a transferência de renda paga a famílias que serão atendidas pelo benefício, que substituirá o Bolsa Família.

O plano ainda está em análise e precisa ser debatido com o Ministério da Educação. Procurado, o Ministério da Educação afirmou que o programa está sendo tocado pelo Ministério da Cidadania, que não retornou.

A estimativa dos técnicos é que o déficit de vagas para crianças de 0 a 3 anos dentro da faixa a ser atendida pelo Renda Brasil é de dois milhões, já descontadas as famílias desse universo cujos filhos não estão em creche por opção.

De acordo com uma fonte, o plano faz parte de um dos quatro pilares que estão sustentando o Renda Brasil. A medida viabiliza, por exemplo, que mães de famílias pobres não sejam prejudicadas no mercado de trabalho.

A ideia não envolveria a construção de creches públicas. Na visão da equipe, a concessão de vouchers seria mais eficiente porque permitiria que as famílias escolhessem os estabelecimentos em que querem matricular as crianças. Assim, seria possível aproveitar a estrutura de instituições já estabelecidas, como creches



Benefício. Modelo em estudo pela equipe de Guedes abrangeria 57,3 milhões de pessoas, que receberiam, em média, R\$ 232

privadas e até igrejas.

Os R\$ 6 bilhões para os vouchers seriam uma despesa além dos R\$ 51,7 bilhões previstos para a transferência de recursos no Renda Brasil. O impacto dos repasses foi publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmado pelo GLOBO com fontes da equipe econômica.

RAMPA DE SAÍDA

O modelo abrangeria um universo de 57,3 milhões de pessoas, que receberiam, em média, R\$ 232. Hoje, o Bolsa Família atende a 41 milhões de pessoas, que recebem, em média, R\$ 190, a um custo de pouco mais de R\$ 30 bilhões.

O valor do repasse seria formado por dois tipos de benefícios principais: um de R\$ 100 de superação da pobreza e outro, também de R\$ 100, pago por criança (de 0 a 15 anos).

O público elegível a receber o valor completo do benefício

seria o de famílias com renda de até R\$ 250 por pessoa. Essa faixa, no entanto, seria flexível. Domicílios com renda de até R\$ 450 teriam acesso ao benefício, mas com desconto. O plano, por enquanto, é que a cada R\$ 1 acima da base de R\$ 250 haveria desconto de R\$ 0,50 no valor do benefício.

Essa rampa de saída foi pensada para preencher uma lacuna que hoje existe no Bolsa Família, voltado a famílias com renda de R\$ 178 por pessoa.

— Da mesma forma que o Bolsa Família foi uma junção de dois ou três programas sociais e aquilo foi focalizado para chegar nos mais pobres, nós vamos fazer o mesmo movimento agora: juntar o Bolsa Família com dois ou três programas sociais, mais focalizados, e lançar o Renda Brasil, que deve ser um valor mais alto que o Bolsa Família — comentou o ministro da Economia, Paulo Guedes, ontem,

em conversa com empresários transmitida ao vivo.

MARCA SOCIAL

A ideia de unificar benefícios sociais começou a ser elaborada no ano passado, mas os efeitos da pandemia sobre os mais vulneráveis fez a equipe econômica acelerar o processo. O projeto também busca estabelecer uma “marca social” para o governo, enquanto o presidente Jair Bolsonaro mira as eleições de 2022.

Os estudos para o novo Bolsa Família estão em análise e devem substituir o auxílio emergencial de R\$ 600. O objetivo do governo é ampliar o programa sem aumentar despesas. Assim, seria possível manter o chamado teto de gastos, que impede que as despesas cresçam mais que a inflação do ano anterior. Para isso, a ideia é rever benefícios como o abono salarial, salário-família e desoneração da cesta básica.

O QUE JÁ SE SABE SOBRE A PROPOSTA

Público atendido

Já está definido que o novo programa atenderá mais pessoas que o Bolsa Família, mas não todos que hoje recebem auxílio emergencial. A proposta preliminar é de um público de 57,3 milhões de pessoas, mais que os 41 milhões do Bolsa Família.

Valor do benefício

Um dos textos em discussão menciona uma média de R\$ 232, acima dos R\$ 190 do Bolsa Família. Técnicos envolvidos na discussão afirmam que é importante que o valor não fique muito abaixo da última parcela do auxílio emergencial.

Impacto fiscal

Um das propostas prevê um impacto de R\$ 57,1 bilhões. Esse valor é quase o dobro do orçamento do Bolsa Família. A ideia da equipe econômica é criar o novo programa sem furar o teto de gastos, que freia o crescimento de despesas.

Benefícios afetados

O Renda Brasil deve rever benefícios para abrir espaço no Orçamento. Um dos alvos deve ser o abono salarial, considerado ineficiente por atingir também integrantes de famílias ricas. Hoje, o abono custa cerca de R\$ 20 bilhões por ano.

Ministro diz que reforma tributária está pronta e deve taxar dividendo

Para Guedes, imagem do Brasil no exterior seria melhor se houvesse compreensão

BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que a proposta de reforma tributária do governo está “absolutamente pronta” e deve incluir a taxaçaõ de dividendos, em troca da reduçaõ do imposto sobre empresas.

Segundo Guedes, a demo-
ra para votar a reforma da
Previdência e a saõda de Mar-
cos Cintra da chefia da Recei-
ta Federal foram fatores por
trás do atraso para terminar o
projeto antes da pandemia.

Mas agora, depois da crise, o
texto será encaminhado.

— Eu tive que reformular a
equipe toda, reformular o
programa todo, para poder es-
tar com ele novamente pron-
to. Ele já está pronto, está ab-
solutamente pronto para ser
disparado — disse o ministro,
em transmissãõ ao vivo com
empresários.

A taxaçaõ de dividendos,
defendida pelo ministro
desde as eleições, faz parte
do plano a ser apresentado
ao Legislativo. Em troca, ha-
verá uma reduçaõ do tributo

sobre empresas, o IRPJ.

— Temos que reduzir o im-
posto sobre as empresas e co-
locar uma alõiquota (sobre di-
videndos), porque não é pos-
sível, não é razoável, nem so-
cialmente justo, que alguém
que vive de capital pague ze-
ro de Imposto de Renda so-
bre dividendo, enquanto o
trabalhador paga até 27,5%
— afirmou Guedes.

Para equilibrar essa rees-
truturacaõ de tributos, o mi-
nistro voltou a defender o
uso de um imposto nos mol-
des da CPMF — ideia que

nunca foi completamente
descartada por técnicos da
equipe econômica, apesar
da resistênciã do presidente
Jair Bolsonaro.

— É melhor, em vez de você
ter que aumentar muito o
Imposto de Renda, você criar
uma outra base de tributaçaõ
qualquer, que podem ser
transações digitais, paga-
mento, alguma coisa que te
permita manter alõiquotas
baixas — afirmou o ministro.

Guedes prometeu retomar
a agenda de reformas e se
queixou da “narrativa” que
prejudica a imagem do Brasil
no exterior:

— Nós temos feito algum
avanço. Se houvesse uma lei-
tura um pouco mais com-
preensiva, um pouco mais
tolerante do que está aconte-
cendo, a própria narrativa so-
bre o Brasil lá fora seria outra.
(*Marcello Corrêa*)

FOLHA DE S.PAULO

poder

PAINEL

Camila Mattoso

painel@grupofolha.com.br

Discórdia

A divisão da verba de R\$ 11,3 bilhões aos municípios para ações de saúde contra o coronavírus levou prefeitos e secretários a desconfiarem do critério alegado pelo Ministério da Saúde no rateio da verba. A avaliação é que houve vantagem de cidades menores, a despeito da pasta informar que a população era um dos filtros. Há outras discrepâncias alegadas. Curitiba (1,9 milhão de habitantes) receberá quase R\$ 113 milhões. Já Recife (R\$ 1,6 milhão) ficará com cerca de um terço: R\$ 35 milhões.

FENÔMENO Capitais como Manaus (AM), Rio Branco (AC), Aracaju (SE) e Palmas (TO) são as cidades que menos receberam em seus estados, na divisão da verba por habitante. Pela mesma métrica, todas as cidades do Piauí vão receber mais que a média nacional.

AJUDA Prefeitos e secretários dizem, reservadamente, acreditar que o dinheiro esteja ajudando a irrigar a política paroquial no interior em ano de eleição municipal.

QUEM MANDA? Apesar da Saúde alegar o uso de critérios técnicos no rateio, o Palácio do Planalto, por meio do ministro Luiz Eduardo Ra-

BIG BROTHER O deputado Marcelo Calero (Cidadania-RJ) fez um requerimento à Mesa Diretora da Câmara pedindo que o ministro Fábio Faria (Comunicações) dê esclarecimentos sobre a nota divulgada pela Secom (Secretaria de Comunicação) em que ameaçou processar Aroeira e o jornalista Ricardo Noblat por charge crítica a Bolsonaro.

BUROCRACIA No pedido, o parlamentar questiona se a Secom passará a fiscalizar as charges publicadas diariamente nos meios de comunicação e quais serão os critérios para considerá-las "criminosas". O deputado quer saber ainda se há departamen-

tos (Governo), chamou parlamentares para "carimbar" a verba para os seus redutos. O repasse, no entanto, não está batendo com os valores que os deputados tinham avisado aos prefeitos.

EMBALAGEM A Economia decidiu realocar parte da verba parada na fracassada linha de crédito criada para bancar salários durante a pandemia (R\$ 40 bi) para uma nova modalidade de empréstimos via maquininhas de cartão de crédito. O remanejamento será feito na MP 975, diz o relator Efraim Filho (DEM-PB).

PROCURA Dos 42.183 processos de assistência jurídica abertos pela Defensoria Pública da União para atender pessoas que tiveram negado o pedido de auxílio emergencial, 9.090 foram em São Paulo.

BALCÃO A Defensoria firmou acordo com o Ministério da Cidadania para acelerar a tramitação dos casos e isso provocou uma explosão da procura no órgão — foram mais de 128 mil atendimentos no país.

to na Secom especialmente incumbido da tarefa.

DIVINO A bancada evangélica não gostou das declarações do ministro Edson Fachin sugerindo autorizar a cassação de políticos por "abuso de poder religioso". O deputado Sóstenes Cavalcanti (DEM-RJ), ligado à Assembleia de Deus, afirma que não há tal figura no ordenamento jurídico e que não se pode cercar a participação política de religiosos.

SOZINHO "Existiria também o 'abuso do poder sindical', 'abuso do poder ruralista' ou 'abuso do poder ideológico'?", questiona. Os parlamentares marcaram reunião com Fachin para tratar do assunto na volta do recesso, em 5 de agosto.

LUPA O Conselho Nacional dos Presidentes de Tribunais de Contas lançou um questionário com 45 perguntas para medir os impactos do coronavírus na administração de estados e municípios. Cortes de 19 estados aderiram à iniciativa que recolhe as últimas respostas na próxima semana.

FOLHA DE S.PAULO

O aprendizado de Paulo Guedes

Ministro não está entre os que aderiram ao bolsonarismo para moderá-lo

Celso Rocha de Barros

Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra)

Em 2018, Paulo Guedes disse à jornalista Malu Gaspar, da revista Piauí, que Bolsonaro havia se tornado "um animal completamente diferente". Foi a pior avaliação de risco zoológico desde a do cara que não cozinhou direito o morcego.

Guedes não está entre os que podem dizer que aderiram ao bolsonarismo para moderá-lo. Aderiu cedo, quando Bolsonaro ainda era fraco, e serviu de alibi para que a elite o apoiasse. "Alibi" não "razão": pouco depois do impeachment, pes-

quisas mostravam Bolsonaro muito melhor entre os ricos do que entre os pobres. Paulo Skaf, a Sara Winter da burguesia, está aí para provar o quanto foi fácil convencê-los.

Mas digamos que, depois da eleição, Guedes tivesse conseguido moderar Bolsonaro e aplicar seu programa com sucesso. Teria sido preciso reconhecer que jogou certo.

Pois é, não.

Guedes como moderador de Bolsonaro foi um fracasso. Digo-lhe o mesmo que já disse pa-

ra os militares: se isto aí é a versão moderada, o que foi que vocês apoiaram em 2018? Guedes ficou lá durante as ameaças de golpe, subestimou a pandemia junto com Bolsonaro ("com 4 ou 5 bilhões a gente derrota") e talvez tenha perdido a última chance de sair com alguma aparência de dignidade quando não se demitiu com Moro.

Os resultados econômicos não vieram. O crescimento de 2019 foi muito menor do que as projeções do início do ano. Não, não estávamos voando

antes da pandemia. O Comitê de Datação de Ciclos Econômicos da FGV mostrou que o Brasil já entrava em recessão no primeiro trimestre de 2020.

Guedes tampouco foi responsável por aprovar qualquer reforma. A da Previdência foi tocada por Rodrigo Maia, o marco do saneamento foi tocado por Tasso Jereissati.

Na tributária, Guedes conseguiu uma façanha: propôs a nova CPME, vetada pelo Planalto, o que faz dele o único ministro contra quem Bolsonaro

já teve razão.

Diante da pandemia, Guedes foi salvo pelo Congresso, que aprovou um auxílio emergencial três vezes maior do que a proposta do governo. Ao que parece, é esse auxílio que vem sustentando a popularidade presidencial nas pesquisas à medida que a classe média lavajatista abandona Bolsonaro.

A coisa toda é uma lição para o ministro da Economia.

Em 2018, ele gostava de se referir aos períodos PSDB e PT como se fossem uma coisa só, uma era social-democrata. Isso lhe dava pontos junto aos bolsonaristas, que haviam acabado de aprender, com Olavo de Carvalho, a expressão "socialismo fabiano".

PT e PSDB nunca foram a mesma coisa. Porém Guedes tinha razão em um ponto: o eleitorado da Nova Repúbli-

ca demonstrou preferências social-democratas. Queria capitalismo com redistribuição de renda, escolhendo, em cada eleição, a combinação que lhe agradava. A eleição de Bolsonaro, que não parecia ser baseada em nada disso, parecia ter rompido o padrão.

Mas quando a crise bateu, quando a onda da Lava Jato passou, onde chegamos? Chegamos a Guedes desesperado tentando comprar legitimidade para suas reformas ampliando o Bolsa Família e taxando dividendos.

Sem a expectativa, que sempre foi infundada, de um grande salto econômico causado pelo fim súbito e sem custos da corrupção, o eleitorado volta a ser social-democrata.

Agora é ver quem vai ter mais dificuldades de se adaptar: Guedes para ser social ou Bolsonaro para ser democrata.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Correção incerta

STF precisa encerrar insegurança jurídica em torno de atualização de valores de dívidas trabalhistas

Não bastassem as incertezas econômicas e sociais advindas da pandemia, o país continua convivendo com o agravante da insegurança jurídica em temas de grande impacto para empresas e trabalhadores.

E o que se vê na discussão sobre o mecanismo de correção monetária de dívidas trabalhistas, que se arrasta há anos nos tribunais.

A disputa envolve a correção pela TR (taxa referencial definida com base na Selic e um fator redutor) ou pelo IPCA-E (um índice de preços ao consumidor). Além da atualização monetária, incidem sobre os débitos juros de 12% ao ano.

Até 2015, a Justiça do Trabalho aplicava a TR, que tende a ser mais vantajosa para os empregadores. Desde que o STF considerou inconstitucional o uso da taxa, em favor do IPCA-E, para a correção de precatórios, contudo, a tese de que o mesmo se deve aplicar aos débitos trabalhistas ganhou força.

A insegurança aumentou em 2017, quando a reforma da CLT estabeleceu a TR como fator de correção, o que vem sendo ignorado com frequência nos julgamentos. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) já formou maioria pela aplicação do IPCA-E, mas não chegou a concluir o julgamento.

O capítulo mais recente é a liminar concedida pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, para a suspensão das decisões judiciais relacionadas ao

mecanismo de correção monetária.

Na prática, até a decisão da corte sobre duas ações diretas de constitucionalidade em favor do uso da TR, a Justiça do Trabalho está impedida de alterar o critério.

A TR está zerada desde 2017 e de forma geral tem sido mais baixa que o IPCA-E. Definida a partir de critérios artificiais (o fator de redução não tem sentido econômico), a TR não cumpre a função essencial de manutenção do poder de compra. O STF agirá bem se finalmente encerrar a controvérsia em favor de uma correção monetária definida em plenário.

No entanto há outra excentricidade que precisa ser corrigida. No contexto atual, em que a taxa básica de juros da economia está em 2,25% ao ano (-0,7% quando descontada a inflação esperada para os próximos 12 meses), é abusiva a incidência de juros de 1% ao mês sobre as dívidas. Melhor é adotar um critério que guarde relação com os juros básicos da economia — e não apenas no caso em pauta.

De forma geral, a Justiça precisa ter mais cuidado com os custos que impõe à sociedade, muitas vezes sem guarda na realidade econômica. A respeito do STF, o que mais se pede é previsibilidade. Temas complexos e de ampla repercussão devem ser decididos pelo colegiado, não de forma monocrática. Basta de personalismos que esgarçam a confiança na corte.

Acerto de contas

Com recessão e dólar alto, país pode zerar déficit nas transações de bens e serviços com o mundo

No quadro de desvalorização da moeda nacional e recessão aguda causada pelo novo coronavírus, a contrapartida é uma transformação radical nas transações do país com o restante do mundo.

As exportações caíram 6,4% no primeiro semestre, ante o mesmo período de 2019, refletindo a redução de atividade nos principais mercados. Estados Unidos, Europa e América Latina, cruciais para o Brasil, compraram muito menos, e as vendas da indústria caíram 15,1% no período.

Mais positivo é o desempenho dos produtos primários, cujas vendas chegaram a US\$ 26,2 bilhões de janeiro a junho, alta de 23,8%, graças à demanda da China por itens como minério de ferro e soja.

O gigante asiático ocupa há anos o posto de principal comprador dos produtos brasileiros, e essa importância crescerá agora. A participação chinesa nas exportações deverá aumentar de 28,5% em 2019 para até 35% neste ano.

Ficam ainda mais temerários, nesse cenário, as recorrentes hostilidades ao parceiro vindas da diplomacia do governo Jair Bolsonaro. A recessão e o real desvalorizado, por sua vez, levaram a uma retração das importações de 5,2% no primeiro semestre, mas a que-

da deve se acentuar com a menor demanda interna. Com isso, nas estimativas oficiais, a balança comercial encerrará o ano com saldo de US\$ 55,4 bilhões, 15,2% acima do obtido em 2019.

Também há mudanças nas transações de serviços com o resto do mundo, tipicamente deficitárias, em razão de menores remessas de lucros e despesas de viagens internacionais. No agregado, as transações com o restante do mundo podem ficar perto do equilíbrio.

Trata-se de alteração substancial ante as projeções que apontavam para déficit anual na casa de US\$ 60 bilhões antes da pandemia.

Compensa-se, assim, a continuada saída de investimentos estrangeiros de curto prazo. Com a taxa básica de juros em 2,25%, o Brasil se tornou — ainda bem — menos atrativo para dinheiro especulativo. Mas com elevadas reservas em moeda forte, de US\$ 348 bilhões no final de junho mesmo depois das intervenções no Banco Central nos últimos meses, não há crise de financiamento externo.

Juros baixos no mundo e o ajuste das contas externas sugerem que o país tem algum tempo para retomar reformas e favorecer o crescimento. Mas a situação é frágil e os riscos são maiores agora.



O cerco à Lava Jato

Catarina Rochamonte

FORTALEZA A agenda anti-Moro, tema da nossa coluna anterior, é um aspecto da agenda anti-Lava Jato. Agenda essa que avançou desabridadamente quando a subprocuradora-geral da República Lindora Maria Araújo requisitou acesso indiscriminado a todas as bases de dados nas quais se arquivam todos os documentos sigilosos dos seis anos da operação, incluindo informações sobre investigações em curso.

Ação de Lindora — braço direito de Augusto Aras, nomeada por ele chefe da Lava Jato e vista por alguns como associada ao bolsionarismo — foi o estopim que tornou pública a animosidade entre a PGR e a principal força-tarefa da Lava Jato.

Em ofício enviado à corregedoria do MPF, 14 procuradores comunicaram o estranhamento com a busca indiscriminada de documentos, registrando, inclusive, que uma das pessoas que acompanhavam a subprocuradora em sua nebulosa missão teria afirmado que estavam fazendo um "inventário bem grande".

Pois bem, pouco confortáveis com

a ideia de inventariar a Lava Jato, três procuradores pediram demissão.

Outro fator de atrito entre procuradores da Lava Jato em Curitiba e a PGR é a proposta de criação de um órgão central para concentrar informações e decisões relativas ao combate à corrupção. A Unidade Nacional de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (Unac) seria coordenada por alguém escolhido por Aras, que, lembremos, já era crítico da Lava Jato e foi escolhido por Bolsonaro fora da tradicional lista tripartite.

Se muitas vezes campanha contra a Lava Jato centra fogo no ex-ministro Sérgio Moro, outras tantas vezes ataca os procuradores da força-tarefa de Curitiba, especialmente Deltan Dallagnol, que será julgado a qualquer momento por ter abusado de poder ao conferir, em 2016, palestra com PowerPoint em que o nome "Lula" centralizava gráfico descritivo do esquema do "Petrolão".

Abuso de poder, porém, é a própria corrupção e não o seu combate. Abusivo é se eleger sob a insígnia da Lava Jato e permitir seu desmonte.

De pai para filho

Leandro Colon

BRASÍLIA Desde a prisão de Fabrício Queiroz, Jair Bolsonaro baixou a guarda, moderou sua verbosidade, e, num sinal de inflexão, buscou reduzir a tensão com os demais Poderes.

Segundo as investigações do Ministério Público do Rio, Queiroz era o homem chave do esquema das "rachadinhas" do gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia.

Descobriu-se um cheque de R\$ 24 mil de Queiroz à primeira-dama, Michelle. Bolsonaro, em sua defesa, diz que o dinheiro é parte de um empréstimo de R\$ 40 mil que fez ao ex-assessor do filho, hoje senador. O presidente nunca explicou direito essa tal dívida nem as razões que levaram Michelle a receber o cheque.

Fabrício Queiroz conhece Bolsonaro desde 1984. O PM aposentado seria muito mais laigado a ele do que o filho Flávio.

A história bem mal contada sobre o cheque abre brechas para interpretação de que o presidente também se beneficiou das rachadinhas, prática nefasta de desvio de parte dos salários dos gabinetes.

Do Sputnik ao hot dog

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Morreu em Rhode Island, aos 84 anos, Serguei Krushév. Era um cientista russo, radicado nos EUA e, desde 1999, cidadão americano. Krushév? Sim, o dr. Serguei era filho de Nikita Krushév, secretário-geral do Partido Comunista e premiê da URSS de 1955 a 1964, o pior período da Guerra Fria. Para quem matou aquela aula, Guerra Fria era o ténue equilíbrio mantido por EUA e URSS para não mandar o mundo pelos ares com suas armas nucleares. Dois grandes filmes foram feitos a respeito em 1964: "Dr. Fantástico", de Stanley Kubrick, e "Limite de Segurança", de Sidney Lumet.

Nikita não era mole. Assim que assumiu, denunciou os crimes de seu lendário antecessor, Josef Stálin, como os expurgos e execuções em massa de supostos inimigos, o que abalou a fé dos comunistas em toda parte. Mas também esmagou uma revolta liberal na Hungria, internou dissidentes em hospícios e bateu com o sapato na mesa numa reunião do Conselho de Segurança

de trabalho de reportagem exaustivo publicado pela Folha neste domingo (6) indica que essa maracatu parlamentar com verba pública passou de pai para filho.

Os repórteres Ranier Bragion e Camilla Mattoso analisaram nos últimos meses os boletins de movimentação de 28 anos do gabinete de Bolsonaro nos tempos de deputado.

Eles descobriram ao menos 350 trocas em um vaivém frenético e desarrazoado. Do dia para a noite, salários de servidores eram dobrados e quadruplicados. Em seguida, reduzidos a menos da metade.

Um dos personagens é filha de Queiroz. O recorde de movimentações, com 26 vaivéns, é de Walderice Santos da Conceição, a Wal do Açaí, funcionária fantasma que veio à tona pela Folha na campanha de 2018. A gainada de tom feita por Bolsonaro após a prisão de Queiroz é um movimento de proteção ao filho.

E as informações reveladas sobre seu gabinete na Câmara dos Deputados um indicativo de que a sujeira pode ser muito maior.

'Avanzar sin transar'

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

A expressão que dá título a coluna foi utilizada por Carlos Altamirano, secretário-geral do Partido Socialista Chileno (PS), e tem sido objeto de intensa controvérsia.

Muitos atribuíram-lhe a debacle do governo Allende. Seguir sem negociar teria resultado em tragédia. Mas a expressão capta um dilema crucial das democracias presidenciais multipartidárias.

O partido presidencial — o PS — tinha apenas 10% das cadeiras (5 em 150) na Câmara dos Deputados e sua coalizão também era minoritária: os sete partidos da Unidade Popular detinham apenas 32%. A ascensão de Allende havia sido viabilizada por uma negociação com o maior partido — o partido democrata cristão (PDC) — para a eleição pelo Congresso, entre os dois mais votados — Allende (PS), 36%, e Alessandri (PN), 35% —, já que nenhum candidato obtivera maioria absoluta no primeiro turno.

O apoio do PDC foi obtido através de um Pacto de Garantias Constitucionais com o PS, pelo qual o presidente se comprometia a respeitar artigos específicos da Constituição. Com a escalada do conflito, o PDC acusou-o de violar o pacto e foi para a oposição. As relações Executivo-Legislativo são pautadas pela "recusa à transação" pelo governo minoritário, mas tem elementos universais: o Chile é uma espécie de laboratório de embates Executivo-Legislativo. Se não, vejamos.

Em 1922, o impasse presidente-Congresso levou à intervenção militar e destituição de Arturo Alessandri (1920-24), pai do ex-presidente Jorge Alessandri (1958-64), adversário de Allende. E, antes dele, conflito semelhante já ocorrera. Seu desfecho foi o suicídio do presidente — episódio analisado por Joaquim Nabuco em seu "Balmaceda" (1895) — e a adoção do parlamentarismo no país por três décadas.

Presidentes minoritários têm duas opções: negociar apoio parlamentar e compartilhar o poder; ou "avanzar sin transar" — opção maximalista.

Bolsonaro tem adotado variantes de ambas as opções. A opção pelo governo de coalizão após 16 meses ocorre quando embarca em um "modo sobrevivência": tem caráter defensivo e volta-se para a criação de um escudo legislativo. Representa uma reação à resposta dos demais poderes e da opinião pública às atribuições e estridência que acompanham seu deslocamento para um avanço sin transacción. E reflete também a súbita vulnerabilidade criada pela pandemia, que criou uma lente de aumento sobre o desempenho aberrante do presidente.

O processo de investigação do clã familiar do qual resultou a saída de Moro também importa. Afinal afasta-lo e parte integral da transação: o centro não se volta apenas para o rent seeking mas busca também seu próprio escudo legislativo.

Empresas chamam credores e fazem renegociação em série de debêntures

Acordos dão a companhias mais prazo e alívio para o caixa, comprometido pela pandemia

Júlia Moura

SÃO PAULO Os efeitos da pandemia de Covid-19 na economia já levaram diversas empresas a renegociar títulos de dívida, alegando dificuldade de honrar os pagamentos nos termos acordados na emissão após redução no fluxo de caixa.

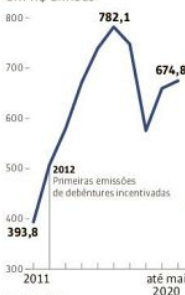
Agentes fiduciários (representantes dos credores) apontam que, desde março, mais de 100 companhias adiaram prazos no pagamento de debêntures e CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários) e mudaram a política de remuneração, alongando o prazo da dívida ou adiando pagamentos parciais programados.

Entre as empresas mais conhecidas estão Rede Bandeirantes, Intercement (divisão de cimento do grupo Camargo Corrêa), IMC (International Meal Company, das redes KFC, Viena e Pizza Hut), além de Inbrands, dona de marcas como Ellus e Salinas, e Restoque, de Le Lis Blanc e Dudalina.

Outras, como CVC, convocaram debenturistas para impedir que declarem o vencimento antecipado da dívida. A empresa fez uma assembleia na sexta-feira, que foi suspensa até que a companhia divulgue os resultados do primeiro trimestre. A nova assembleia deve ocorrer em 7 de agosto. Debêntures representam a

Mercado de debêntures cresce após isenção de imposto

Estoque de debêntures, em R\$ bilhões



Fonte: Anbima

Distribuição das ofertas por detentor, em %



maior fatia de títulos corporativos no Brasil, com R\$ 67,5 bilhões emitidos, seguidas das notas promissórias (R\$ 44,9 bilhões). Já o estoque de CRIs soma R\$ 77,2 bilhões, segundo dados da Anbima (entidade do mercado de capitais).

"Era esperado. Talvez que há um cenário de crise, há renegociação de dívidas. Quanto mais grave a crise, mais forte a renegociação. Você tem um colapso de geração de caixa e há um risco de não honrar as dívidas", afirma Ricardo Carvalho, diretor executivo de Corporates da Fitch Ratings. "Estamos tendo um forte

movimento de renegociação. Uma execução agora não é benéfica para ninguém. É mais uma questão de tentar se precaver pelo pós-pandemia", diz Juliana Cornacchia, sócio da Vórtex, agente fiduciário.

As renegociações mais comuns até o momento são o adiamento de pagamentos de amortização ou juros por três meses e dos vencimentos dos papéis previstos para 2020 e 2021 (quando a companhia precisa devolver o valor do título ao credor). Há também maior tolerância ao endividamento da empresa e assimilação na remuneração.

"Percebemos um fluxo maior de renegociação ao mesmo tempo, diferente das crises anteriores. Hoje o impacto é sobre todos os setores, e é muito mais rápido", diz Viviane Rodrigues, diretora de Agente Fiduciário da Planner.

Ela aponta que as renegociações são por queda brusca no fluxo de receita ou por preservação de caixa. "O investidor e a companhia estão conscientes do momento e as negociações têm sido transparentes".

A maior parte das propostas são de postergação dos pagamentos, com o total de adiamentos superando 2008 e 2015, segundo Rodrigues. Já as reestruturações são raras. "É difícil propor reestruturação agora e depois ter que negociar de novo. Empresas estão aguardando definição dos números e cenários".

No caso da Band, debenturistas já aprovaram que os pagamentos inicialmente previstos para 11 de agosto sejam feitos em 11 de novembro, com correção pela taxa DI (taxa de juro que acompanha a Selic). A emissora ainda negocia a suspensão no pagamento das parcelas de amortização até 2022 e uma nova data

de vencimento para as debêntures, em novembro de 2030, alongando o prazo inicial em oito anos.

Procurada, a emissora disse que está se "adequando à nova realidade que hoje muitas empresas enfrentam no Brasil e no mundo" em função do reflexo econômico da pandemia.

A dona de restaurantes IMC adiou as remunerações previstas para setembro deste ano e março e setembro de 2021 para o vencimento das debêntures, em 2025 e 2026.

Como compensação, a empresa aumentou consideravelmente o rendimento anual dos papéis: de 11,5% para 4,85% na primeira série emitida e de 1,6% para 5,3% na segunda, ambos acrescidos da taxa DI acumulada no período.

Como tem grande parte das unidades em shoppings e aeroportos, a empresa teve um prejuízo líquido de R\$ 46 milhões no primeiro trimestre deste ano, um salto em relação à perda do mesmo período de 2019, de R\$ 8 milhões. Em março, demitiu 30% dos funcionários e, aos demais, deu férias e suspendeu contratos. A IMC preferiu não comentar a renegociação.

Em recuperação extrajudicial, a Restoque suspendeu os pagamentos de juros aos debenturistas até junho de 2021 e das parcelas das debêntures até junho de 2023. Para pagar os credores, em sua maioria bancos e fundos de investimento, a companhia planeja uma nova emissão de debêntures, que pode chegar a R\$ 605 milhões, e de ações ordinárias, de, pelo menos, R\$ 150 milhões. A dívida, composta quase totalmente pelas debêntures, é de cerca de R\$ 1,5 bilhão.

Continua na pág. A14

A Moderninha já vem com PagBank, o banco completo e grátis.

ACEITA NFC

Moderninhas a partir de 12x R\$ 4,90

Sem Aluguel

0% DE TAXA

RECEBA NA HORA

Pag Bank

Baixe grátis já

Rende 30% a mais que a poupança (120% do CDI)

TEDs ilimitadas grátis

TUDO no APP é GRÁTIS

Vem com cartão internacional grátis

PEÇA JÁ
 PAGSEGURO.COM.BR
 4003-6624



Recobimento na hora: em até 1 hora na Conta PagBank; para vendas chip e senha ou NFC a partir de 1/5/2019. Em transações digitais, recobimento em 30 dias, e demais formas em 7 dias. Novos solicitantes de Moderninha Pro 2, Smart, X, Plus e Minizinha Chip 2 terão taxa de 0% no débito ou crédito à vista até R\$ 10 mil em vendas. Solicitantes de Minizinha terão 0% no débito ou crédito à vista nos 3 primeiros meses ou até R\$ 1,5 mil em vendas. Consulte condições em pagseguro.com.br. Cartão internacional condicionado à abertura da Conta Digital, sujeita a análise cadastrál (consulte condições em pagseguro.com.br). CDB é aplicação de renda fixa com baixo risco, e emitido pelo BancoSeguro S.A., com garantia FGC até R\$ 250 mil por CPF. Veja condições em pagseguro.com.br/conta-digital/aplicar-meu-dinheiro Disponível apenas para o App PagBank.

folhainvest **coronavírus**

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

A céu aberto

Ainda com restrições nos dias e horários de funcionamento conforme as determinações de cada município, a varejista de moda Marisa afirma que, desde a reabertura, o desempenho de suas lojas de rua está superior ao das unidades nos shoppings, segundo Marcelo Pimentel, presidente da rede. "Elas estão performando cerca de 10% melhor, temos percebido uma retomada mais rápida nelas", afirma ele. No momento, a rede está com 240 de suas 354 lojas físicas abertas.

CAÇADA Pimentel diz que a Marisa tem menos dependência dos shoppings do que alguns dos concorrentes porque metade de suas unidades estão em rua. Segundo ele, o tempo de permanência das clientes nas lojas está menor do que antes da pandemia, mas o ticket médio cresceu.

CABIDE O executivo afirma que para driblar o problema dos provedores fechados por determinação dos governos, a rede estendeu o prazo para as consumidoras trocarem suas compras. O limite passou de 30 para 90 dias, e, ao voltar, a peça entra em quarentena.

MOLETON Além do aumento na demanda por roupas mais confortáveis para ficar em casa nestes meses, Pimentel diz que a sessão infantil também se destacou, porque, com as escolas fechadas, os uniformes foram guardados. A venda de lingerie foi outro fenômeno que cresceu no isolamento social, afirma ele.

VITRINE A Marisa teve de segurar o lançamento de uma loja-piloto cuja inauguração estava prevista para o fim de abril em São Paulo. A nova data de abertura da unidade reformada deve ser fixa para este mês. "Vamos testar o modelo, entender os ajustes para que em 2022 possamos lançar um programa de reformas", afirma Pimentel.



PROSA

“Temos visto um nível de inadimplência muito abaixo do que esperávamos, isso vale o crédito para a mulher brasileira”

Marcelo Pimentel
presidente da Marisa

com Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência junho*

Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín.	R\$ 1.045	20%	R\$ 209
Valor máx.	R\$ 6.101,06	20%	R\$ 1.220,21	
MEI (Microempreendedor)	Valor mín.	R\$ 1.045	5%	R\$ 52,25
Assalariado	Ate R\$ 1.045	7,5%		
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%			
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%			
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%			

*O prazo da competência de junho vence em 20 jul para empresas; para pessoas físicas, vence em 15 jul. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

VAGÃO O mercado espera ver algum movimento de Henrique Constantino, da família da Gol, rumo à concessão das linhas 8 e 9 da CPTM. Em fevereiro, o empresário disse ao Painel S.A. que tinha interesse de investir na linha-6 do metrô de SP. Mas neste fim de semana, a Acciona assinou o contrato para assumi-la, como antecipou a coluna.

PLATAFORMA O interesse de Constantino é parte do projeto de seu grupo Comporte no segmento de trens e metrô.

MAR O Casa Grande Hotel Resort, um dos mais tradicionais do Guarujá, no litoral paulista, vinha preparando seu protocolo sanitário para reabrir as portas no dia 10 de julho, mas foi postergado para agosto.

APETITE A comunicação preparada para a reabertura do hotel dizia que as mesas do café da manhã seriam afastadas umas das outras. Já se falava no festival anual de fondue que acontece na casa em julho. Segundo o decreto da prefeitura da cidade, no entanto, os restaurantes dos hotéis deveriam permanecer fechados.

REDE O deputado Felipe Cereras (PSB-PE) apresentou um projeto de lei para que famílias de baixa renda cadastradas no CadÚnico possam receber auxílio internet, mas ainda sem valor definido. A ideia é que os beneficiários selecionados possam ser atendidos por prestadores de serviço móvel.

AO PONTO Após chegar na Holanda, a brasileira Fazenda Futuro começou a exportar sua carne vegetal aos Emirados Árabes na semana passada. Os produtos serão vendidos por e-commerce em Dubai. Para atender à demanda externa, a empresa diz que ampliou de 115 para 600 toneladas por mês a capacidade produtiva de sua fábrica neste ano.

TELA Gabriel Galipolo, presidente do Banco Fator, é o convidado do Ao Vivo em Casa, série de lives da Folha, nesta segunda (6). Às 17h, no site do jornal, ele vai falar sobre a crise sanitária instalada no país, as respostas possíveis e a perspectiva do marco regulatório do saneamento.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Ate 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 a 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 a 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 a 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Alíquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5%	97,04
Empregador	20%	250,50

*O prazo para o patrão da doméstica vencer em 7 jul. A guia de pagamento dos patões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, a FGTS, a multa para a demissão e a seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

Empresas chamam credores e fazem renegociação em série de debêntures

Continuação da pág. A13

Maurício Xavier, gestor de crédito privado da Rio Bravo, diz que, para a empresa, é mais simples emitir um novo papel, com juro mais baixo, e pagar antecipadamente as debêntures que estão na mão dos credores.

Ele aponta que a maior parte das empresas que renegocia já estava com problemas financeiros no ano passado e que empresas geralmente buscam outros credores antes de chegar nas debêntures.

A maior parte das debêntures está na mão de bancos (intermediários) e fundos de investimento, que repassam os papéis ao pequeno investidor via fundos de renda fixa ou multimercado. É o caso da fabricante de armas Taurus, que conseguiu postergar os pagamentos de junho, julho e agosto com um acordo com os bancos credores.

"O adiamento beneficia o caixa da companhia a curto prazo, deixando o bem mais confortável nesse momento delicado com a pandemia da Covid-19", afirma Salecio Nuhn, presidente da Taurus.

Ele diz ainda que o adiamento evita que a empresa venda ativos a preços baixos. O diálogo com bancos torna o processo de renegociação mais ágil. Eles costumam ter mais de 50% dos votos em assembleias e os pleiteantes das empresas podem ser decididos por maioria simples. Além disso, a realização de assembleias virtuais aumentou o quórum de participações, reduzindo as reuniões infrutíferas por baixa adesão.

Na renegociação da Intercom, o Bradesco (também acionista da empresa) e o Banco do Brasil, principais debenturistas, aprovaram uma proposta criticada por minoritários. A empresa adiou os pagamentos por três meses, sem remuneração adicional. A companhia também emitiu

novas debêntures, no valor de R\$ 4,7 bilhões, para o pagamento das dívidas. A Intercom preferiu não comentar.

"As emissões antigas, que captaram com Selic em alta, queriam se financiar em taxas menores e aí veio a quarentena e empresas querem renegociar dívidas para se adequar ao fluxo de caixa reduzido", diz Cornacchia, da Vórtex.

Já a Inbrands não conseguiu consentimento de seus debenturistas para adiar os pagamentos de abril, maio e junho para julho.

Foram dez assembleias desde 6 de abril sem um acordo para flexibilizar as garantias da emissão e impedir que os credores decretem o vencimento antecipado da dívida.

A empresa saiu de um prejuízo líquido de R\$ 27 milhões em 2018 para lucro de R\$ 24 milhões em 2019, mas com queda de vendas na crise do coronavírus, o mercado discute a possibilidade de um plano de recuperação judicial.

Procurada, a companhia afirmou que renegocia os papéis devido a alterações de fluxo de caixa. A próxima assembleia de debenturistas está marcada para esta segunda-feira (6).

Uma das renegociações de CRI foi da Cipasa Urbanismo, que vai deixar de pagar a amortização nos meses de maio, junho e julho, remunerando credores apenas com juros neste período. As parcelas serão pagas em agosto com atualização monetária.

A reportagem não conseguiu contato com a empresa. "Renegociação não pode ser algo para apenas postergar o problema, o fôlego momentâneo é importante para a empresa, mas é preciso ser feito com cronograma adequado, de acordo com o fluxo de caixa da empresa, para não gerar mais problemas no futuro", diz Mucio Mattos, sócio da Vectis Capital Solutions.

+ INVESTIR EM DEBÊNTURES

Como comprar? Em corretoras, da mesma maneira que ações

Qual o valor mínimo de investimento? Em média, de R\$ 10 mil, mas há papéis de R\$ 100 mil

Qual o rendimento? Segue ou a taxa CDI (semelhante à Selic), mais um juro predefinido na emissão, ou o IPCA (inflação) mais juros. Quanto maior o risco da empresa, maior o juro pago

Há incidência de IR?

A maioria está sujeita à tabela regressiva, mas há isenção nos papéis que captam recursos para investimentos em infraestrutura

Risco de calote deve ser considerado ao investir

Debêntures e CRIs são tipos de investimentos como papéis seguros com rendimento maior que títulos públicos, o que levou muitas pessoas físicas a embarcarem neste mercado com a queda da Selic e a criação de debêntures isentas de imposto de renda.

Orisco de calote e renegociação da remuneração, porém, deve ser levado em conta na hora de investir. Esses títulos de dívida não contam com cobertura do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) e raramente têm garantias na emissão, como imóveis e maquinário.

Em casos de recuperação judicial, títulos de dívida não estão acima de outros débitos e podem ser os últimos pagamentos.

"Sem dúvida, diversas empresas vão ter que ir para reestruturação tanto extra quanto judicial. E, na ordem de renegociação geralmente é fornecedores, banco e, depois, debenturistas", diz Mucio Mattos, sócio da Vectis Capital Solutions.

Outro risco desses investimentos é a falta de liquidez. Como os papéis são concentrados em bancos, o mercado secundário é muito pequeno.

"São indicados para investidor mais agressivo porque é mais difícil de repassar esse papel. É preciso casar com o investimento e confiar que emissor vai cumprir com o acordo", diz José Raymundo de Faria Júnior, planejador financeiro pelo Planejair.

O especialista recomenda observar a saúde financeira da empresa e a nota que as agências de classificação de risco dão para a emissão.

"É melhor analisar a qualidade do emissor e não a taxa de retorno", afirma Faria Júnior.

Falta de crédito reduziu proteção a empregos e renda, diz pesquisa

Trabalhadores de renda média sem acesso a auxílio emergencial e sem carteira assinada foram mais afetados pela pandemia

Ricardo Balthazar

SÃO PAULO A falta de crédito para micro e pequenas empresas reduziu o alcance das medidas adotadas pelo governo para preservar empregos e a renda dos trabalhadores do setor formal da economia na pandemia de coronavírus, afirma um grupo de pesquisadores ligado à USP.

Cálculos feitos pelos especialistas indicam que os mais prejudicados foram trabalhadores de estratos de renda média, que não tiveram acesso ao auxílio emergencial de R\$ 600 pago aos mais pobres e que trabalhavam em empresas que não conseguiram manter os empregados com a paralisação da economia.

"O governo tomou medidas para ampliar a oferta de crédito, mas ele não chegou a quem mais precisava", diz o sociólogo Ian Prates, pesquisador do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e um dos coordenadores do grupo. "Muitas empresas acabaram demitindo por causa disso."

Os pesquisadores estimam que as medidas do governo permitiram um aumento de R\$ 40 bilhões na contratação de empréstimos entre março e maio, em comparação com

o volume de crédito concedido pelo sistema financeiro entre dezembro e fevereiro, antes do início do estado de calamidade pública.

Embora tenha havido aumento na oferta de crédito, o valor representa apenas 4% do impacto potencial calculado pelo grupo após analisar todas as medidas do governo, incluindo programas de financiamento com recursos públicos e liberação de dinheiro para crédito nos bancos.

De acordo com levantamento feito pelo Ministério da Economia para a Folha, apenas 17% dos R\$ 68 bilhões destinados pelo Tesouro a programas de financiamento durante a pandemia foram desembolsados até agora.

Micro e pequenas empresas que tiveram dificuldade para obter crédito durante a pandemia apontaram como obstáculos a burocracia para acessar linhas emergenciais, a exigência de garantias pelos bancos e a obrigação de evitar demissões.

Dados publicados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na semana passada a mostram que há mais desempregados entre os trabalhadores mais pobres, mas o auxílio emergencial os aj

+ MEDIDAS DO GOVERNO NA PANDEMIA

R\$ 12,1 bil de um total de R\$ 68 bilhões previstos, é o que o governo desembolsou em programas de crédito

7,5% é o volume de recursos já executado do Pronampe, programa destinado a financiar capital de giro de micro e pequenas empresas

R\$ 254 bil será o custo do auxílio emergencial após a prorrogação do pagamento de R\$ 600 por dois meses

dou a preservar a renda que tinham antes da pandemia, dizem os pesquisadores.

Entre os 30% mais pobres, muitos conseguiram com o auxílio renda superior à que tinham no ano passado, dizem os pesquisadores. "Isso pode ter contribuído para que ficassem em casa em vez de buscar trabalho, o que é essencial para evitar a propagação do vírus", afirma Prates.

Entre os 5% mais ricos da população, poucos ficaram desempregados, e 40% continuaram trabalhando em casa. Nos estratos de renda mais alta, a crise econômica provocou perdas de até 20% na renda domiciliar, calcula o grupo de pesquisadores.

Nos estratos de renda média, as perdas variaram de 10% a 20%, segundo o grupo. Sem acesso ao auxílio de R\$ 600, muitos desses trabalhadores também não foram beneficiados por outros programas emergenciais, por não ter vínculo formal com o emprego ou não atender outros requisitos.

O grupo de Prates é ligado à Rede de Pesquisa Solidária, que reúne dezenas de pesquisadores de instituições públicas e privadas. Desde abril, eles têm produzido boletins semanais com os resultados.

Brasileiro busca investimento no mercado americano

Queda de juros e alta do dólar explicam alta de 20% em aplicações no exterior

Júlia Moura e Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A dificuldade em encontrar opções de investimento no Brasil que garantam boa rentabilidade e também o poder de compra em relação ao dólar têm motivado brasileiros a procurarem ativos negociados no exterior.

Segundo dados do Banco Central, os brasileiros possuem no final de maio deste ano US\$ 38,8 bilhões em ações fora do país. Houve um aumento de cerca de 20% nesse estoque nos últimos 12 meses.

Entre o final de 2017 e setembro de 2019, esse valor ficou praticamente estável. Desde o último trimestre do ano passado, vem crescendo.

O movimento está alinhado ao aumento das aplicações também na Bolsa brasileira, impulsionadas, por exemplo, pela queda nas taxas de juros que reduziram a atratividade da renda fixa no Brasil. A título de comparação, o estoque de investimento em ações no exterior equivale a 5% do valor de mercado das empresas do Ibovespa, em dólares.

Nos cinco primeiros meses do ano, o saldo de novas aplicações em ações negociadas fora do país, por pessoas residentes no Brasil, cresceu quase dez vezes em relação ao mesmo período de 2019, de US\$ 74 milhões para US\$ 707 milhões.

No caso dos fundos de investimento registrados fora do país, houve alta de 337% de US\$ 791 milhões para US\$ 3.452 bilhões.

Se os valores forem convertidos para reais, o crescimento é ainda mais expressivo, considerando que a mesma quantidade de dólares equivale atualmente a uma quantidade maior de moeda nacional em relação ao início de 2019.

Para fazer um investimento diretamente no exterior é necessário abrir conta em uma instituição americana e enviar os recursos para fora do país.

Para abrir conta nos EUA, são exigidos praticamente os mesmos documentos necessários para abrir em corretora brasileira: passaporte ou comprovante de identidade e comprovante de residência.

Alguns institutos pedem cópia do Imposto de Renda. Os valores investidos devem ser informados ao Banco Central, de acordo com o calendário de declarações de capitais no exterior.

As aplicações também devem ser reportadas à Receita Federal na declaração do Imposto de Renda e, quando há ganho, os valores são tributados aqui no Brasil.

Roberto Lee, presidente da Avenue, corretora no EUA para brasileiros, afirma que, antes da crise atual, as pessoas buscavam mais ações de empresas como Apple, Facebook e Netflix. Desde que o dólar começou a se valorizar mais fortemente, passaram a buscar mais ativos de renda fixa.

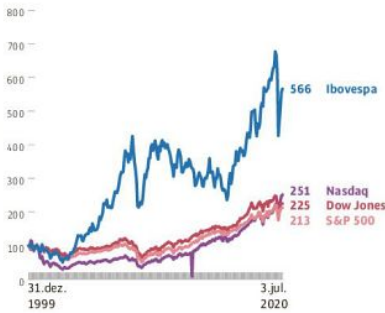
"O maior volume tem sido para ETF de renda fixa, buscando preservação de capital. De dívidas soberanas, especialmente de países emergentes, e bonds de grandes empresas americanas. ETFs que investem no Tesouro pagam pouco, então a alocação é pouca", afirma Lee.

Segundo ele, o valor médio de quem tem conta na corretora fica entre US\$ 7,500 e US\$ 10,000. O público investidor é de classe média alta.

Em relação às ações, ele afirma que os investidores se guiam pelas marcas de produtos e serviços que utilizam. "Eles buscam as maiores empresas

Nos últimos 20 anos, a Bolsa brasileira subiu mais que as americanas

Evolução dos índices, em base 100



No período, dólar sobe 193%



Fontes: Bloomberg e CMA

Como investir em ativos estrangeiros sem sair do Brasil

O principal caminho para que um brasileiro possa investir no exterior continua a ser a aplicação em ativos negociados no Brasil, mas que têm rentabilidade atrelada a papéis negociados fora do país. E essas modalidades também cresceram expressivamente nos últimos 12 meses.

O principal veículo são os fundos de investimento. Nos últimos anos, cresceu a oferta de fundos que aplicam em ativos no exterior; alguns deles acompanhando o desempenho de índices dos mercados de ações internacionais.

Esses fundos (de renda fixa, ações ou multimercados) têm hoje um patrimônio de R\$ 553 bilhões, crescimento de quase 35% em 12 meses, segundo dados da Anbima (associação do mercado de capitais).

Também é possível adquirir na Bolsa de Valores ETFs (Exchange Traded Fund). Atualmente, são negociados na B3 dois fundos que seguem o índice americano S&P 500 (IVVB e SPXI) e podem ser comprados da mesma forma que se investe em ação.

Outra opção na Bolsa são BDRs (Brazilian Depositary Receipt), papéis emitidos no Brasil que representam ações de companhias do exterior. Também é possível investir em fundos que aplicam em BDRs.

Existem ainda os COEs (Certificados de Operações Estruturadas), uma estratégia de investimento que pode ter ganho ligado a uma ação ou índice no exterior.

Como investir no exterior

ESCOLHA DO MERCADO
É possível enviar recursos para fora do país ou aplicar em fundos brasileiros que investem no exterior.

O QUE FAZER
O primeiro passo é encontrar a corretora ou banco pelo qual pretende investir no exterior.

TRANSFERÊNCIA
Procure seu banco no Brasil e informe o valor que pretende mandar ao exterior; atenção às taxas.

LONGO PRAZO
É importante destinar recursos a aplicações no exterior apenas se não for precisar deles no curto prazo.

ORIENTAÇÃO
Para investir em um mercado desconhecido, orientação de profissionais é essencial.

TAXAS
Negócios no exterior estão sujeitos a taxas de corretagem e emolumentos.

LEÃO
Tem que declarar o ajuste anual de IR; é preciso recolher imposto sobre ganho.

DECLARAÇÃO
Recursos brasileiros mantidos fora do país por residentes no Brasil, como bens, depósitos, imóveis, e ações, devem ser declarados ao Banco Central anualmente (a partir de US\$ 100 mil) ou trimestralmente (a partir de US\$ 100 milhões). As multas por não declarar variam de R\$ 2.500 a R\$ 250 mil, podendo ser aumentada em 50% em alguns casos.

DIVERSIFICAÇÃO
Não é indicado ter aplicações somente no exterior; diversificar é a melhor forma de reduzir riscos.

VEJA ALGUNS TIPOS DE APLICAÇÕES LIGADAS A ATIVOS NO EXTERIOR

Fundos de Investimentos no exterior
Exige transferência de recursos para fora do país

Ações negociadas em mercados no exterior
Exige transferência de recursos para fora do país

Fundos de Investimentos nacionais que aplicam no exterior
São oferecidos por bancos e corretoras, seguem a legislação brasileira e as transações são feitas em reais

ETFs (Exchange Traded Fund)
Na Bolsa de Valores, há dois fundos que acompanham o índice norte-americano S&P 500 (IVVB e SPXI) e podem ser adquiridos diretamente, da mesma forma que é feita a compra de uma ação. O ETF costuma ter taxa de administração menor que a dos fundos tradicionais

TAXAS
Negócios no exterior estão sujeitos a taxas de corretagem e emolumentos

COE (Certificado de Operações Estruturadas)
São estratégias de investimentos, nesse caso, com rentabilidade atrelada a uma ação ou índice no exterior. Em geral, possuem capital protegido, ganho limitado a um determinado percentual e prazo fixo de resgate. Oferecido por bancos e corretoras

BDR (Brazilian Depositary Receipt)
Papel emitido no Brasil que representa um valor mobiliário de companhias com sede no exterior. Negociado na Bolsa de Valores, com operações realizadas no Brasil e liquidação em reais

Fontes: B3, Banco Central e CVM (Comissão de Valores Mobiliários)

COMUNICADO A Claro SA informa aos clientes os novos valores máximos homologados e promocionais do Plano Atendimento de Serviço - PAS 247 LD, na modalidade Longa Distância Nacional, com vigência a partir de zero hora do dia 15/07/2020, conforme tabela abaixo:

FRANQUIA DE MÍNUTOS FICOMOVIS	Valores promocionais sem tributos										Valores Promocionais com tributos para todos os estados		Valores máximos homologados sem tributos para todos os estados	
	AC, ES, RR, SC e SP	MT e MG	BA e DF	AP, GO, MA, MS, PR e TO	AL, AM, CE, PA, PB, PE, PI, RN, RS e SE	RJ	RO	Valores Promocionais com tributos para todos os estados	Valores máximos homologados sem tributos para todos os estados	Valores máximos homologados sem tributos para todos os estados	Valores máximos homologados sem tributos para todos os estados			
1.000 minutos	52,00	35,99	35,47	34,85	34,43	33,39	31,94	51,90	51,90	14,23	14,23			
2.000 minutos	99,14	67,49	66,68	65,83	65,00	63,34	60,85	62,80	62,80	27,89	27,89			
4.000 minutos	174,08	102,89	102,29	101,69	101,09	102,89	98,00	109,80	109,80	51,81	51,81			
8.000 minutos	309,89	182,38	182,38	182,38	182,38	182,38	182,38	182,38	182,38	95,80	95,80			
16.000 minutos	539,89	307,46	307,46	307,46	307,46	307,46	307,46	307,46	307,46	168,87	168,87			

COMUNICADO A Claro SA comunica aos clientes do Serviço Telefônico Fixo Comutado STFC, os novos valores do Plano Básico do Serviço de Longa Distância Internacional, para as seguintes origens em Telefonia Fixa e Móvel, com vigência a partir de zero hora do dia 17/07/2020, conforme tabela abaixo:

Grupo de Países	Novos valores máximos homologados, sem tributos		Novos valores praticados, sem tributos		Valores com tributos (R\$)													
	Hor. Normal	Hor. Reduzido	Hor. Normal	Hor. Reduzido	AC, ES, RR, SC e SP	MT e MG	BA e DF	AP, GO, MA, MS, PR e TO	AL, AM, CE, PA, PB, PE, PI, RN, RS e SE	RJ	RO	Hor. Normal	Hor. Reduzido	Hor. Normal	Hor. Reduzido	Hor. Normal	Hor. Reduzido	
Grupo 1	1.350,47	1.350,47	1.350,47	1.350,47	1.882,74	1.882,74	1.847,72	1.947,72	1.971,81	1.971,81	2.055,75	2.055,75	1.819,97	2.033,37	1.819,97	2.033,37	2.058,89	2.058,89
Grupo 2	0.919,79	0.919,79	0.919,79	0.919,79	1.280,71	1.280,71	1.317,84	1.317,84	1.338,92	1.338,92	1.356,77	1.356,77	1.377,22	1.377,22	1.420,93	1.420,93	1.488,67	1.488,67
Grupo 3	1.969,04	1.969,04	1.969,04	1.969,04	2.755,48	2.755,48	2.834,65	2.834,65	2.876,63	2.876,63	2.919,13	2.919,13	2.961,13	2.961,13	3.055,32	3.055,32	3.204,62	3.204,62
Grupo 4	1.578,38	1.578,38	1.578,38	1.578,38	2.212,13	2.212,13	2.279,93	2.279,93	2.302,23	2.302,23	2.343,91	2.343,91	2.378,80	2.378,80	2.452,77	2.452,77	2.572,71	2.572,71
Grupo 5	1.969,04	1.969,04	1.969,04	1.969,04	2.755,48	2.755,48	2.834,65	2.834,65	2.876,63	2.876,63	2.919,13	2.919,13	2.961,13	2.961,13	3.055,32	3.055,32	3.204,62	3.204,62
Grupo 6	1.969,04	1.969,04	1.969,04	1.969,04	2.755,48	2.755,48	2.834,65	2.834,65	2.876,63	2.876,63	2.919,13	2.919,13	2.961,13	2.961,13	3.055,32	3.055,32	3.204,62	3.204,62
Grupo 7	1.969,04	1.969,04	1.969,04	1.969,04	2.755,48	2.755,48	2.834,65	2.834,65	2.876,63	2.876,63	2.919,13	2.919,13	2.961,13	2.961,13	3.055,32	3.055,32	3.204,62	3.204,62
Grupo 8	1.969,04	1.969,04	1.969,04	1.969,04	2.755,48	2.755,48	2.834,65	2.834,65	2.876,63	2.876,63	2.919,13	2.919,13	2.961,13	2.961,13	3.055,32	3.055,32	3.204,62	3.204,62
Grupo 9	1.969,04	1.969,04	1.969,04	1.969,04	2.755,48	2.755,48	2.834,65	2.834,65	2.876,63	2.876,63	2.919,13	2.919,13	2.961,13	2.961,13	3.055,32	3.055,32	3.204,62	3.204,62
Região Limitada	0.530,25	0.530,25	0.530,25	0.530,25	0.743,16	0.743,16	0.764,69	0.764,69	0.779,78	0.779,78	0.797,17	0.797,17	0.824,90	0.824,90	0.840,93	0.840,93	0.864,13	0.864,13

folhainvest coronavírus

O roto falando do rasgado

Vender o melhor para o cliente ou bater a meta do mês e receber a maior comissão?

Marcia Dessen

Planejadora financeira CFP ("Certified Financial Planner"), autora de "Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro"

Para alguns, jogada de marketing. Para outros, concorrência agressiva baseada na crítica do modelo de negócio do sócio concorrente. O confronto envolve duas grandes instituições financeiras, uma do setor bancário, e outra, uma plataforma de investimento que nasceu independente, proclamando os investidores a "desbancarizar". As armas de ataque se referem, basicamente, à oferta de produtos de investimento sem alinhamento com os interesses e objetivos do cliente e à forma

como são remunerados os agentes comerciais responsáveis pela distribuição desses produtos. Quem tem razão? Aparentemente, nenhum dos dois, já que o modelo de negócio é o mesmo, com sutis diferenças que o cliente que paga a conta, em ambos os casos, desconhece. Nos bancos, a pessoa responsável pela distribuição dos produtos é funcionário assalariado da instituição financeira. Além do salário, recebe bônus se bater as metas de vendas. Na plataforma, a pessoa que

interage com o cliente é um agente autônomo que atua como preposto da instituição. Sua remuneração advém de comissões que variam conforme o tipo de produto que vende. A plataforma acusa o banco de vender cheque especial a juros abusivos, título de capitalização, consórcio e outros produtos que fazem parte da meta que os gerentes são obrigados a cumprir todos os meses. O banco acusa a plataforma de usar seu exército de assessores para vender produtos com

pouco ou nenhum alinhamento ao cliente, em razão do modelo de remuneração dos agentes autônomos, baseado somente em comissões e rebate da taxa cobrada nos produtos. De que lado estou? Do único que não foi lembrado e o que mais importa, o cliente, que investe, corre os riscos e paga a conta. Sem ele, não haveria mercado. Tudo bem ser remunerado de um jeito ou de outro, ninguém trabalha de graça. Mas o cliente tem que saber quanto paga para

investir, quem ganha quanto. Se o cliente estiver de acordo com a forma e com o custo, tudo certo. Apesar do potencial conflito de interesses em razão do modelo de remuneração, o distribuidor de ambas as casas pode atuar no melhor interesse do cliente. O dilema, de vender o produto mais adequado para o cliente ou receber a maior comissão ou bônus, não precisa existir. Ambos os profissionais podem errar se não estiverem comprometidos com a conduta ética de colocar o cliente em primeiro lugar. O gerente vende porque precisa bater a meta, o assessor vende porque ganha a maior comissão. Se o cliente perceber que não está no centro das atenções, que o foco é o produto, e não ele, deve se afastar e buscar aconselhamento em outro lugar. Remuneração embutida em produtos e falta de clareza so-

bre custos, uma prática que tem de acabar. Os agentes autônomos que atuam nas plataformas poderiam receber, por exemplo, um percentual sobre o montante do investimento, independentemente do produto vendido. Assim, seria eliminado o conflito de vender um produto que lhe paga comissão de 5%, em vez de outro, mais adequado ao cliente, que paga somente 0,20%. O critério para dar bônus aos funcionários dos grandes bancos poderia deixar de considerar a venda de produtos que não têm nada a ver com investimento. A mudança virá quando o consumidor perceber o poder que tem, que a ele compete definir quanto está disposto a pagar e escolher quem merece sua confiança e seus recursos financeiros. Sozinhos somos formiguinhas, mas juntos, muito poderosos. marcia.dessen@gmail.com

| DOM. Samuel Pessoa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

União tem em 2019 patrimônio líquido negativo recorde

Diferença entre ativos e contas a pagar soma R\$ 2,98 tri e reflete déficit público e reserva para derrotas na Justiça

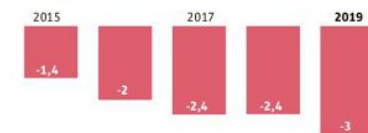
Fábio Pupo e Bernardo Caram

BRASÍLIA A União registrou antes mesmo da chegada do novo coronavírus um patrimônio líquido negativo recorde de R\$ 2,98 trilhões. O dado foi registrado ao fim de 2019 e representa um aumento de 23% em relação a um ano antes, impulsionado por fatores como o déficit nas contas públicas e decisões judiciais desfavoráveis. O patrimônio líquido da União representa a diferença entre os ativos e direitos do país (como dinheiro em caixa, receitas a receber, participação em estatais e imóveis) menos as contas que precisa pagar (como dívidas, aposentadorias e passivos decorrentes de decisões da Justiça). O indicador ficou no vermelho pela primeira vez em 2015 depois que o Tesouro Nacional aderiu a normas internacionais de contabilidade, e desde então tem se agravado de forma contínua. Heriberto Vilela do Nascimento, coordenador-geral de contabilidade da União, diz

ser comum o indicador ficar no negativo também em outros países, mas que o tamanho do número chama atenção no caso brasileiro. "É esperado que fique negativo, mas o volume está muito grande e isso gera uma necessidade de eu ter que reverter essa tendência, pois o que estou deixando para as gerações futuras é dívida", afirma Nascimento. Diversos fatores levaram à piora nos números. O Tesouro elenca itens como as diversas destinações carimbadas da receita obtida (o que dificulta a administração financeira), o fato de a União ter que se endividar até para atividades operacionais e a inadimplência de estados e municípios. Também estão na lista o alto volume de créditos tributários e de dívida ativa a receber (R\$ 4,253 trilhões) enquanto a expectativa média de recuperação é baixa (em torno de 15%). Outro fator relevante é o aumento expressivo das provisões para perdas judiciais e administrativas (de R\$ 169,9

bilhões em 2018 para R\$ 681,2 bilhões em 2019). Esse aumento se deve a uma mudança de metodologia do Tesouro para classificar riscos judiciais e também a diferentes decisões desfavoráveis ao longo do ano. A principal decisão é do STF (Supremo Tribunal Federal), que retirou o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, que gerou impacto de R\$ 246 bilhões nas contas. Também há perdas registradas em ações ligadas à lei Kandir (que concede recursos da União a estados exportadores), a imunidade em variações cambiais na exportação e até a reajuste para servidores da Receita. A modelagem de certas políticas também acabou gerando provisões, como o Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior). Nesse caso, a União tem a receber R\$ 91 bilhões e as perdas estimadas são de aproximadamente R\$ 20 bilhões. Os números nos próximos relatórios devem ser ainda piores considerando o rombo histórico de mais de R\$ 828 bilhões do setor público de 2020 e ainda o déficit da Previdência.

Patrimônio negativo da União

Patrimônio líquido da União
Em R\$ trilhões

Ativos em 2019

Em R\$ trilhões



Passivos em 2019

Em R\$ trilhões



Fonte: Tesouro Nacional



No Loup (no alto), as mesas estão mais espaçadas; no Astor (acima), gerentes recebem treinamento para mudar processo de atendimento aos clientes e os cardápios (esq.) serão substituídos por QR para consulta no celular

Fotos Mathilde Misonneiro/Folhapress

Menos de 20% do crédito para socorrer empresas foi desembolsado

Governo estuda novas medidas como R\$ 10 bi do Tesouro para operações via maquininhas

Fábio Pupo e Isabela Bolzani

BRASÍLIA Em meio à reclamação de empresários sobre a falta de crédito durante a pandemia do novo coronavírus, apenas 17% dos recursos anunciados em programas de financiamento lançados ou regulamentados pelo governo foram desembolsados até agora.

Os números fazem parte de levantamento feito pelo Ministério da Economia a pedido da Folha. Os dados mostram a baixa execução das iniciativas de crédito quase quatro meses após começarem as medidas de isolamento.

Dos quase R\$ 70 bilhões anunciados para quatro grandes linhas, apenas R\$ 12,1 bilhões foram executados.

A área do crédito é a mais problemática do pacote econômico contra a crise da Covid-19, na avaliação do próprio titular da pasta, Paulo Guedes.

O ministro diz que a situação é dramática porque a demanda quadruplicou e reconhece que ele e sua equipe têm encontrado dificuldades com o tema.

"Tenho a maior franqueza em reconhecer que, na parte de crédito, [o desempenho] não foi satisfatório até o momento. Nós continuamos aperfeiçoando o nosso programa para o dinheiro chegar à ponta, que era a maior reclamação", disse em co-

Crédito direcionado na pandemia não chega a empresas

Linha de crédito	Objetivo	Quem pode usar	Recursos previstos (em R\$ bi)	Recursos usados (em R\$ bi)	Recursos usados (em %)
Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)	Financiar investimentos e capital de giro com garantia do Tesouro	Microempresas e empresas de pequeno porte (faturamento até R\$ 4,8 milhões por ano)	15,9	1,2	7,5
Pese (Programa Emergencial de Suporte ao Emprego)	Financiar empresas para pagarem salários	Pequenas e médias empresas com faturamento entre R\$ 360 mil a R\$ 10 milhões por ano	40	4,1	10,3
Fampe (Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas), linha de Caixa e Sebrae	Financiar capital de giro a pequenos negócios	Empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões	7,5	1,7	22,6
BNDES Crédito Pequenas Empresas	Financiar fluxo de caixa de empresas	Empresas com faturamento até R\$ 300 milhões	5	5,1	102
Total			68,4	12,1	17,7%

Fontes: Ministério da Economia e BNDES

missão no Congresso na terça-feira (30).

Diferentes fatores são apontados como causas para o cenário. Entre eles, grandes bancos evitando o risco de concederem dinheiro a empresas menores, enquanto pequenos empresários demonstrariam não ter garantias suficientes para as operações.

Ao mesmo tempo, as gran-

des companhias acionaram suas linhas de crédito pré-aprovadas, drenando boa parte dos recursos disponíveis no começo da crise.

A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) notou, no fim de março, uma movimentação preventiva por parte de grandes e médias empresas, que recorrem a todas ou a parte das linhas de crédito que

tinham a sua disposição, como estratégia para reforçar o caixa diante da pandemia.

Na visão da equipe econômica, não faltaram recursos porque o BC (Banco Central) liberou liquidez no sistema financeiro e o problema maior foi a falta de apetite das instituições por risco.

Carlos Melles, presidente do Sebrae (Serviço Brasilei-

ro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), diz que os pequenos acabam prejudicados por muitas vezes não terem condição financeira de garantir os empréstimos aos olhos dos bancos.

"Não existe apetite para emprestar ao pequeno. Já não existia, agora então [com a pandemia] é uma loucura. No geral não existem canais, não existe boa vontade, e o crédito fica represado", diz.

Segundo Melles, as reclamações diminuíram recentemente porque há uma "fadiga" com o tema.

Pesquisa do Sebrae de junho mostra que 39% dos pequenos empresários buscaram empréstimos na pandemia. Apenas 15% deles conseguiram. A principal razão alegada foi o chamado CPF negativo ou entraves no Serasa.

Uma das apostas da equipe econômica para destravar recursos a empresas menores é o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).

O programa abasteceu com R\$ 15,9 bilhões, vindos do Tesouro, o FGO (Fundo de Garantia de Operações) do Banco do Brasil. O fundo é responsável por garantir os empréstimos feitos por meio das instituições habilitadas.

Até o momento, três estão credenciadas (o próprio Banco do Brasil, a Caixa Econômi-

ca Federal e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), e cerca de outras 20 manifestaram interesse, diz o governo.

De acordo com o diretor de inovação, produtos e serviços bancários da Febraban, Leandro Vilain, os bancos ainda esperam aperfeiçoamentos — que devem vir com a aprovação da MP (medida provisória) 944, que regulamenta o programa que financia salários — antes de finalizarem as adaptações ao Pronampe.

"O administrador do programa, o Banco do Brasil, e o Ministério da Economia também estão discutindo alterações no regulamento do programa, que deve sofrer alterações em breve", disse Vilain. A execução do Pronampe está em 7,5% do total previsto e, nesse caso, o Ministério da Economia diz que o ritmo se deve ao pouco tempo de lançamento da medida.

Criado pelo Congresso em abril, o programa foi sancionado pelo governo só em junho. À demora para o dinheiro chegar é alvo de reclamações.

"São pelo menos 90 dias que estamos lutando incessantemente, sendo que o micro e o pequeno não suportam 45 dias. Nenhum dos programas efetivamente chegou às mãos de quem precisava", afirma Melles.

Também deve amenizar o problema, na visão do governo, o FGI (Fundo Garantidor de Investimentos) do BNDES, que receberá R\$ 20 bilhões do Tesouro para bancar o risco dos empréstimos.

O BNDES opera uma linha de capital giro voltada a pequenas empresas, temporariamente aberta para companhias que faturam até R\$ 300 milhões por ano, com execução acima do previsto.

Continua na pág. A16

Lorenzetti

O banho preferido dos brasileiros



ACQUA DUO ULTRA
DUCHA E CHUVEIRO EM UM SO PRODUTO

LINHA ACQUA ULTRA ELETRÔNICA



ACQUA STORM ULTRA



ACQUA WAVE ULTRA



ACQUA STAR ULTRA



ACQUA JET ULTRA

Conheça nossa linha completa



Aquecedores a Gás



Purificadores de Água



Metais e Louças Sanitárias



Plásticos Sanitários



Iluminação



lorenzetti.com.br



App Store
Google Play

0800 016 02 11 www.lorenzetti.com.br

LORENZETTI

Mais do que você imagina

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

Catraca

Oito meses após anunciar que a espanhola Acciona assumiria a obra e a operação da linha 6-laranja do metrô, o governo de SP chega ao momento da assinatura do contrato com a construtora neste fim de semana. É o fim de uma novela que destrava um trecho de transporte público que sofreu todo tipo de revés em um década, desde impacto da Lava Jato no consórcio original até protesto de dono de imóvel em bairro nobre para barrar a atração de morador de rua em estação.

TRILHOS Entre os maiores projetos de infraestrutura da América Latina, a linha tem 15 quilômetros de extensão, com 15 estações que passam perto de grandes instituições de ensino superior na capital paulista, o que a tornou conhecida como linha universitária. Ela também faz ligação com a Brasília, um dos bairros mais carentes da cidade.

POBREZA A obra ficou famosa em 2010, quando uma moradora do Higienópolis, integrante de um grupo que protestava para impedir a construção de uma estação em seu bairro nobre, disse que o metrô levaria "gente diferenciada" à redondeza, se referindo a moradores de rua.

PLATAFORMA Em 2016, o projeto parou e assim ficou por anos, enquanto o governo paulista tentava rescindir o contrato com as construtoras envolvidas na Lava Jato no antigo consórcio formado por Odebrecht, Queiroz Galvão e UTC. Até que a Acciona entrou para assumi-lo.

HISTÓRIA O projeto da linha sofreu tantos contratempos que chegou a ser dado como morto em algumas ocasiões de sua longa história, desde que foi anunciado em 2008 na gestão José Serra (PSDB), que prometia colocá-la em operação em 2012.

NOVA TEMPORADA Na semana passada, o governador João Doria publicou um decreto determinando para a próxima terça-feira (7) a caducidade da antiga concessão da Move São Paulo, que agora dá lugar aos espanhóis.

CONTE DE FADAS A pandemia não vai adiar os lançamentos previstos pela Galinha Pintadinha para este ano. A produtora infantil dos desenhos animados está desenvolvendo um conjunto de histórias clássicas, como Chapeuzinho Vermelho, a Lebre e a Tartaruga e outras.

IMAGINAÇÃO Nas novas obras, que serão apresentadas em vídeo e livros impressos, a personagem da Galinha Pintadinha vai aparecer contando as histórias para o Pintinho. O lançamento está previsto para o fim do ano.

com Mariana Grazini

A HORA DO CAFÉ | Fabiane Langona



Menos de 20% do crédito para socorrer empresas foi desembolsado

Continuação da pág. A15

Na avaliação do banco, o desempenho se deve a fatores como uma comunicação mais completa para o empresário, com exibição por meio do site de todas as instituições e respectivas taxas cobradas na região do empreendedor.

Nessa linha, a execução passou dos R\$ 5 bilhões projetados, graças à demanda de médias empresas (que captaram 64% do montante). Por isso, o banco vai dobrar os recursos disponíveis para R\$ 10 bilhões.

Novas alternativas estão em estudo pelo Ministério da Economia e pelo Congresso para destravar o cenário, sendo um deles o empréstimo por meio de empresas de maquininhas.

A alternativa era um pedido das próprias empresas do segmento, e as discussões apontam para o uso de R\$ 10 bilhões do Tesouro para sustentar linhas de crédito.

Nesse caso, os empreendedores podem receber recursos em conta e ir pagando o empréstimo por meio das vendas que fazem via aparelhos.

O BC, responsável pelo programa que financia salários (o Pese) e que tem execução de apenas 1% do previsto, afirma que monitora continuamente as medidas e recebe propostas de melhorias.

Segundo a autoridade monetária, o BC anunciou no dia 23 de junho uma nova série de iniciativas diante do arrefeci-

mento do crédito cujos resultados deverão se materializar a partir deste mês.

"O BC reforça que, sempre que julgar necessário, adotará novas medidas e utilizará todas as ferramentas de que dispõe para o bom funcionamento do sistema", diz em nota.

Bancos dizem que se empenham para liberar recursos

Os bancos a firmaram que estão empenhados para colocar recursos à disposição das empresas, em programas do governo e em linhas próprias.

Em nota, o Itaú afirmou que já emprestou R\$ 1,6 bilhão para a linha de crédito emergencial que garante o pagamento do salário de funcionários de pequenas empresas e que outro R\$ 1,8 bilhão foi cedido referente ao Bem (Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda).

"O Itaú também não adota como política a elevação de taxas de juros desde o início da pandemia e tem oferecido condições inéditas de alongamentos de prazos, carências e renegociações para seus clientes por meio do Programa TraveSSia. Ao todo, com a iniciativa, foram mais R\$ 5,2 bilhões em novas concessões de crédito para PMEs [peque-

FEBRABAN DESTACA REGRAS

Especificamente sobre a linha de folhas de pagamentos, Vilain, da Febraban, disse que a adesão das empresas é considerada aquém das expectativas.

"Alguns fatores contribuíram para isso. A exigência de não ter dívidas de seguridade social afetou a elegibilidade de 20% das empresas até a emenda constitucional 106/2020, em 7 de maio, que retirou essa limitação", Vilain também disse que os bancos não solicitam contrapartidas adicionais em relação às novas linhas e que mantêm só o que exige os regulamentos dos respectivos fundos.

nas e médias empresas]", disse o banco em nota.

Já o Santander Brasil disse que não tem medido esforços para entender as necessidades de seus clientes e apoiá-los na travessia do atual momento.

"Esta postura tem permitido à instituição adotar, além das iniciativas alinhadas diretamente entre o governo e o setor bancário, outras soluções direcionadas a segmentos mais vulneráveis, como microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e pessoas com dificuldades para honrar seus compromissos".

Em nota, o Bradesco afirmou que já adotou o Pese e o Peac (Programa Emergencial de Acesso ao Crédito, que vai abastecer o FGI) e que está em processo de adesão ao Promoppe. Disse ainda que oferece opções de linha de crédito.

"A iniciativa do banco vem em linha com os programas anunciados, que tem como objetivo ajudar as empresas a enfrentar a turbulência econômica causada pela pandemia do novo coronavírus", disse.

O Banco do Brasil afirmou que desembolsou mais de R\$ 136 bilhões em crédito, considerando prorrogações, renovações e novas operações.

A Caixa disse que deu condições diferenciadas e taxas reduzidas para a micro e pequenas empresas e pausa de até 90 dias no pagamento das parcelas do crédito.

Pequeno grupo de empresas insensíveis causa dano terrível à sociedade

Empresário narra saga por acesso à linha de crédito para financiar folha de pagamento enquanto salas de cinemas estão fechadas

OPINIÃO

André Sturm

Cineasta, ex-diretor do Museu da Imagem e do Som de São Paulo e ex-secretário da Cultura da cidade de São Paulo

Sou um empresário. Um empreendedor. Atuo na área cultural há mais de 30 anos. Meu negócio mais conhecido é o Cine Belas Artes.

Ao final de 2002, saí a notícia de que o cinema fecharia. Procurei o dono e propus uma parceria. Conveni três amigos corajosos, que se associaram. Conseguimos o patrocínio de um banco e reformamos. Voltou a ser o cinema querido de todos, cheio de gente.

No final de 2010, o proprietário do imóvel informou que não pretendia renovar o contrato. Foi uma mobilização incrível, mas fechamos em março. Durante dois anos, mantivemos a chama acesa e, em 2013, a prefeitura se dispôs a ajudar, o proprietário aceitou conversar, veio novo contrato de patrocínio com outro banco.

Em julho de 2014, o cinema reabriu suas portas. Tanta gente veio que a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) teve que fechar a rua da Consolação, em frente.

No ano passado, perdemos o patrocínio, mas em 40 dias já tínhamos outro, garantindo o funcionamento.

Conto tudo isso para mostrar que já enfrentei as maiores dificuldades. Mas nunca imaginei passar o que ocorreu nos últimos meses.

Atendendo a pedido do governador, e, para preservar de riscos nossa equipe e público, fechamos o cinema em 17 de março. Dei férias para os funcionários e avisei que reabri-

amos em 30 dias. Em meados de abril, ficando clara a gravidade da situação e a total falta de perspectiva de reabertura, surgiu um impasse: são mais de 50 colaboradores. Todos em casa. Zero receita. Não existe "delivery" de cinema (o streaming é explorado por outras empresas) ou de pipoca.

Nunca em minha vida empresarial demiti um funcionário por "corte de custos". Não queria fazer isso agora, ainda mais na grave crise. Mas a folha superava R\$ 180 mil.

Foi quando surgiu uma luz. O governo federal anunciou uma linha de financiamento com juros mínimos para essa necessidade das pequenas e médias empresas!

No mesmo dia, entrei em contato com a agência na qual temos conta. A gerente informou que não tinha notícias sobre tal linha. Todos os dias, uma ligação e a mesma resposta. Após alguns dias, ouvi que essa linha não funcionava, mas, se eu quisesse, o banco tinha um crédito incrível para minha empresa. Cobravam por mês quase a taxa anual do crédito federal! Como assim?

Na mesma semana, em todos os jornais, vejo um anúncio desse banco doando R\$ 1 bilhão para o "combate à Covid-19".

Muita hipocrisia. O melhor combate à doença é manter empregos. Permitir que as empresas sigam vivas, pagando seus funcionários. Que eles possam pagar suas contas, seu aluguel, comprar comida, roupas.

Por que não colocar esse dinheiro num fundo de aval e liberar recursos para o maior número de empresas garantindo que as mesmas se com-

[...]

Estamos numa crise sem precedentes. Governos e empresas estão buscando como diminuir os danos à vida das pessoas, e quatro bancos represam BILHÕES que poderiam ser injetados na economia e salvar milhões de vidas

prometessem a não demitir? Tenho um amigo que simplesmente demitiu todos os funcionários, fechou o negócio e foi para casa pedir delivery de bons restaurantes. Disse-me que, quando acabar, virá como reabrir. Eu e milhares de outros empresários tentamos manter vivas empresas. Não se trata de "ganhar" dinheiro (o que, para alguns, parece crime). Trata-se de cumprir a função social de uma empresa que é gerar riqueza para seus trabalhadores e sócios.

E o banco não liberava o crédito federal. Três semanas se passaram. Fui a outro banco tentar. Disse que levaria minha conta para lá. Nada.

Falei então com um amigo muito influente e pedi ajuda. Ele me disse que ligaria na direção do banco. No dia seguinte, a gerente ligou. Em 48 horas, eu tinha o crédito. Salvei os empregos de 50 pessoas.

Milhares de outros empresários, porém, que não têm um amigo influente, fecharam as portas, demitiram milhares de pessoas que terão suas vidas gravemente prejudicadas. Menor qualidade de vida, perda de autoestima, pior alimentação, pior moradia... mais chances de ficar doentes.

Estamos numa crise sem precedentes. Governos e empresas estão buscando como diminuir os danos à vida das pessoas, e quatro bancos represam BILHÕES que poderiam ser injetados na economia e salvar milhões de vidas.

Senti na pele essa cruel realidade. Fico feliz de a Folha me pedir este relato e que isso seja conhecido pela sociedade: o dano terrível causado por esse pequeno grupo de empresas insensíveis à população brasileira.

'Vida que segue', o otimismo no desastre

'Mercado' supõe que gasto e política econômica voltem ao que eram no pré-pandemia

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O país estará mais pobre e o governo estará mais endividado, mas depois da calamidade do vírus o plano de política econômica não deve mudar: não se admite nem é provável que mude. E o que parece implícito nas projeções de economistas do setor privado, do "mercado", e explícito na conversa do governo. Não deixa de ser uma espécie de otimismo, um "vida que segue", apesar do desastre.

Na média, as estimativas econômicas parecem pressupor que o gasto extra do go-

verno federal neste ano ("Orçamento de guerra") será quase eliminado no ano que vem: auxílios emergenciais e de salário, adiamentos de impostos, ajuda a estados e municípios, despesas com saúde. É um talho da ordem de R\$ 450 bilhões. É algo equivalente à despesa anual com salários de servidores, benefícios para idosos e deficientes (BPC), Bolsa Família e investimento.

Está previsto que a economia crescerá uns 3,5% e implícito ainda que o teto de gastos será mantido e que a recei-

ta do governo federal praticamente volta ao nível de 2019. É o que se desprende das estimativas da praça para o déficit federal, dando-se de barato que "o mercado" não prevê aumento de impostos, bidu.

Para que se respeite o teto, não será possível nenhum programa de renda básica que elevesse. Se sair um "Renda Brasil", esse novo pacote teria de ser pago com cortes de gastos em outras áreas, o que demanda alterações em leis ainda neste ano.

Manter o teto reduziria ain-

da mais o investimento público "em obras"; deixaria os gastos com saúde e educação no piso. A fim de compensar o aumento inevitável de certas despesas obrigatórias, seria preciso limitar outro gasto, provavelmente salário de servidores.

Parece pressuposto que o fim do auxílio emergencial e complementos de salário será compensado por aumento da soma dos rendimentos do trabalho ("massa") a partir do terceiro trimestre. Imagina-se que estados e municípios conseguirão pagar salários es-

forneceadores em 2021.

Plausível? Um corte de quase meio trilhão de reais no gasto público seria compensado por aumento de despesa privada? Isto é, pelo gasto derivado do aumento do total de salários e do crédito, além daquele que sobreviver por causa do consumo represso, pois a poupança de parte das famílias aumentou (não perderam renda e gastaram menos).

A dívida pública teria crescido para um nível horrível, mas ficaria estável pelos próximos anos, dadas as previsões de crescimento, manutenção do teto e taxa básica de juros baixa —ficaria baixa porque o programa fiscal seria o mesmo e haveria "reformas".

Na saída da recessão de 2014-16, o nível de emprego (pessoas ocupadas) levou três anos para ir do fundo do poço ao pico anterior. O emprego formal jamais se recuperou, as-

sim como a receita do governo (como proporção do PIB, descendo o maná do leilão de petróleo de 2019). Setores que mais ajudaram na recuperação do emprego depois da recessão são ainda os mais afetados pela epidemia (serviços).

É muito incerto se auxílio emergencial ainda fará efeito na economia depois de acabar, em setembro (quando houve o carreamento do FGTS, ajudou, mas passou rápido).

A baixa do investimento público vai arruinar ainda mais nossa infraestrutura (leve limitem algum investimento privado também). A longa e mortífera epidemia deve limitar a confiança de trabalhar e consumir.

Enfim, parece pressuposto que Jair Bolsonaro continuará quieto, que haverá acordo político-judicial para deixá-lo no cargo e que o povo aceitará mais pobreza em paz.



O empresário Délio Canabrava, que tenta 'doar' bar em Curitiba após ter pedidos de empréstimos negados Bruno Covella/Folhapress

Negócios fecham as portas por falta de acesso a crédito

Empresários reclamam de taxas altas e mais exigências por garantias

Fernanda Brigatti e Isabela Bolzani

SÃO PAULO A dificuldade de acesso de linhas emergenciais do governo e os altos juros cobrados no mercado de crédito tradicional têm preocupado empresários de pequenos negócios.

Com as portas fechadas há três meses e sem perspectiva de faturamento no curto prazo, empresários diminuíam o tamanho de suas empresas e colocam seus negócios à venda na tentativa de honrar compromissos com funcionários, fornecedores e até quitar dívidas anteriores.

Foi no cenário de crédito caro e de falta de perspectiva sobre uma reabertura duradoura que o empresário Délio Canabrava decidiu colocar à venda o bar que abriu há 14 anos no Alto da XV, região boêmia em Curitiba até o início da pandemia.

Quem quiser assumir o negócio terá de pagar cerca de R\$ 250 mil em dívidas bancárias, e, além disso, "temos esse passivo e precisamos, de alguma forma, passar ele para a frente. Então estou buscando alguém que pegue o bar, pague as dívidas e toque ele", diz.

Em apenas dois dias, apareceram cerca de cem interessados na "doação" do negócio. "Em seis meses, o bar vai

bombar de novo, mas não tenho condições de bancar um custo fixo de R\$ 50 mil até o fim do ano, sem faturamento."

Os dados mais recentes do Banco Central apontam que o saldo de crédito voltado para pessoas jurídicas cresceu 0,2% entre março — mês de início da pandemia — e maio, para R\$ 1,566 trilhão. Mas os novos empréstimos a empresas caíram 36,2% na mesma relação.

Canabrava diz ter buscado os bancos com quem tinha relacionamento e também a linha de crédito liberada pelo governo do Paraná. Nos primeiros, diz, o dinheiro era aprovado, mas os juros não compensavam. No segundo, a burocracia era grande e até hoje não houve resposta.

"Tenho um bom nome na praça, mas mesmo assim o dinheiro não vem. Vem, mas muito caro, para pagar em 36 vezes e sem carência."

O empresário tem outros três negócios na capital paranaense, um restaurante, uma confeitaria e uma distribuição de pratos congelados — esses já adaptados à nova realidade.

Curitiba chegou a liberar a abertura de bares e restaurantes, mas um novo período de quarentena ainda mais rígido começou na terça (30) e tem duração prevista de 14 dias.

O assessor econômico da FecomercioSP (federação de

comércio, serviços e turismo em SP), André Sacconato, diz que os primeiros três meses foram praticamente nulos para concessão de crédito às empresas, o que começou a mudar somente em junho, com os aportes do governo no fundo garantidor do Pronampe.

Com o risco de inadimplência maior, ele diz ser natural que os bancos sejam mais cautelosos. "O governo tem obrigação de liberar [recursos] porque as empresas foram obrigadas a fechar devido à pandemia", diz.

Segundo o diretor de inovação, produtos e serviços bancários da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Leonardo Vilain, as concessões de março a maio ainda representam um avanço em relação a meses anteriores.

"A tendência declinante reflete a desaceleração progressiva da atividade, que deve apresentar o seu vale no segundo trimestre", diz.

Ele afirma, porém, que houve alta de 43,4% nas concessões para pessoas jurídicas entre março e junho deste ano quando comparado a igual período de 2019.

"Isso aconteceu pelo expressivo aumento na demanda no início da crise, por causa da forte incerteza do cenário econômico, da redução das ope-

rações no mercado de capitais e do cancelamento de linhas de financiamento externo para o Brasil", disse Vilain.

Sacconato, assessor da FecomercioSP, afirma que os bancos passaram a exigir imóveis como garantia — nos setores de comércio e serviços, porém, é incomum as empresas terem imóveis.

Essa foi a exigência recebida pelo empresário Sidney Rubin, que tentava um empréstimo para manter o pagamento de salários e fornecedores em dia. Não conseguiu. Dono de uma confeitaria, ele tem dez lojas funcionando — desde o início da pandemia, fechou três e avalia encerrar mais uma.

"Tenho uma empresa com 53 anos no mercado e com histórico de boa pagadora, mas os bancos querem garantias para emprestar. Antes, eu colocava faturamento de loja, mas agora eles querem imóveis e eu não tenho", diz.

Rubin está organizando um grande bazar do estoque para levantar dinheiro e, assim, bancar as demissões — de 250 funcionários entre fábrica e lojas, metade já foi dispensada — e pagar a fornecedores.

O presidente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil), Fernando Pimentel, diz que, de todas as medidas tomadas pelo governo na pandemia, as ligadas a crédito

para empresas são as menos eficazes.

O ajuste no Pronampe, há pouco mais de dez dias, melhorou a aprovação de crédito para os pequenos, segundo Paulo Solmucci, presidente da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes).

Alexandre Sampaio, da FBHA (Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação), diz que não há boa vontade dos bancos com o setor de turismo, que segue sem capital de giro e sem dinheiro para reabertura. Ele estima que 30% dos hotéis, hostels e pousadas não consigam reabrir.

Na educação privada, o crédito via Pronampe também começa a sair, segundo o presidente da Fenep (Federação Nacional das Escolas Particulares), Ademar Batista Pereira.

Pereira afirma que a linha para financiamento da folha foi mais utilizada pelas escolas, além da medida que permitiu acordos para redução de salários e jornada.

Bancos afirmam ter recursos e apoiar empresas

OUTRO LADO

Os bancos afirmaram que mantiveram suas políticas de análise de crédito e risco adaptadas ao atual cenário de pandemia de coronavírus.

Em nota, o Bradesco afirmou que analisa pedidos caso a caso e que os preços do crédito sempre serão estabelecidos olhando para a curva de juros futuros — os quais, em um momento de crise, tendem a ser menos previsíveis.

"Houve uma diminuição natural da oferta de garantias mais líquidas e comuns nas operações de crédito para PJ. O banco, no entanto, não mudou a sua política."

Já o Banco do Brasil afirmou que intensificou o apoio a seus clientes e que cabe a eles escolher quais soluções que melhor. "O BB continuará a apoiar o segmento, dentro de suas diretrizes de concessão de crédito, e reafirma que há expectativa de aumento de exposição a esse segmento."

O Santander disse que não tem medido esforços para entender as necessidades de seus clientes. "Essa postura tem permitido adotar, além das iniciativas alinhadas diretamente entre o governo e o setor bancário, outras soluções direcionadas a segmentos mais vulneráveis", disse.

O Itaú disse de forma positiva todas as medidas que contribuem para a sustentabilidade das operações de micro, pequenas e médias empresas no atual momento e afirma que não adotou como política a elevação de taxas de juros desde a pandemia.

A Caixa Econômica Federal não havia respondido até a conclusão desta reportagem.

BC privilegia acordos com bancos e diminui multas

Larissa Garcia

BRASÍLIA Uma legislação do fim de 2017 autorizou o Banco Central a firmar acordos com bancos em casos menos extremos para que processos administrativos sejam evitados.

Desde então, o número de multas e outras punições aplicadas a instituições financeiras caiu.

Até junho deste ano, foram 277 penalidades aplicadas. Em 2017, o total chegou à máxima de 2.373 punições e então passou a cair.

O número de termos de compromisso firmados entre BC e bancos, no entanto, seguiu em direção inversa.

No período, foram 32 deles. Os bancos tiveram de pagar R\$ 127,4 milhões nas chamadas contribuições pecuniárias — valores semelhantes à multa, mas sem o mesmo peso punitivo porque são decididos em um acordo.

O BC firmou 11 termos de compromisso neste ano. Em 2019, foram 20, e, em 2018, apenas 1.

Entre maio e junho deste ano, grandes bancos se comprometeram formalmente a parar de praticar irregularidades pontuais e terão de pagar contribuições ao BC pelos danos, além de devolver valores.

Ao todo, com os acordos, R\$ 110,5 milhões foram resarcidos a clientes que pagaram tarifas indevidas, segundo levantamento do BC obtido pela Folha.

As irregularidades incluem, além das tarifas indevidas, falhas na comunicação de operações cambiais e suspeitas de lavagem de dinheiro ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) e ao BC e falhas prudenciais — de inadimplência de exigências mínimas de capital para operar, por exemplo.

Na prática, o termo de compromisso é menos danoso à imagem da instituição financeira. Para o regulador, a conciliação acelera o processo.

Segundo o diretor de Fiscalização do BC, Paulo Souza, o acordo traz benefícios para os dois lados.

"Nosso maior objetivo é resolver a situação da forma mais rápida possível e que os clientes sejam resarcidos. Com a legislação antiga, os processos eram morosos e nem sempre os consumidores tinham os valores devolvidos", disse.

mercado **coronavírus**

Investidores buscam oportunidades no Brasil com pandemia e juro baixo

Fundos institucionais e grandes grupos miram ativos com preço em queda e potencial pós-crise

Ivan Martínez-Vargas

SÃO PAULO A crise derivada da pandemia do coronavírus derrubou os níveis de investimento e o número de fusões e aquisições no país, que vinham em ritmo acelerado. No entanto, abriu espaço para investidores qualificados, com caixa e visão de longo prazo.

Esse grupo reúne fundos institucionais e os chamados family offices, empresas fechadas que fazem a gestão de patrimônio de famílias ricas, além de grandes grupos que querem ampliar presença nos setores em que já atuam.

Eles têm ido às compras em setores que consideram estratégicos, seja porque mantêm demanda mesmo durante a recessão, seja porque têm ativos com preço baixo e boas perspectivas de retomada pós-pandemia.

Na lista de segmentos que despertam interesses, estão saúde, educação, agronegócio, tecnologia e infraestrutura, com destaque para saneamento e redes de telecomunicação.

O movimento de fusões e aquisições havia começado 2020 em ritmo acelerado. Foram 89 transações no mês, 68% a mais que a média dos últimos cinco anos. Mas o ritmo de negócios sofreu desaceleração com o agravamento da pandemia, de acordo com a PwC Brasil, que monitora os negócios anunciados.

O total de transações chegou ao seu índice mais baixo em abril. Foram 46, queda de 21% em relação ao mesmo mês de 2019. Porém, o número voltou a crescer em maio, quando foram divulgadas 59 transações. No acumulado do ano, há estabilidade em relação a 2019.

O cenário local de juros baixos derrubou a atratividade de investimentos de renda fixa, menos arriscados, e serviu de estímulo para que investidores mais qualificados buscassem alternativas.

"Esse patamar de juros veio para ficar, e todos precisam se adaptar ao ganho baixo com capital parado. O setor financeiro e a alocação de capital mais arriscada ganham atratividade", diz Julio Erse, diretor da Constância Invest.

Apesar da crise, investidores com caixa têm saído às compras, segundo Felipe Setter, da Setter Investimentos.

"Quem tem visão estratégica entende que as premissas econômicas de certos setores,

como infraestrutura, podem levar a uma recuperação a médio e longo prazo", diz.

"Há quem tenha dinheiro e verifica que, devido à crise, há empresas em setores que iam bem, passaram a ter dificuldades de caixa agora devido à pandemia e, consequentemente, estão baratas."

De uma maneira geral, momentos como o atual também beneficiam as grandes redes que têm maior eficiência na operação e que tenham mantido caixa, de acordo com Luis Gustavo Pereira, sócio da Guida Investimentos.

Entre os setores que mais se destacam está o da saúde. Os hospitais particulares, que em geral vinham em um ritmo de crescimento e tinham rentabilidade elevada, passaram a sofrer queda de receita em meio à pandemia. "Eles estão sofrendo com a

crise porque deixaram de ser público para cirurgias e exames de alta complexidade, com maior margem. Os planos, que tiveram alta de inadimplência, também deixaram de fazer repasses", diz Leonardo Dell'Oso, sócio da área de fusões e aquisições da PwC.

Esse cenário adverso criou oportunidades para os operadores mais bem posicionados, de acordo com ele.

"O maior custo dos planos de saúde é com hospitais, que vinham aumentando os custos havia anos. Os que têm caixa têm aproveitado o momento para avaliar a compra de hospitais. Os que têm mais de cem leitos têm interessados", diz Leonardo Nascimento, sócio da Urca Investimentos.

"Os hospitais de médio porte que estejam na região em que um grande plano passa a ter um hospital acabam perdendo clientela e passam a ter uma pressão para a venda", afirma Dell'Oso.

Continua na página A15

Segmentos com maior atratividade para aquisições

SAÚDE

- Hospitais
- Clínicas especializadas

EDUCAÇÃO

- Redes de escolas privadas
- Faculdades regionais com cursos de medicina ou veterinária

INFRAESTRUTURA

- Saneamento
- Operadores de fibra ótica

AGRONEGÓCIO

- Fertilizantes e químicos
- Produção de grãos

327

foram as fusões e aquisições realizadas no Brasil neste ano até maio, 2% a mais que em 2019

LANÇAMENTO

LARGO DO AROUCHE, 360

VIVA O SEU LUGAR EXCLUSIVO NO BOULEVARD AROUCHE

1 OU 2 DORMS | 26 A 37 M²
PISCINA E FITNESS NA COBERTURA COM LAZER COMPLETO

Cobertura com Piscina e Espaço Fitness com vista panorâmica para o Largo do Arouche, Mirante Lounge, Coworking, Salão de Festas, Pet Place, Playground, Bicicletário, Lavanderia Coletiva, Espaço Delivery, Proximidade Convivência e Hall Social.

LANÇAMENTO HOJE 15H ÀS 19H

2 DORMS R\$ 329.000* **1 DORMS R\$ 289.000****

2 DORMS COM PREÇO DE STUDIO

BOULEVARD AROUCHE RESIDENCIAL

A 3 MIN a pé do Metrô República

WHATSAPP: 11 97027-1350

VISITE O PLANTÃO DE VENDAS: LARGO DO AROUCHE, 360

WWW.BOULEVARDAROUCHE.COM.BR

Vendas: **CONSTRAC VENDAS** Realização e Construção: **CONSTRAC**

INFORMAÇÕES PRINCIPAIS QUANTO À AUTOMAÇÃO: Investimento estimado R\$ 300 MIL - 2º andar de 1300 m² - 2º andar de 1300 m² - 2º andar de 1300 m² - 2º andar de 1300 m². Valores sujeitos a alterações sem aviso prévio. Valores sujeitos a alterações sem aviso prévio. Valores sujeitos a alterações sem aviso prévio. Valores sujeitos a alterações sem aviso prévio.

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painsa@grupofolha.com.br

Na fila

Mais de 1.200 empresários que já tiveram seus pedidos de crédito aprovados na Desenvolve SP — a instituição financeira do governo São Paulo que colocou R\$ 1 bilhão à disposição para tentar socorrer as pequenas e médias empresas atingidas pela crise do coronavírus — ainda não receberam seus desembolsos porque estão parados na burocracia. Alguns dos que estão na fila até agora fizeram suas solicitações já nas primeiras semanas da pandemia.

AVALANCHE Questionada pela coluna, a Desenvolve SP afirma que a procura foi muito alta e que em três meses, a demanda superou a soma de 11 anos de operações, com um aumento de 2.161% em abril e maio na comparação com março e fevereiro.

BOLSO Diz também que cerca de R\$ 715 milhões já chegaram às mãos dos empresários em um total de 9.154 operações que envolvem também o Banco do Povo. Outras 4,076 propostas estão em análise na esteira de crédito e, segundo a Desenvolve SP, devem ser finalizadas nas próximas semanas.

METEOLOGIA Depois do ciclone que atingiu a região Sul do país nesta semana, a Somp Seguros registrou aproximadamente 560 sinistros comunicados à seguradora até a quinta-feira (2), como destelhamentos de lojas, supermercados e casas, quedas de árvores e vidros quebrados.

TETO Os danos se concentram no ramo empresarial (44%), segundo a empresa de seguros. Os segmentos de condomínio (29%) e residencial (23%) foram acionados em menor proporção.

GARAGEM Os seguros de automóveis, que têm forte representatividade na carteira da Somp, quase não tiveram impacto, segundo a empresa, que ressalta que as comunicações de sinistros pelo ciclone ainda estão chegando.

NO MAPA Mais de 70% dos registros aconteceram em Santa Catarina, 18% no Paraná e 11% no Rio Grande do Sul, afirma a seguradora.

AQUECIMENTO Animados com o anúncio feito pelo governador João Doria, nesta sexta (3), sobre a antecipação da reabertura de seus negócios, donos de academias acreditam que o coronavírus expandiu a conscientização sobre os cuidados com a saúde, o que pode se converter em maior demanda nos próximos meses.

ALONGAMENTO Mesmo após abrir, Eduardo Netto, diretor da Bodytech, aposta que o hábito do treino online vai continuar, mas em dia de chuva.

CAPACETE Desde a noite de quinta (2), entregadores de aplicativos começaram a discutir a possibilidade de fazer uma nova paralisação. Desta vez, no entanto, seria durante um final de semana, período em que a demanda costuma ser maior.

ENCOMENDA Marcela Geofroy, que atua na comunicação do movimento, diz que a categoria considerou positiva a ação de quarta (1ª) pelo número de adesões e interesse do público. Mas Ralf Elisário, um dos líderes dos entregadores no Rio, afirma que os apps não estão entendendo a ideia dos trabalhadores.

MÃO DE OBRA "Se eles não aceitarem a nossa pauta, vamos fazer outra paralisação, e vai ser de fim de semana", diz Elisário. O que eles pedem às empresas é um aumento na taxa de entrega para elevar a remuneração, além de ajuda com máscara e álcool para se protegerem da Covid, e o fim do bloqueio injustificado.

MALWARE A chance de computadores em empresas do mundo todo se depararem com vírus e outras ameaças digitais cresceu 36% no ano passado ante o anterior.

ALTA Os dados são de relatório anual sobre riscos para PC da Avast, coletados de setembro a outubro de 2019, ou seja, mostram uma alta nas ameaças anterior à crise do coronavírus — é consenso entre especialistas que o cibercrime cresceu durante a pandemia.

CAIXA O comunicado enviado pelo Center Norte aos lojistas nesta semana sobre as cobranças de julho irritou os empresários. O shopping diz que vai cobrar o aluguel total das empresas que têm operações consideradas essenciais e que funcionaram enquanto o empreendimento ficou fechado para a quarentena, como supermercado e petshop que têm acesso externo.

AS COMPRAS Já as lojas que puderam retomar suas atividades parcialmente após a liberação da prefeitura, em 11 de junho, terão desconto de 75% sobre o período em que ficaram de portas fechadas, de acordo com o shopping.

Colaboraram Fernanda Perrin e Raphael Hernandes

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência junho*

Autônomo, empregador e facultativo	
Valor mín.	R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx.	R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21
MEI (Microempreendedor)	
Valor mín.	R\$ 1.045 5% R\$ 52,25
Assalariado	
Ate R\$ 1.045	Alíquota 7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de junho vence em 20 jul para empresas; para pessoas físicas, vence em 15 jul. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deducir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Alíquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5% a 14%	97,04 a 713,09
Empregador	20%	250,50 a 1.220,21

*O prazo para o patrão da doméstica vence em 7 jul. A guia de pagamento dos patões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, a FGTS, a multa para a demissão e a seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descrita de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

CIFRAS & LETRAS

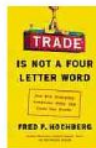
Confira seleção de Martin Wolf de livros para o segundo semestre

Novo Piketty e obras sobre desaceleração no século 21 e renda básica universal estão entre as indicações do colunista do Financial Times



More: The 10,000 Year Rise of the World Economy (Mais: os 10 mil anos de ascensão da economia mundial)
Philip Coggan, Profile Books, R\$ 223 (R\$ 93,02 versão digital), 480 págs.

Philip Coggan, da revista The Economist, oferece um relato lúcido e abrangente sobre a transformação do planeta nos últimos 10 mil anos. A humanidade criou uma economia mais produtiva e que se globalizou. As duas realizações se relacionam, e por trás delas há uma força poderosa e erroneamente impopular: o comércio internacional.



Trade is Not a Four-Letter Word: How Six Everyday Products Make the Case for Trade (Comércio não é palavrão: como seis produtos de uso cotidiano justificam o comércio internacional)
Fred P. Hochberg, ed. Avil Reader Press, R\$ 150,44 (R\$ 79,74 versão digital), 336 págs.

O comércio internacional não é um complô contra as pessoas que trabalham com afinco. Pelo contrário: é uma fonte de bens e serviços variados, mais baratos e mais confiáveis. O livro de Hochberg traz relato claro sobre os motivos por que o comércio internacional é importante, por que a oposição do atual governo americano ao comércio é estúpida e sobre o que precisa ser feito para que o comércio beneficie os EUA.



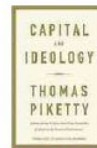
Trade Wars are Class Wars (Guerras comerciais são guerras de classes)
Matthew C. Klein e Michael Pettis, Yale University Press, R\$ 136,10 (R\$ 129 versão digital), 288 págs.

O argumento central desta obra é o de que um conflito mundial entre classes seria de conflitos entre países com interesses concorrentes. "O perigo é a repetição do que ocorreu na década de 1930, quando um rompimento da ordem econômica solapou a democracia e encorajou o nacionalismo." Políticas que gerem desigualdade e poupança privada em excesso precisam ser abandonadas para restaurar a estabilidade econômica.



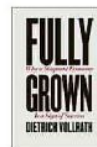
Basic Income and Sovereign Money: The Alternative to Economic Crisis and Austerity Policy (Renda básica e dinheiro soberano: a alternativa à crise econômica e à política de austeridade)
Geoff Crocker, ed. Palgrave MacMillan, R\$ 390 (R\$ 327,90 versão digital), 114 págs.

Vivemos na era de propostas radicais de política pública, em resposta ao fracasso dos países de alta renda na criação de estabilidade econômica para a maior parte de suas populações. Crocker oferece uma proposta simples: a provisão de uma renda básica universal bancada pela criação do "dinheiro soberano". Essa proposta representa um polo importante no debate atual sobre o futuro de nossas sociedades e economias.



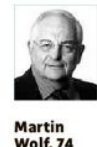
Capital and Ideology
Thomas Piketty, ed. Intrínseca, R\$ 99,90 (R\$ 62,61 versão digital), 1.056 págs.

Só Piketty ousaria escrever um livro de mais de mil páginas com a expectativa de que se torne best-seller. Mas é preciso duvidar de que seu novo trabalho venha a ser bem lido. Mesmo assim, trata-se de um trabalho de imensa erudição sobre a história da desigualdade, especialmente os fracassos do que Piketty define como "a esquerda de elite", bem como um novo e radical programa de igualitarismo socialista.



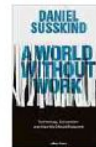
Fully Grown: Why a Stagnant Economy is a Sign of Success
Dietrich Vollrath, The University of Chicago Press, R\$ 141,81 (R\$ 96,24 versão digital), 296 págs.

Por que o crescimento se desacelerou nos países de alta renda, especialmente os EUA? Isso é sinal de fracasso ou de sucesso? Vollrath argumenta em favor da segunda resposta. Assim, as principais razões para a desaceleração no início do século 21 são demográficas — famílias menores e uma população envelhecida — e a transição da produção de bens para os serviços. O fracasso em acelerar o ritmo de crescimento da produtividade nos serviços é notável. Tendo em vista essa realidade, Vollrath está certo.



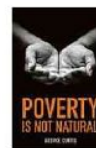
Martin Wolf, 74

Comentarista-chefe de economia do jornal britânico Financial Times; em 2000, recebeu o título de CBE (Commander of the British Empire, cavaleiro comandante da ordem do Império britânico) por serviços prestados ao jornalismo econômico



A World Without Work: Technology, Automation and How We Should Respond (Um mundo sem trabalho: tecnologia, automação e como deveríamos responder)
Daniel Susskind, ed. Allen Lane, R\$ 150,85 (R\$ 83,80 versão digital), 320 págs.

Susskind é tanto otimista quanto pessimista. Acredita que a humanidade esteja a caminho da prosperidade. Mas muitos humanos se tornarão tão economicamente irrelevantes quanto os cavalos acabaram se tornando. Se estiver certo, surgirão questões sérias sobre a distribuição de renda, acesso ao poder, e capacidade de viver vidas significativas.



Poverty is Not Natural (A pobreza não é natural)
George Curtis, ed. Shephard-Walwyn, R\$ 107,72 (R\$ 58,72 versão digital), 120 págs.

Henry George ficou famoso por argumentar que os proprietários de terra eram os maiores beneficiários do progresso. Mas não são eles que criam a riqueza que aproveitam. Beneficiam-se do investimento, da engenhosidade e do trabalho alheios. A resposta, sugeriu George, seria transferir o valor adicionado à terra para as mãos do público. Curtis concorda com a proposta. Não resolveria todos os problemas econômicos e sociais. Mas ajudaria.



Trade and American Leadership: The Paradoxes of Power and Wealth from Alexander Hamilton to Donald Trump
Craig VanGrasstek, Cambridge University Press, R\$ 267,64 (R\$ 170,23 versão digital), 500 págs.

A ordem internacional criada pelos EUA após a 2ª Guerra foi um grande sucesso, diz VanGrasstek. Hoje, "uma reação exagerada contra os excessos percebidos na globalização" ameaça derrubar as fundações dessa ordem. Mas "as políticas anárquicas de Trump" dificilmente gerarão força. Em vez disso, ameaçam tornar os EUA economicamente impotentes e politicamente empobrecidos. Tradução de Paulo Miglicci

Investidores buscam oportunidades no Brasil com pandemia e juro baixo

Continuação da pág. A13 Além disso, há um movimento de busca por hospitais voltados a procedimentos mais simples, sem necessidade de internação, e com custos menores, de acordo com Leonardo Dell'Oso, sócio da área de fusões e aquisições da PwC.

Grandes redes de outros setores de saúde, como companhias de laboratórios, também têm buscado ativos hospitalares. "A estratégia é diversificar o risco. A Dasa, por exemplo [gigante do setor laboratorial], tem tido como pilar de sua estratégia as aquisições de hospitais", diz.

Ainda nesse segmento, fundos têm buscado adquirir redes de clínicas especializadas, afirma Leonardo Nascimento.

"Tem muita rede de clínica familiar com uma boa clientela, mas sem gestão profissionalizada. Isso é uma oportunidade para o investidor adquirir e maximizar a margem. O Grupo Opty, de clínicas de oftalmologia, é um exemplo de consolidadora", afirma ele.

O Opty, que tem 40 unidades, tem como sócio o Pátria.

Áreas como oncologia, reumatologia, oftalmologia, nefrologia são atrativas, de acordo com Felipe Setter, da Setter Investimentos.

"Temos visto consolidação em especial porque muitas clínicas são familiares e têm um problema de sucessão", afirma Bruno Carvalho, da Pantalica Partners.

A área da educação privada também sofreu com o impacto da crise, que aumentou a inadimplência do segmento e fez congelar ou reduzir os valores das mensalidades.

O ensino básico sofreu mais porque não estava totalmente preparado para o ensino a distância como as operadoras de ensino superior, diz Dell'Oso.

Grandes cadeias, como a Marista, seguem em movimento de consolidação, em

busca especialmente de colégios com mensalidades mais elevadas", diz ele.

Para Leonardo Nascimento, embora o segmento tenha tido uma explosão da inadimplência, a tendência é de acomodação nos próximos meses.

"No caso da educação básica, há certa resiliência em escolas com mensalidades mais altas, que têm substituição de alunos, mas mantêm taxa de ocupação. Nos riques menores, a decisão do consumidor é entre o filho ficar na escola e ir para a escola pública."

A característica que atrai o investidor institucional para o setor é a possibilidade de fidelização por longo prazo, diz.

"Há alunos que podem ficar até 12 anos na mesma escola, o que mitiga os riscos do negócio. Como o setor é pulverizado, com escolas fundadas por professores e sem sofisticação de gestão, tem espaço para ganho de eficiência."

No segmento de ensino superior, o interesse é mais focalizado, afirma Flávia Conrad, sócia da Setter.

"Os alunos mais procurados são as faculdades ligadas às

áreas médicas, como medicina e enfermagem, que são cursos de mensalidades mais elevadas e com demanda. O objeto de desejo de grandes grupos é comprar facultades de medicina", diz ela.

Faculdades com cursos de veterinária também são alvos em potencial. Entre os grupos que miram expansão na área da saúde estão o Alfa e Estácio.

Os ativos mais atrativos são os posicionados em grandes centros com alta demanda ou regiões com maior carência de médicos, como o Nordeste.

Para Luis Gustavo Pereira, no entanto, a educação superior demanda cautela.

"O setor deve ter uma retomada difícil, a população perdeu muita renda, é difícil ter um cenário claro. As operadoras de ensino superior que têm operação em Bolsa estão subavaliadas por causa dessa perspectiva não tão clara."

Entre os segmentos mais resilientes da economia estão o do agronegócio e o de tecnologia, que se mantêm atrativos. O ramo de fertilizantes e químicos é o mais aquecido, segundo Dell'Oso.

"Quem domina o mercado de químicos são grandes empresas internacionais, mas há muita empresa familiar brasileira que faz as misturas dos produtos e fazem o serviço de logística de safra para produtores. Elas têm sido alvo de investidores estrangeiros, como chineses, japoneses e europeus", afirma.

As companhias médias do setor, com receita entre R\$100 milhões e R\$500 milhões, são as mais procuradas.

"A região Centro-Oeste e o interior de São Paulo têm bons ativos com problemas de gestão não profissionalizada, por exemplo, e preços justos", afirma Bruno Carvalho.

Já em infraestrutura, o segmento do saneamento básico é o que deve apresentar maior possibilidade de consolidação, com interesse de fundos e operadores de água e esgoto estrangeiros no péreo, segundo a PwC.

"Temos grandes operadores globais bem posicionados que guardavam a aprovação do novo marco e querem investir em ativos como a Cede, por exemplo", diz Dell'Oso. O maior movimento de investidores deverá acontecer nos próximos cinco anos, de acordo com ele.

De forma mais imediata, o ramo das telecomunicações é atrativo, de acordo com João Carlos Mendonça, sócio do escritório Felsberg.

"Com a pandemia, as empresas precisaram ampliar infraestrutura e capacidade de tráfego. Quem já possuiu estrutura instalada em cidades médias e grandes está visado."

"Provedores pequenos e médios são baratos, especialmente para o investidor estrangeiro, devido ao câmbio."



Jair Bolsonaro durante encontro com empresários no Alvorada

Empresários elogiam nova atitude pacífica de Bolsonaro

Em almoço no Alvorada, grupo de presidente que mantenha tom de harmonia com demais Poderes

Gustavo Uribe e Daniel Carvalho

BRASÍLIA Em almoço no Palácio da Alvorada, um grupo de empresários pediu nesta sexta-feira (3) ao presidente Jair Bolsonaro que mantenha o atual clima de pacificação com o Judiciário e o Legislativo e que adote medidas econômicas para destravar o acesso ao crédito no país.

O encontro foi articulado pelo presidente da Fiepe (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf, e teve a presença de empresários como Luiz Carlos Trabuco, do Bradesco, Francisco Gomes, da Embraer, Rubens Ometto, da Cosan, e Lorival Nogueira, da BRE.

Segundo relatos feitos à Folha, no encontro, os empresários presentes elogiaram a nova atitude do presidente, adotada desde a semana passada, de evitar embates com o Congresso e com o STF (Supremo Tribunal Federal).

Eles ressaltaram que é necessário que o presidente não recue dessa postura, porque ela é essencial para promover a reconstrução da atividade econômica do país após o arrefecimento dos efeitos da pandemia do novo coronavírus.

"Saímos todos leves dessas reuniões. Sentimos um cli-

ma de pacificação e harmonia entre os chefes dos três Poderes. É disso que o Brasil precisa para iniciar a reconstrução com uma agenda de reformas e futuro", disse Skaf à Folha.

No encontro, que teve a presença de ministros como Paulo Guedes (Economia) e Braga Netto (Casa Civil), empresários convidados também disseram que o problema de curto prazo da economia brasileira é a necessidade do governo federal de lançar medidas para destravar o crédito.

Segundo a avaliação feita no almoço, o acesso ao crédito ainda não chegou à ponta da cadeia do consumo, o que é importante para restabelecer a economia brasileira, que enfrenta recessão neste ano por causa da atual crise sanitária.

Os empresários presentes ainda defenderam uma sanção célere da medida provisória que prorroga o programa de suspensão de contrato de trabalho e corte de jornada.

A sanção presidencial da iniciativa foi atrasada por causa de um impasse entre Senado e Câmara.

Em razão da demora, nesta semana, começam a perder validade acordos de redução de jornada e corte salarial, cujo prazo máximo era

de três meses.

Contratos que haviam sido suspensos pelo período máximo permitido começaram, por exemplo, a ser integralmente retomados em junho.

Para evitar uma judicialização da iniciativa, Bolsonaro se comprometeu a vetar trechos que foram posteriormente incluídos pelo Senado e não passaram pela Câmara.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), chegou a levar a questão ao STF, mas, após o ocorrido do veto, recuou. Em uma tentativa de proteger os filhos, Bolsonaro deixou de lado desde a semana passada a posição beligerante, deu uma guinada em seu discurso público e passou a adotar um estilo "paz e amor".

Em almoço nesta semana com um grupo de deputados, o presidente chegou a dizer que agora resolveu parar com brigas e priorizar projetos para o país, sobretudo focados na recuperação econômica.

Após operações policiais contra alvos próximos à sua família, Bolsonaro recuou em conduta agressiva e tem feito gestos de pacificação ao Judiciário e ao Legislativo.

A mudança de atitude ocorreu depois de pelo menos dois integrantes da equipe ministerial terem recomendado ponderação ao presidente: Fernando Azevedo (Defesa) e Fábio Faria (Comunicações).

De acordo com assessores palacianos, ambos sugeriram a Bolsonaro que intensifique o diálogo tanto com o Judiciário quanto com o Legislativo na tentativa de evitar novos reverses, entre eles contra seus filhos.

Em conversas reservadas, Bolsonaro tem demonstrado preocupação com as situações jurídicas do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) e do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ).

Segundo relato de um deputado bolsonarista, o presidente chegou a se emocionar recentemente ao citar a possibilidade de uma operação ou de uma prisão de seus dois filhos mais velhos.

Guedes volta a defender imposto nos moldes da CPMF como solução tributária

BRASÍLIA O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender a implementação de um imposto similar à extinta CPMF como forma de ampliar a base de arrecadação. Em videoconferência, o ministro disse que os tribu-

tos sobre pagamentos ou sobre transações digitais seriam uma forma de viabilizar uma redução de impostos sobre as empresas.

"Tem que ampliar a base de tributação. Em vez de ter só uma base de consumo e ren-

da — e o Brasil tributa demais o consumo com impostos indiretos, que são regressivos, e de menos a renda —, é melhor, em vez de aumentar muito o Imposto de Renda, criar uma outra base de tributação qual-quer, que podem ser transações digitais, pagamentos, alguma coisa que te permita manter alíquotas baixas."

A instituição do imposto sobre pagamentos é vista com bons olhos por Guedes, que considera a medida uma forma de promover uma ampla e permanente desconexão da folha de salários. Jair Bolsonaro, entretanto, é contra a ideia. Em setembro, o então secretário da Receita, Marcos Cintra, acabou demitido após defender o imposto. Bernardo Caran

UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO" - LINHA DE CREDITO - ANUNCIO

COMUNICADO - VIA VAREJO S/A - INSCRITA NO CNPJ 33.041.246/0783-06

CIDADE DE SÃO PAULO - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - COMUNICADO - RETIFICAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/SMDHC/2020

CIDADE DE SÃO PAULO - SEGURANÇA URBANA - AVISO DE ALTERAÇÃO DOS PRAZOS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - COMISSÃO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES - AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PROCESSO DIGITAL Nº 1918603-05.016.2019.5554 - Classe Ação: Mandado - Prestação de Serviços

Lance Maior - IMPERDÍVEL LEILÃO DE VEÍCULOS - EXTRAJUDICIAL ONLINE - 08 E 09 DE JULHO DE 2020 ÀS 13H30

mercado coronavírus

País vive 1ª onda de fechamento de fábricas em meio à pandemia

Novos encerramentos vão ocorrer, o que dificultará retomada, dizem economistas

Thais Carranço

SÃO PAULO O país vive uma primeira onda de encerramentos de fábricas, em meio à pandemia. Em alguns casos, são empresas que já enfrentavam dificuldades e tiveram a decisão de interromper atividades e demitir funcionários precipitada pela abrupta queda de pedidos. Em outros, fabricantes com matrizes estrangeiras levaram a cabo decisões de reestruturação já em estudo.

O Ibré-FGV estima uma queda de 11,5% do PIB da indústria de transformação neste ano e recuo de 21% somente no segundo trimestre — o maior em pelo menos 45 anos. Na avaliação de Luana Miranda, pesquisadora do instituto, tanto o desemprego de longo prazo que deve ser gerado pela crise como o encerramento de unidades produtivas são fatores temerários para a retomada da atividade adiante. “Essa recessão não é só con-

juntural, há uma perda de capacidade produtiva muito grande, o que pode reduzir o hiato [medida de ociosidade da economia], mas por um motivo ruim, que é a perda de potencial”, diz a economista.

O setor industrial vem fechando postos de trabalho desde o início da pandemia. O balanço de vagas do setor foi negativo em 32 mil em março e em 196 mil em abril, segundo o Caged (cadastro que registra contratações e demissões de emprego formal no país). Ainda não há, porém, levantamentos específicos sobre encerramento definitivo de fábricas durante a pandemia.

A Folha confirmou com empresas, sindicatos e prefeituras o encerramento de seis unidades fabris desde abril. Entre as companhias que tomaram essa decisão, estão a fabricante de instrumentos de medição Mitutoyo, de origem japonesa, a fabricante de autopeças Kostal e as calçadistas

Paquetá, Piccadilly, Ramarim e RR Shoes/Via Uno.

Segundo economistas, novos encerramentos de fábricas serão inevitáveis nos próximos meses, diante da esperada queda da demanda, principalmente em bens de capital e bens de consumo duráveis e semiduráveis. O fechamento permanente de empresas é uma preocupação para a retomada da economia brasileira, uma vez que resulta em perda de capacidade produtiva.

A calçadista Ramarim anunciou em 28 de maio o encerramento de sua unidade industrial em Santo Antônio de Jesus, na Bahia. A fábrica, de calçados femininos, empregava cerca de 300 pessoas.

“Essa decisão é necessária no momento atual para adequação de toda a nossa estrutura organizacional, garantindo sustentabilidade e fluidez em nossas operações”, afirmou a Ramarim, em comunicado. No caso da Mitutoyo, a em-

presa anunciou em 3 de junho que sua fábrica em Suzano (SP), inaugurada em 1974 e com cerca de 90 funcionários, vai encerrar as atividades no fim de outubro. A empresa pretende continuar com suas atividades comerciais e de prestação de serviço no Brasil, mas não deve mais fabricar no país seus produtos.

Segundo a Mitutoyo, em comunicado, a decisão considerou “necessidade de adequação à nova realidade do mercado”. Os trabalhadores lamentam que a companhia tenha anunciado a medida quando uma crise econômica se aprofunda com o coronavírus.

“Para os trabalhadores, a tristeza foi grande, justamente num momento em que, devido à pandemia, muitas empresas demitiram”, diz o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Suzano, Pedro Benites. “Quando retomarmos novamente a cadeia produtiva, vai ser difícil encaixar essas pessoas.”

Alemã Kostal procurou em 6 de junho o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC para anunciar a decisão de encerrar, em julho, as operações da unidade da empresa em São Bernardo do Campo, como parte de uma reorganização de suas atividades nas Américas. Procurada, a Kostal disse que não comentaria o caso.

Após paralisação e protesto dos trabalhadores e conversas com a prefeitura e o governo do estado, o fechamento foi postergado para 30 de setembro, segundo o sindicato, enquanto as partes tentam buscar alternativa que evite a demissão dos 300 trabalhadores.

O episódio é semelhante ao ocorrido na Ford em São Bernardo. Após o anúncio do fechamento da fábrica em fevereiro de 2019, o governo de São Paulo passou a intermediar negociações para a venda da unidade a outra montadora. As tentativas fracassaram e, na semana passada, a Ford anunciou acordo com uma construtora que pretende utilizar o espaço em um novo empreendimento logístico.

Um setor especialmente afetado pela crise é o calçadista, que vem fechando fábricas em diferentes pontos do país. Em Santo Antônio da Patrulha (RS), a Piccadilly anunciou em 27 de abril o encerramento de uma unidade que empregava 400 pessoas. Ou-

tra fabricante instalada na cidade, a RR Shoes, dona da Via Uno, demitiu 420 funcionários, segundo a prefeitura.

“Com a redução da atividade econômica no município, devemos ter uma perda de arrecadação de no mínimo 40% neste ano”, diz o prefeito de Santo Antônio da Patrulha, Daígon Maciel da Silva (PMDB). Segundo a Piccadilly, a decisão aconteceu devido à frustração na expectativa de recuperação do mercado neste ano.

Na avaliação da Abicalçados (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados), o encerramento de ao menos quatro fábricas do setor calçadista desde o início da pandemia reflete a realidade do setor na crise. A entidade estima que a produção de calçados deva diminuir 30% neste ano, em relação a 2019, voltando ao nível de 2004. Já as exportações devem cair mais de 30%, voltando ao patamar de 1983.

“Desde a segunda quinzena de março, já se perderam mais de 36 mil postos de trabalho no setor calçadista, isso representa 13% de toda a força de trabalho”, diz Haroldo Ferreira, presidente-executivo Abicalçados.

A reportagem não conseguiu contato com os proprietários da Paquetá e da RR Shoes, cujo fechamento das fábricas foi confirmado pela Prefeitura de Teutônia (RS).

Fábricas encerram atividades em meio à pandemia

Mitutoyo	Município da unidade encerrada	Número de trabalhadores	Anúncio do fechamento
Instrumentos de medição	Suzano SP	90	2.jun.2020
Kostal	São Bernardo do Campo SP	300	6.jun.2020
Paquetá	Teutônia RS	150	24.abr.2020
Piccadilly	Santo Antônio da Patrulha RS	400	27.abr.2020
Ramarim	Santo Antônio de Jesus BA	300	28.mai.2020
RR Shoes/Via Uno	Teutônia RS	400	1.abr.2020

Variação da produção industrial em relação ao mês anterior



Saldo de empregos com carteira na indústria



Participação da indústria de transformação no PIB do Brasil



Fontes: Empresas, sindicatos, prefeituras, Caged, IBGE e Paulo Morceiro a partir de dados do IBGE

Vendedor de imóvel não consegue comprar outro e tem de pagar IR

Cátia Seabra

RIO DE JANEIRO A pandemia demoliu o projeto imobiliário de Juliana Felipe, 45. Em dezembro, a professora vendeu seu apartamento em Lauro de Freitas, na região metropolitana de Salvador, com a intenção de comprar um outro, maior, no bairro da Barra. Escolheu a morada de seus sonhos, ela fez uma proposta à proprietária e negociou a compra com ela. Esbarrou em um problema típico da pandemia: a dona é uma idosa que mora na Itália — um dos países mais afetados pela Covid-19. O filho da proprietária não pode viajar ao Brasil para concluir a venda.

Nesse imbróglio, Juliana perdeu o prazo de seis meses fixado por lei para que o vendedor de imóvel fique isento de pagamento de imposto sobre a diferença entre o valor que pagou ao comprar o imóvel e o recebido na venda.

Pela lei, o contribuinte que vende um imóvel tem seis me-

ses para comprar outro sem ter que pagar pelo chamado ganho de capital. O imposto aplicado é de 15% sobre a diferença de preço.

A isenção serve para incentivar a construção civil e impedir que o vendedor de imóvel opte, por exemplo, por especular no mercado financeiro.

Juliana ainda pretende comprar outro apartamento com o produto da venda de seu antigo. Mas terá de pagar imposto sobre a venda após o fim do prazo de declaração do IR, encerrado na terça-feira (30).

Vice-presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis de Mato Grosso e dono de imobiliária, Claudécir Contreira testemunha várias situações como essa.

Em um dos casos, o cliente vendeu o apartamento em dezembro. Ao encontrar o imóvel de seu interesse, no centro de Cuiabá, esse comerciante que prefere não se identificar tentou levar a mulher até o prédio para uma segunda visita antes de tomar a de-

cisão final. Por causa da pandemia, o condomínio impediu a entrada do casal no edifício. Com a cidade em quarentena, ele tampouco pode visitar outros apartamentos. Mesmo com a disposição de comprar outro imóvel, terá que pagar R\$ 71 mil imposto sobre o ganho de capital.

Contreira diz que as limitações à mobilidade durante a pandemia têm afetado o mercado imobiliário também pelas filas em cartórios e pela dificuldade de acesso às agências da Caixa, hoje lotadas de beneficiários quem tentam sacar o auxílio de R\$ 600.

“Uma agência da Caixa [da região] teve de ser fechada porque todos os funcionários pegaram Covid-19. As dificuldades são imensas.”

Presidente do Creci do Ceará, Tibério Benevides relata o caso de um cliente que, em fevereiro, vendeu um apartamento a R\$ 780 mil, R\$ 300 mil a mais do que havia pago pelo imóvel.

A pessoa escolheu o apar-

tamento que pretendia comprar, no bairro de Luciano Cavalcante, em Fortaleza. Mas, no meio da negociação, o proprietário, que é idoso, desistiu da venda. Agora, seu cliente terá que comprar um apartamento até agosto. Do contrário, terá de pagar R\$ 45 mil em imposto.

Supervisor Nacional do Imposto de Renda, Joaquim Adir afirma que o contribuinte terá que pagar imposto sobre o ganho de capital caso não tenha conseguido comprar outro imóvel seis meses depois da venda de um. “Infelizmente, terá que pagar. É a lei.”

Esse prazo, diferentemente da declaração anual de ajuste do IR, não foi prorrogado por causa da pandemia.

O deputado federal José Medeiros (Podemos-MT) é o autor do projeto para que a contagem do prazo de 180 dias seja suspensa a partir de 19 de setembro do ano passado, seis meses antes de a OMS decretar que o novo coronavírus havia se tornado uma pande-

Caixa integrará gasto com cartório e imposto em crédito imobiliário

Com o objetivo de fomentar o setor de habitação, a Caixa lançou medidas para incentivar a contratação de crédito imobiliário.

Para as famílias, o banco anunciou que integrará ao contrato de financiamento imobiliário as custas dos cartórios e o ITBI (Impostos de Transmissão de Bens Imóveis). “É novidade importante, alivia despesas da família, que não precisarão pagar outro tipo de empréstimo com taxas mais altas e prazo menor para pagar as despesas”, afirmou o vice-presidente de habitação da Caixa, Jair Mahl. O impacto é de 2% a 5% por unidade financiada, aproximadamente de R\$ 400 milhões por mês, ou R\$ 5 bilhões por ano.

Essa isenção, pelo projeto, vigoraria até o fim do estado de calamidade.

Segundo a justificativa do projeto, “aqueles que conseguiram vender seus imóveis antes ou durante a pandemia terão muitas dificuldades em realizar nova aquisição dentro do prazo de 180 dias”.

“Estou tentando sensibilizar o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para colocar o projeto na pauta. A construção civil gera muito emprego, e hoje há muita insegurança.” Maia não comentou a proposta.

Enquanto isso, o advogado tributarista Tiago de Lima recomenda ao contribuinte que entre com um mandado de segurança para impedir a cobrança do imposto até aprovação de uma lei que suspenda esse prazo.

“Suponho que o caminho seja o mandado de segurança para resguardar o contribuinte, para que o prazo de 180 fique suspenso em razão da calamidade pública.”

mercado coronavírus

Magia fiscal

Ginástica contábil não substitui a realidade econômica

Marcos Mendes

Pesquisador associado do Inspex é autor de "Por que E Dificil Fazer Reformas Econômicas no Brasil?"

A expansão fiscal para lidar com a emergência econômica e sanitária vai superar 12% do PIB. É inevitável que, em uma crise súbita, o governo funcione como uma seguradora, cobrindo o sinistro.

Isso não significa que o espaço para fazê-lo seja infinito. O pacote fiscal brasileiro já é muito superior ao da maioria dos demais emergentes, como mostra o FMI.

Os cálculos de trajetória futura da dívida indicam alto risco de que saia de controle. Se isso ocorrer, será elevado o preço a ser pago pelos

brasileiros, sob a forma de impostos, inflação e desemprego durante muitos anos.

Já começaram a aparecer ginásticas contábeis para dizer que é possível custear mais despesas de forma indolente. Elas criam ambiente político propício a aumentos adicionais de gastos, que, no fim das contas, vão virar mais dívida pública.

Há quem proponha vender as reservas internacionais. Mas isso não libera recursos para gastar, tampouco diminui a dívida líquida do setor público.

Vendendo reservas, o BC tira dinheiro de circulação, o

que faz a taxa de juro de curto prazo subir. Para que ela retorne à meta estabelecida pelo Copom, o BC recoloca o dinheiro em circulação, comprando títulos públicos.

No fim das contas, a dívida líquida do setor público terá o mesmo: diminuiu um ativo (reservas internacionais) e um passivo (títulos públicos) de o BC tirou de circulação.

A dívida bruta cai. Mas isso não é tão relevante, pois a conta decorre da venda de um ativo de qualidade. Aliás, ao diminuir as reservas, o governo perde importante instrumento

para estabilizar a taxa de câmbio nestes tempos turbulentos.

Outra solução mágica seria transferir lucros do Banco Central, decorrentes da valorização das reservas internacionais, para o Tesouro. Essa é uma operação permitida pela lei 13.822/19 em casos emergenciais, quando o Tesouro tem dificuldade para rolar dívidas com vencimento próximo. É importante para resolver um problema de liquidez e evitar que o Tesouro tenha que pagar juros mais altos, como ocorre com alguém que precisa muito de dinheiro a curto prazo.

Mas dizer que isso vai gerar dinheiro para gastar ou diminuir dívida pública são outros quinhentos.

Quando esse dinheiro entrar no caixa do Tesouro, ele só poderá ser usado para resgatar dívida em mercado. Ao fazê-lo, o Tesouro vai colocar mais moeda em circulação. Para evitar que o juro caia abaixo da meta da Selic, o BC venderá títulos, tirando moeda do mercado.

À final, terá havido uma queda da dívida do Tesouro e igual aumento na dívida do Banco Central. Não muda o total da dívida bruta líquida. Não aparece dinheiro livre para gastar.

Também se fala em desvincular recursos carimbados que estão na conta do Tesouro. Mais uma vez, trata-se de medida importante para aliviar as dificuldades de rolagem da dívida pública, mas que não libera verbas para aumentar gasto nem reduz

a dívida líquida ou bruta.

Como se sabe, muitas leis amarram receitas públicas a despesas específicas. Ocorre que, para cumprir meta de resultado primário, no ano em que essas receitas entram no caixa, os recursos não foram gastos. Foram contabilizadas como receita. Impactaram positivamente o resultado primário.

Se forem gastos agora, os valores precisarão ser registrados como despesa e aumentarão o déficit e a dívida.

Caso o dinheiro seja usado para pagar dívida do Tesouro em mercado, o mecanismo descrito acima se repete: sai dívida do Tesouro, entra dívida do Banco Central.

Crise fiscal recente nos ensina que ginástica contábil não substitui a realidade econômica. Para gastar mais, a dívida vai subir. Não há dinheiro para rodar debaixo do colchão. Escolhas duras precisarão ser feitas.

| Dom. Samuel Pessoa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanais, Cecilia Machado | QUA. Heio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srouf | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Gasolina acumula queda de 13% no país em 2020, diz levantamento

Diego Garcia

RIO DE JANEIRO O preço da gasolina caiu 13% desde janeiro no Brasil, segundo levantamento da ValeCard, responsável por gestão de frotas e meios de pagamentos. A queda se deu, principalmente, por causa do avanço da pandemia de Covid-19 em todo o planeta, que reduziu a demanda por combustíveis e fez despencar o preço do petróleo.

Em janeiro, quando o com-

bastível vinha em alta, o preço alcançara R\$ 4,762, o maior valor de 2020. Em junho, era possível abastecer por R\$ 4,14 o litro.

Os dados foram obtidos por registros de transações realizadas com o cartão de abastecimento da ValeCard em aproximadamente 20 mil estabelecimentos credenciados. A ValeCard costuma fazer um levantamento quinzenal, mas realizou uma comparação anual para

sentir os efeitos do preço dos combustíveis. Entre os meses de junho de 2019 e junho de 2020, a queda foi de 11%.

Em maio, quando atingiu o menor valor, a gasolina teve um preço médio de R\$ 4,01 por litro, mais barato do que no mês seguinte.

O Rio foi o estado que apresentou os preços médios mais altos em junho, R\$ 4,601. São Paulo tinha o terceiro menor valor: R\$ 3,902.

A maior alta percentual na comparação com maio foi no Distrito Federal, que variou 7,88%, saindo de R\$ 3,735 e chegando a R\$ 4,029 no litro cobrado pelo litro da gasolina. O único estado que registrou queda foi o Amapá (-4,81%).

Entre as capitais, Belém foi a cidade com maior valor médio em junho (R\$ 4,684). Depois vieram o Rio de Janeiro (R\$ 4,588) e Rio Branco (R\$ 4,449). Os preços mais baixos foram vistos em Cu-

itiba (R\$ 3,671), João Pessoa (R\$ 3,796) e Vitória (R\$ 3,887).

Na quarta (30%), a Petrobras anunciou nova elevação no preço da gasolina e do diesel. A da gasolina, de 3%, foi a sétima consecutiva, em consequência da recuperação do preço do petróleo. A alta do diesel, de 6%, foi a quarta seguida. Como a sequência de reajustes, a gasolina voltou a ter preço médio nos postos acima de R\$ 4 por litro na semana passada. Desde o começo de

maio, quando foi iniciado o ciclo de aumentos, o preço da gasolina nas refinarias da estatal acumula alta de 53%. O preço do diesel acumula alta de 73% desde o início de maio.

De acordo com dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), na semana passada, o litro da gasolina era vendido a R\$ 4,022, em média, no Brasil, alta de 0,9% em relação à semana anterior. Em quatro semanas, a alta é de 3,2%.

Semp TCL Mobilidade Ltda. CNPJ nº 08.649.664/0001-08 - NIRE nº 35.221.0594.147. Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 04 de julho de 2020.

COSAN S.A. CNPJ nº 50.746.277/0001-15 - NIRE 53.300.177.045 | Código CVM 19836. Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 04 de julho de 2020.

Associação Brasileira de Desenvolvimento Imobiliário - ABID. CNPJ nº 07.043.811/0001-07 - NIRE 15.110.000.000.000. Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 04 de julho de 2020.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SÃO CARLOS. EDITAL DE CONVOCACAO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA. O Presidente da entidade supra, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os integrantes da categoria que tenham vínculo empregatício com as empresas do comércio atacadista de São Carlos...

Associação Logística S.A. CNPJ nº 12.346.997/0001-19 - NIRE 53.300.447.381 | Código CVM 2048. Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 04 de julho de 2020.

Associação Logística S.A. CNPJ nº 12.346.997/0001-19 - NIRE 53.300.447.381 | Código CVM 2048. Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 04 de julho de 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES. DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM. DIRETORIA DE ENGENHARIA. Aviso de Licitação (ADL) País: Brasil. Projeto: Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo. Edital nº 034/2020 - LPI. Contratação de obras e serviços de duplicação e melhorias da Estrada do M'Boi Mirim...

Veículo: Estadão	
Data: 04 a 06.07.2020	Caderno: Economia



Guedes diz que Brasil deve aprovar a reforma tributária em 2020

Em entrevista à CNN Brasil, ministro da Economia deu detalhes de uma eventual proposta

Simone Cavalcanti e Augusto Decker, O Estado de S. Paulo

05 de julho de 2020 | 22h30

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o Brasil deve aprovar uma Reforma Tributária ainda em 2020. Em entrevista à *CNN Brasil*, ele deu detalhes de uma eventual proposta. Disse que é necessário, por exemplo, a tributação de dividendos. "Queremos que a empresa acumule capital e que,

quando esse capital seja transformado em dividendos para uma pessoa, essa pessoa pague mais", afirmou. "Às vezes um assalariado paga um Imposto de Renda alto e alguém que já é milionário ou bilionário não paga nada sobre os dividendos."

Ele afirmou que o programa seria de "substituição tributária", e que a intenção não é aumentar impostos, e sim ampliar a base de incidência. "É melhor ter bases mais amplas e cobrar alíquotas bastante baixas. Aí desonerando a mão-de-obra, o setor de comércio e serviços não reclama tanto do IVA". Ele disse também que é preciso escolher entre impostos sobre folha de pagamento e um de base mais ampla com alíquota menor.

Guedes disse que mandará propostas abrangentes e o Congresso decidirá os detalhes. O ministro chamou de "exploração política" quem diz que o governo não envia as propostas de reforma. "Estava tudo combinado (para as reformas). Faltou combinar com coronavírus, que afetou a economia do País. De certa forma, é uma exploração política desagradável dizer que estou devendo reforma. Fora as interdições. Houve interdições de debates".

Preocupações

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que as principais preocupações do governo hoje são saúde, emprego e renda. "Ano passado, a principal preocupação fiscal era com gastos elevados e juros altos. Hoje, não é isso", disse

ele em entrevista à CNN. "Hoje, os principais fatores são saúde, emprego e renda."

Guedes disse que o País precisa fazer um programa para "atacar frontalmente" o desemprego em massa. "São 38 milhões de pessoas que eram desempregadas e a covid-19 mostrou isso", afirmou, referindo-se às pessoas que não têm emprego formal e também não recebiam assistência.

Para o ministro, em dois ou três meses, a primeira fase do novo coronavírus deve passar e o Brasil passará a enfrentar principalmente os impactos econômicos da pandemia. "Em cálculos iniciais, cerca de 8 milhões de pessoas seriam realmente frágeis - com defeitos físicos, idosos, que vendem bala no sinal, com idade avançada. Essas pessoas têm de ser protegidas e se juntar ao Bolsa Família", afirmou. Quanto ao efeito econômico da doença, Guedes disse que o fato de o País não estar integrado a cadeias globais se tornou uma "benção" por não afetar tanto o Brasil economicamente durante a pandemia.

Sobre o auxílio a empresas, o ministro destacou a compra de debêntures conversíveis em ações que, depois, seriam vendidos.

De acordo com Guedes, mesmo com o investimento social forte - ele disse que o Brasil mobilizou R\$ 500 bilhões de recursos num espaço infraconstitucional -, o governo não escapa de seus princípios liberais. "Vamos seguir imperturbáveis na direção que seguíamos", afirmou. "Uma das principais razões para 40 milhões

de brasileiros invisíveis não terem empregos formais é o excesso de encargos trabalhistas, legislação difícil, impostos excessivos. Não mudamos o diagnóstico. Vamos simplificar impostos, reduzir alíquotas de impostos sobre empresas", disse. "Da mesma forma, consideramos redução dos impostos sobre folha." Ainda sobre a questão tributária, Guedes declarou que nunca se debateu sobre CPFIM, e sim sobre tributar transações digitais.

Veículo: Estadão	
Data: 04 a 06.07.2020	Caderno: Economia



Reforma tributária pronta para deslanchar?

EQUIPE BR POLÍTICO

Sinais vindos dados pelo Congresso e pelo Planalto apontam que a [reforma tributária](#) chega ao segundo semestre como prioritária entre parlamentares e o governo.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, no Congresso. Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Em entrevista a diferentes canais de comunicação da noite de domingo, 5, tanto o presidente da Câmara, [Rodrigo Maia](#) (DEM-RJ), quanto o ministro da Economia, [Paulo Guedes](#), falaram sobre o tema.

“Acho que ela é a prioridade para o País voltar a ser competitivo no setor privado, melhorar a produtividade do setor privado”, afirmou Maia em entrevista à *Globo News*. Ele prometeu a retomada dos debates a partir desta semana. “Eu disse ao presidente Davi (presidente do Senado, Davi

Alcolumbre) que precisamos retomar esse debate nesta semana, na terça ou na quarta-feira. Não tem mais tempo”, disse.

Guedes, à *CNN*, se mostrou ainda mais otimista e disse que a proposta deve ser aprovada ainda neste ano. O ministro culpou a pandemia pela demora do governo em enviar o projeto. “Estava tudo combinado (para as reformas). Faltou combinar com coronavírus, que afetou a economia do País. De certa forma, é uma exploração política desagradável dizer que estou devendo reforma. Fora as interdições. Houve interdições de debates”.

O ministro disse que mandará propostas abrangentes e o Congresso decidirá os detalhes. Guedes disse que é necessário, por exemplo, a tributação de dividendos. “Queremos que a empresa acumule capital e que, quando esse capital seja transformado em dividendos para uma pessoa, essa pessoa pague mais”, afirmou. “Às vezes um assalariado paga um Imposto de Renda alto e alguém que já é milionário ou bilionário não paga nada sobre os dividendos.”

Maia concorda com a tributação de dividendos. “Ela melhora o estímulo ao investimento. Hoje você não estimula a empresa a investir já que não tributa dividendos. Então, você reduzir a alíquota da pessoa jurídica (imposto de renda) e tributar os dividendos vai fazer com que as empresas façam reinvestimento dos seus resultados”, afirmou.

A pandemia e o mercado de trabalho no Brasil

A participação dos informais no mercado de trabalho caiu de 40,6% para 37,6% dos ocupados em um trimestre

Por João Saboia, F. Roubaud e M. Razafindrakoto

06/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





— Foto: Edilson Dantas / Agencia O Globo

A crise pela qual o mercado de trabalho está passando é bem diferente das anteriores. Normalmente o que se espera de uma crise é o aumento do desemprego e da informalidade e a queda dos rendimentos. Mas o que os últimos dados divulgados pela Pnad Contínua do IBGE mostram é um quadro bastante distinto, que confirma o verdadeiro desastre que se abateu sobre o mercado de trabalho.

A quarentena obrigou as pessoas a ficarem em casa e reduziu drasticamente o nível de atividade econômica. Segundo o Codace da FGV, o país já se encontra em plena recessão. O setor formal se defendeu de alguma forma através de medidas como a MP 936 que permitiu a suspensão dos contratos ou a redução da jornada e dos salários. Ou ainda outras iniciativas voltadas para o setor formal. Com isso, muitos empregos teriam sido preservados. Já o setor informal ficou praticamente inviabilizado de funcionar.

A participação dos informais no mercado de trabalho caiu de 40,6% para 37,6% dos ocupados em um trimestre

A dificuldade para os desempregados buscarem (e encontrarem) um emprego, acabou transformando “desempregados” em “inativos”, ou seja, por não conseguirem procurar um novo emprego os desempregados simplesmente “saíram” da força de trabalho e deixaram de ser considerados desempregados, tornando-se inativos.

O resultado foi um crescimento relativamente pequeno do número de desempregados que passou de 12,3 para 12,7 milhões no último trimestre (março/maio) em relação ao trimestre anterior (dezembro/fevereiro). Por sinal, havia menos desempregados no país neste último trimestre do que no mesmo trimestre de 2019. O artigo de João Hallak Neto e Esther Dweck publicado na edição do dia 2/7 no **Valor** deixa claro a necessidade de utilização de outros indicadores, além da taxa

de desemprego, para a melhor compreensão do que está ocorrendo com o mercado de trabalho brasileiro nos tempos atuais.

A redução da população ocupada é impressionante. Nunca se viu nada parecido no país. No último trimestre, ela caiu para 85,9 milhões de pessoas, representando uma redução de 7,8 milhões. Segundo o IBGE, trata-se de uma queda recorde da série histórica. O pessoal subutilizado também bateu novo recorde chegando a 30,4 milhões. Além dos desempregados, inclui subocupados por baixo número de horas trabalhadas e pessoas que gostariam de estar trabalhando, mas que por alguma razão não estão procurando trabalho, provavelmente, pelas próprias restrições impostas pela pandemia. Os desalentados são 5,4 milhões, também um novo recorde.

O IBGE considera como informais cinco grupos de trabalhadores - empregados do setor privado sem carteira assinada; empregados domésticos sem carteira assinada; empregadores sem registro no CNPJ; trabalhadores por conta própria sem registro no CNPJ; e trabalhadores familiares auxiliares. Das 7,8 milhões de pessoas ocupadas ao menos 5,8 milhões são informais.

A participação dos informais no mercado de trabalho caiu de 40,6% para 37,6% dos ocupados em apenas um trimestre. Esse também é o menor índice para a série do IBGE. A redução da informalidade, que em condições normais seria considerada uma boa notícia, na verdade é resultado da maior redução dos trabalhadores informais relativamente aos formais.

Esses dados confirmam a importância do auxílio emergencial de R\$ 600 mensais para fazer chegar alguma renda aos trabalhadores informais que tiveram queda ou nenhum rendimento no período.

Diferentemente do que se poderia esperar, o rendimento médio do trabalho apresentou pequeno crescimento (3,6%). Na realidade, tal resultado não é tão surpreendente. Por um lado, a saída do mercado de trabalho atingiu mais fortemente os informais, ou seja, os que ganham menos (a renda média dos informais é menos da metade dos formais).

Mesmo entre os informais os mais atingidos foram aqueles de menor rendimento. Por outro lado, a queda da inflação no trimestre beneficiou a manutenção do rendimento real. De qualquer forma, o crescimento da renda média do trabalho não foi suficiente para manter a massa de rendimentos, que caiu 5% no período, realimentando o processo recessivo.

Os dados do Caged para o mês de maio, também divulgados recentemente, apresentam informações complementares para o setor formal. Eles mostram uma redução acumulada nos três meses iniciais da pandemia (março/maio) de quase 1,5 milhão de empregos com carteira assinada, com queda mais acentuada em abril (903 mil) do que em março (253 mil) e maio (332 mil). Antes disso, o setor formal vinha gerando um volume razoável de empregos. O acumulado nos meses de janeiro e fevereiro deste ano foi de 343 mil novos empregos.

A queda do emprego de março/maio foi disseminada entre os vários setores da economia, especialmente nos serviços, comércio e indústria. A construção foi menos afetada, enquanto a agropecuária apresentou pequena criação de empregos formais no período. Todos os estados foram atingidos, com destaque para São Paulo que sofreu redução de 460 mil empregos formais.

A geração de empregos no Caged é obtida comparando-se as admissões com os desligamentos. Aqui também há uma surpresa. A redução do emprego tem sido obtida, principalmente, pela queda das admissões e não pelo aumento dos desligamentos. Nos três meses da pandemia houve 2.727 mil admissões e 4.215 mil desligamentos.

É verdade que houve aumento dos desligamentos em março e abril, mas em maio deste ano já havia menos desligamentos que em maio de 2019. As admissões, entretanto, tiveram uma queda acentuada em abril e maio, caindo a menos da metade do nível de admissões dos meses anteriores. Um efeito não programado no período de pandemia acabou sendo a redução da rotatividade no mercado de trabalho brasileiro que tradicionalmente é muito elevada no país.

Em resumo, o tombo na economia foi muito grande e os efeitos sobre o mercado de trabalho não têm paralelo na história documentada do país. A crise da covid-19 é diferente de tudo que já se viu no passado. O momento é de preservação da vida

das pessoas que perderam seus empregos e enfrentam enormes dificuldades. Tendo em vista as incertezas sobre quando a pandemia será superada é necessário manter e aprofundar as medidas que foram tomadas até agora para que se possa enfrentar as atuais dificuldades.

João Saboia é professor emérito do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ).

François Roubaud e Mireille Razafindrakoto são pesquisadores sênior do Institut de Recherche pour le Développement (IRD) de Paris e pesquisadores visitantes do IE/UFRJ.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Adeus, rosto enrugado! Pesquisadores liberam ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
PHYTOPHEN CAPS

LINK PATROCINADO

Descubra como economizar até 67% em suas vendas online com uma mudança simples em sua página!
HUBSALE

LINK PATROCINADO

Descubra como o cálculo revisional te ajuda a se livrar dos juros abusivos do seu financiamento
REIS REVISIONAL

por taboola

Leia em Valor Investe

Por Alex Ribeiro

Cobriu o BC para o Valor, a Gazeta Mercantil e a Folha de S.... [ver mais](#)

BC avalia a força da volta da economia

Questão no fim do ano é se a demanda crescerá sem ajuda

06/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O ponto mais relevante na decisão sobre os juros na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, no começo de agosto, será a força com que a economia está retomando depois do baque do coronavírus. Mais para o fim do ano, entraremos em uma nova etapa: será a vez de examinar como a economia estará caminhando com as próprias pernas, quando saírem de cena os programas de transferência de renda do governo.

“Pensando na próxima reunião [do Copom] e onde está o olho do comitê, é na atividade econômica agora”, disse o diretor de Política Monetária do BC, Fabio Kanczuk, em uma live do Banco Safra. “O Copom está mais de olho nos dados de atividade do que esteve nos meses anteriores.”

Questão no fim do ano é se a demanda crescerá sem ajuda

O Banco Central está agora na terceira fase da sua resposta à pandemia. Na primeira, em meados de março, quando ainda havia muita incerteza sobre o tamanho do choque que atingiu a economia, concentrou-se em injetar liquidez no sistema financeiro, com um programa de R\$ 1,2 trilhão. Na segunda fase, em maio, o BC já foi capaz de dimensionar melhor o impacto no Produto Interno Bruto (PIB), que passou de uma alta de 2% para uma queda de 6,4% neste ano. Nessa etapa, o

Copom estimou o grau de estímulo monetário que seria preciso para compensar a queda da economia e baixou a Selic em dois pontos percentuais.

Agora, o Banco Central está olhando com atenção os dados de atividade econômica para verificar se a economia vai, de fato, reagir da forma esperada. O cenário central do BC não é de uma recessão em forma de “V”, em que a economia se recupera rapidamente depois de cair fortemente, disse Kanczuk. Também não é de “U”, em que a economia cai, fica muito tempo no fundo do poço e só bem mais tarde volta. O Banco Central vê uma recuperação em formato de “swoosh”, ou do símbolo na Nike. Ou seja, depois da forte queda, a economia terá uma recuperação inicial mais forte e depois converge mais lentamente para o nível que estava antes da pandemia. Esse é, segundo Kanczuk, o cenário básico do Copom, que leva a uma projeção de inflação de 3,2% para 2021.

Aqui, um parêntese: alguns analistas econômicos dizem que, dada a projeção de inflação de 3,2%, o Banco Central deveria cortar os juros mais aceleradamente, afinal o percentual é bem menor do que a meta de 2021, de 3,75%. O argumento é que a fase dois no plano de reação à crise não foi completada: os juros teriam que cair mais para fazer frente ao choque do coronavírus. Se o BC não corta os juros, é porque desistiu da meta de 2021. O BC, porém, tem afirmado que não existe relação mecânica entre as projeções de inflação e as decisões de política monetária. Nunca houve, nem no Copom atual nem nos anteriores - se fosse assim, bastava rodar o modelo de projeção e decidir a baixa de juros necessária. O que o Copom olha, na verdade, é a inflação esperada, que representa a média ponderada pelas probabilidades das projeções no cenário básico e nos alternativos. Entre eles, se destaca o cenário em que os programas de renda do governo se traduzem em uma queda menos intensa da demanda. Fecha parêntesis.

O que está no foco do BC agora, portanto, é a velocidade da volta da economia. Como Kanczuk disse que o cenário básico do Copom é uma recuperação no formato do símbolo da Nike, depreende-se que, se esse for o padrão da retomada, então a inflação deverá caminhar para 3,2% (isto é, se não houver surpresas negativas em outros riscos, como o fiscal). Nessa hipótese, em tese haveria espaço para, pelo menos, uma discussão sobre cortar os juros além do possível ajuste “residual” sinalizado.

Importante notar, porém, que o Banco Central está de olho em mais do que apenas o comportamento da demanda agregada. “Fica aí fica uma questão: quais dados da economia estão voltando, são aqueles ligados à demanda, ao consumo? Ou a economia está voltando como um todo, com o fim do lockdown, e a oferta vem junto?”, perguntou-se Kanczuk. Ou seja, não importa apenas a demanda, mas também a oferta. Se a demanda crescer sozinha, a capacidade ociosa será menor que o estimado.

Depois da etapa atual, o Banco Central vai entrar em uma nova fase no diagnóstico da economia, provavelmente no fim do ano. Os programas de transferência de renda devem terminar, ou pelo menos perder muito a força. A última parcela da prorrogação do auxílio será em agosto. O governo tem especulado criar um novo programa, o Renda Brasil, mas será apenas uma realocação de recursos na área social.

Muitos analistas econômicos tem alertado que, depois dessa fase de apoio dos programas de renda do governo, o que vai falar mais alto para determinar a atividade econômica serão os rendimentos do trabalho, que sofrem uma enorme queda em virtude da alta do desemprego. Eles temem que, sem o apoio do governo, a economia se comportará como o Wile E. Coyote, aquele personagem do PAPA-LÉGUAS que despenca das alturas quando percebe que o chão desapareceu de repente.

“Pode ser que a economia esteja voltando forte agora, mas será que vai ficar se arrastando ao longo do tempo?”, perguntou-se Kanczuk. Segundo ele, na medida em que se avança para o fim do ano, o Banco Central provavelmente estará de olho nisso. Mas ele fez duas ponderações. No fim do ano, começa a entrar no radar, ainda com um peso menor, a meta de inflação de 2022, que é de 3,5%. Segundo: poderá haver uma força na direção oposta à do fim do auxílio emergencial. A pandemia fez a incerteza na economia subir a níveis sem precedentes, o que levou o consumidor a se retrair e a pouparem mais. “Talvez, nesse segundo período, eles [os consumidores] não tenham mais o auxílio emergencial, mas haja uma normalização na incerteza e voltem para um padrão mais normal de consumo.” Por isso, para ele, será muito importante observar a atividade até o fim do ano, com uma mudança de foco na medida em que termina o programa emergencial de transferência de renda.

Quais outras surpresas podem acontecer no meio do caminho? Uma delas é uma segunda onda de contágio do coronavírus. “Isso não está no cenário básico”, reconheceu Kanczuk, acrescentando que isso “com absoluta certeza” teria reflexos na condução da política monetária.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente

E-mail: alex.ribeiro@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador

PHYTOPHEN CAPS

LINK PATROCINADO

Descubra como o cálculo revisional te ajuda a se livrar dos juros abusivos do seu financiamento

REIS REVISIONAL

LINK PATROCINADO

Simples receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Adeus, rosto enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Marcelo Odebrecht ataca família e defende na Justiça direito a R\$ 52 milhões

Decisão do TST contra Petrobras atinge R\$ 31 bi

Em junho de 2018, quando houve o julgamento da Corte, o montante era estimado em R\$ 17 bilhões

Por **Luísa Martins** — De Brasília

06/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os dois anos transcorridos desde a condenação da Petrobras na maior ação trabalhista da sua história aumentaram de R\$ 17 bilhões para R\$ 31 bilhões o passivo judicial da estatal para corrigir os salários de 51 mil servidores nos termos da decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Sem previsão de um desfecho definitivo e em meio à crise econômica decorrente da pandemia, a companhia busca no Supremo Tribunal Federal (STF) formas menos onerosas de garantir os pagamentos.

A empresa foi condenada em junho de 2018 pelo plenário do TST a reajustar os subsídios dos funcionários devido a uma irregularidade nos critérios de complemento da sua política de salários - a Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR), estabelecida em acordo coletivo em 2007. O julgamento durou nove horas e foi decidido no último voto. O placar ficou em 13 a 12.

Prevaleceu na Corte trabalhista a tese de que, ao contrário do atualmente praticado, os adicionais legais e constitucionais destinados a remunerar condições especiais de trabalho - como horas extras, periculosidade, adicional noturno e sobreaviso - não podem ser incluídos no cálculo de complemento, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.

Os trâmites burocráticos do sistema de Justiça paralisaram várias vezes o recurso da estatal contra a condenação. A admissibilidade ao STF levou três meses para ser reconhecida, prazo considerado razoável, mas outros dez se passaram até que o processo chegasse ao protocolo da Corte. Somente em fevereiro deste ano foi encaminhado ao relator, ministro Alexandre de Moraes - que até hoje não despachou no processo, embora quatro petições já tenham sido apresentadas.

Neste meio tempo, a Petrobras obteve três decisões favoráveis do Supremo, mas todas em caráter provisório. Em razão dessas liminares, foram sobrestadas cerca de 45 ações coletivas movidas por entidades sindicais e 7 mil individuais, algumas delas já transitadas em julgado. A suspensão vai perdurar até que estejam esgotados todos os recursos a que a empresa tem direito.

O TST chegou a descumprir esse entendimento ao analisar o processo específico de um petroleiro que pedia o pagamento da diferença, mas Moraes impugnou o ato. Capaz de fixar a posição definitiva da Corte sobre o tema, o julgamento do recurso, que era esperado para ocorrer no plenário virtual no primeiro semestre, ainda não foi pautado.

“A lentidão do Supremo contrasta com a celeridade com que o tribunal concedeu a liminar para paralisar os processos do Brasil inteiro - um pedido inusitado, feito em nome de um recurso futuro, que ainda sequer existia”, afirmou ao **Valor** o advogado da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Normando Rodrigues.

A movimentação mais recente do caso é de 8 de maio: uma petição em que a BR Distribuidora requer aval do STF para substituir por seguro garantia os depósitos judiciais e recursais feitos no âmbito dos processos relacionados à RMNR. Como “empresa-mãe”, a Petrobras já havia feito pedido semelhante. Passados mais de dois meses, as solicitações estão paradas no gabinete de Moraes.

As companhias dizem que a pandemia afetou de forma significativa suas receitas e dinâmicas financeiras, devido a fatores como redução na demanda e aumento da inadimplência. A economia com outros modelos de garantia que não os depósitos ficaria entre 82% a 97,5% - o que, segundo a BR, evitaria o fechamento de postos de trabalho. Na quinta-feira, a Petrobras anunciou que os programas de desligamento

voluntário e de aposentadoria incentivada devem reduzir os custos com pessoal em R\$ 4 bilhões por ano até 2025.

Nos autos, sindicatos profissionais afirmaram que a substituição dos depósitos por outras garantias deve ser requisitada não ao STF, mas aos juízes de execução das ações que estão nas instâncias inferiores. Eles ainda repudiaram o fato de a Petrobras, ao recorrer contra a nova fórmula de salários, alegar comprometimento de fluxo de caixa quando, em contrapartida, obteve R\$ 40 bilhões de lucro em 2019, conforme relatório fiscal anexado no processo.

A estatal afirma que o valor financeiro total em contas judiciais à disposição nos tribunais ultrapassa os R\$ 600 milhões. “Há uma expectativa de levantamento de pelo menos R\$ 106 milhões com substituição de garantia”, escreve a equipe jurídica, que defende uma decisão única a balizar todos os processos, e não uma análise caso a caso.

A controvérsia em torno do cálculo de complemento da RMNR começou em 2011, quando um servidor da área de Perfuração e Poços entrou com uma reclamação na 2ª Vara do Trabalho de Mossoró (RN). O pedido para que fosse feito o recálculo da sua remuneração foi negado três vezes - pela primeira e segunda instâncias e pela Quinta Turma do TST.

A defesa do servidor insistiu na tese até que a subseção do tribunal especializada em Dissídios Individuais decidiu submeter o caso à análise do plenário, designando antes uma audiência pública. Em 21 de junho de 2018, o processo foi julgado por um colegiado dividido - a definição pela condenação da Petrobras só veio na manifestação do 25º ministro, que desempatou o placar.

A diferença de apenas um voto criou a expectativa do governo federal de ver a condenação revertida no Supremo. Por outro lado, há um precedente da Corte que o preocupa. Em 2015, em outro caso parecido sobre RMNR, o tribunal entendeu que não estava em discussão a constitucionalidade dos pagamentos pelas condições especiais de trabalho - eles seriam feitos de todo modo, incluídos ou não no cálculo do complemento. A questão era fundamentalmente sobre uma fórmula matemática, o que afastaria o cabimento de recurso extraordinário.

Gasto para manter emprego é metade do previsto

Governo tem margem para estender o benefício sem precisar de novos créditos extraordinários, aponta estudo da IFI

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

06/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Um estudo da Instituição Fiscal Independente (IFI) estima que a despesa com o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) neste ano, com as regras e os prazos originais do programa, ficará em R\$ 26,1 bilhões, bem abaixo dos R\$ 51,6 bilhões projetados pelo governo.

Se a estimativa da IFI se confirmar, o benefício poderá ser estendido por mais dois meses sem alteração na projeção do governo para o déficit primário deste ano. O BEm é pago quando há acordo entre trabalhadores e empresários para a redução proporcional da jornada de trabalho e do salário ou a suspensão temporária do contrato de trabalho. É uma compensação aos trabalhadores afetados, paga pelos cofres públicos.

Na semana passada, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, informou que o presidente Jair Bolsonaro deverá prorrogar por mais dois meses a redução proporcional da jornada e do salário e por mais um mês a suspensão do contrato.

A IFI calculou que, se o BEm for prorrogado por dois meses, o custo total passará para R\$ 43,8 bilhões, ainda abaixo do crédito extraordinário ao Orçamento de R\$ 51,6 bilhões solicitado pelo governo com a MP 936. A entidade do Senado alerta para o fato de que suas estimativas dependem do comportamento da economia. Se

a atividade econômica se recuperar nos próximos meses, o custo do BEm irá diminuir, pois menos empresários deverão recorrer à suspensão de contratos ou à redução da jornada e de salários.

Para que a despesa atingisse, com as regras e prazos originais, os R\$ 51,6 bilhões projetados pelo governo, o estudo da IFI, de autoria do analista Alessandro Casalecchi, diz que seria preciso que 82% dos empregos privados formais fossem cobertos pelo programa, “situação que consideramos improvável”.

A projeção da IFI para custo do BEm levou em consideração que 15 milhões de empregos serão preservados. A escolha do quantitativo, de acordo com o texto, foi fundamentada em exercícios que buscaram aproximar o movimento de adesão que ainda deverá ocorrer nos próximos meses.

Na sexta-feira passada, o portal do Programa Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda (PEMER) informava que os acordos celebrados entre empresários e trabalhadores tinham preservado, até aquele momento, 12,094 milhões de empregos.

A IFI diz que não está claro quantos empregos o governo espera preservar com o programa, pois, na exposição de motivos da medida provisória 936, foi indicado o número de 24,5 milhões de empregos, enquanto em outras páginas oficiais, é citado o número de 8,5 milhões.

Em seu estudo, a IFI constatou que a suspensão de contratos de trabalho caiu de 54% para 46% do total e as reduções de 70% da jornada e do salário subiram de 12% para 19% no período de 26 de maio a 29 de junho. A entidade considera que esse movimento pode ter ocorrido porque o prazo máximo da suspensão dos contratos é, pelas regras atuais, de dois meses.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

Governo do Rio tenta evitar federalização da Cedae

estado tenta ampliar prazo para pagamento do empréstimo de R\$ 4,4 bilhões com o BNP Paribas que vence em 21 de dezembro

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

06/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O governo fluminense negocia com o banco BNP Paribas uma ampliação de prazo para o pagamento do empréstimo de R\$ 4,4 bilhões que vence em 21 de dezembro, como forma de tentar evitar a federalização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae). Mas o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), já admite privadamente ceder à União uma fatia no capital da companhia, desde que o Estado permaneça no controle do negócio.

O Estado do Rio estendeu por mais 30 dias o prazo para a consulta pública do edital e acrescentou uma terceira audiência ao processo. A primeira audiência foi realizada em 25 de junho, pela internet, e a próxima está marcada para hoje, também de forma remota. “Inevitavelmente, vamos ter uma prorrogação do prazo previsto”, diz o secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, Marcelo Lopes, sem contudo bater o martelo sobre o adiamento da licitação para 2021.

Pelo cronograma do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a licitação de quatro blocos de municípios hoje atendidos pela Cedae ocorreria em dezembro. “Do ponto de vista técnico, não acredito que consigam concluir este ano”, diz Rodrigo Bertocelli, sócio do Felsberg Advogados, e um dos integrantes do consórcio que assessora o BNDES na licitação de serviços de saneamento da Região Metropolitana de Maceió.

Pela escala do leilão de concessões da Cedae, que abrangeria 64 municípios e investimento total de R\$ 33,5 bilhões ao longo de 35 anos, os participantes potenciais teriam muitas contribuições técnicas e considerações mercadológicas a aportar na fase de “market sounding” (consulta de mercado), posterior às consultas públicas e anterior à publicação do edital, acredita Bertoccelli. “No caso de Alagoas, recebemos 300 questões em quatro dias”, conta ele, referindo-se às consultas de potenciais interessados no negócio.

“No momento, tem um milhão de grupos empresariais mexendo nisso [edital] com o governo”, critica um deputado estadual que pediu para não ter seu nome divulgado. Com o cargo ameaçado por um processo de impeachment, Witzel dificilmente terá força política para tirar do papel as concessões de saneamento, seja este ano ou no restante do seu governo, analisa o parlamentar.

A insistência em levar o processo adiante angaria antipatias não só entre os funcionários da Cedae mas entre parlamentares que têm indicados dentro da companhia, acrescenta a fonte, que acompanhou em junho reunião entre o governador e parlamentares, na Alerj. Witzel reconheceu que poderia abrir mão de parte da companhia em favor do governo federal. “Mas o Estado continuaria como decisor”, acrescenta o deputado.

A fatia no capital da Cedae seria equivalente aos R\$ 4,4 bilhões devidos aos BNP Paribas, que - em caso de inadimplência do Estado do Rio - seria pago pela União. O empréstimo, no valor original de R\$ 2,9 bilhões, foi contraído em 2017. Uma forma de evitar a federalização ainda que parcial seria prorrogar o vencimento da dívida, sustenta o secretário Lopes.

“Por mais que ocorresse o não cumprimento da obrigação, a Cedae não estaria federalizada no dia seguinte”, ressalta Lopes. “A União teria de efetuar todo um procedimento para promover a execução dessa garantia. E isso demanda tempo”. Ele reconhece que o cronograma adotado para a licitação foi “bem apertado” e depende de uma variedade de fatores, inclusive da adesão voluntária de prefeituras que não pertencem à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. “Estamos fazendo ajustes no cronograma, em conjunto com o BNDES. E estamos conversando com o BNP Paribas”, diz o secretário.

Sócio do escritório T auil & Chequer Advogados para a área de infraestrutura, Mario Saadi enxerga condições favoráveis à realização do certame este ano tanto em termos de prazo, como na esfera política e na econômica. Na visão dele, joga a favor do leilão a busca dos governos, em diferentes níveis, por uma agenda de medidas anticíclicas, capaz de amenizar os efeitos da crise atual. “O fiel da balança para saber se o leilão da Cedae vai acontecer este ano ou não é o interesse do mercado. Qual o interesse das empresas no contexto atual?”, questiona.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Adeus, rosto enrugado! Pesquisadores liberam ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
PHYTOPHEN CAPS

LINK PATROCINADO

Descubra como economizar até 67% em suas vendas online com uma mudança simples em sua página!
HUBSALE

LINK PATROCINADO

Descubra como o cálculo revisional te ajuda a se livrar dos juros abusivos do seu financiamento
REIS REVISIONAL

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Presidente da Cielo nega que companhia tenha intenção de fechar capital ou ser vendida

Relatório do Tesouro aponta ‘rombo’ de R\$ 3,6 tri da União

Valor é o passivo a descoberto do governo; perda com Fies deve chegar a R\$ 23 bilhões

Por Edna Simão — De Brasília

06/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Passivo a descoberto

Patrimônio líquido negativo vem crescendo nos últimos anos e no fim do primeiro tri chegou a R\$ 3,6 trilhões



Com a disparada das provisões com perdas de ações judiciais e de despesas com “aposentadorias” e pensões de militares no longo prazo, a União encerrou o primeiro trimestre deste ano com um “passivo a descoberto” de R\$ 3,6 trilhões. Isso quer dizer que se o país precisasse vender todos os seus ativos como imóveis, empresas para cobrir seu passivo ainda teria uma dívida de R\$ 3,6 trilhões.

A tendência é que esse “rombo” continue crescendo especialmente neste ano devido às medidas anunciadas pelo governo federal para minimizar os efeitos da pandemia de covid-19.

Segundo o coordenador-geral de Contabilidade da União do Tesouro Nacional, Heriberto Vilela do Nascimento, o patamar desse passivo a descoberto só reforça a necessidade de aprovação de reformas para não transferir essa elevada conta para gerações futuras. “Mas não quer dizer que somos insolventes”, frisou. Ele destacou ainda que o dado negativo mostra o impacto patrimonial de políticas adotadas pelo governo. Por exemplo, até o final de junho, a perda estimada para o governo com o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) era de R\$ 23 bilhões. Em dezembro de 2019, chegava a R\$ 17,4 bilhões.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Para reverter a tendência do passivo a descoberto, o técnico do Tesouro ressaltou a importância de aprovação de reformas para controlar o crescimento das despesas, déficits e dívidas, adoção de mecanismos para reduzir os riscos de impacto das ações judiciais contra a União, controle o crescimento com gasto com pessoal e previdenciário e melhorar a gestão dos ativos. A equipe econômica tem dito que após a pandemia o país precisa voltar a agenda de reformas como por exemplo a tributária. A austeridade fiscal, o que ajudaria a reduzir esse passivo a descoberto, será possível apenas no ano que vem.

Relatório Contábil do Tesouro Nacional, repassado ao **Valor**, que faz uma análise dos Ativos, Passivos e Fluxos Financeiros da União, já mostra uma piora da diferença entre o total de ativos e passivos da União de dezembro até março, mesmo sem captar os efeitos da crise. Em dezembro de 2019, o passivo a descoberto foi de R\$ 2,982 trilhões, um aumento nominal de 23,4% em relação a 2018 - quando essa diferença entre ativo e passivo correspondia a R\$ 2,416 trilhões. No fim do primeiro trimestre, já havia chegado a R\$ 3,6 trilhões.

O patrimônio líquido negativo da União é resultado de ativos no valor de R\$ 5,597 bilhões e passivos de R\$ 8,579 trilhões ao final de 2019. O aumento sistemático dos passivos vem ocorrendo com a inclusão gradual novas despesas para se ajustar as normais internacionais. O processo de convergência termina em 2021 mas a maior parte das mudanças já foram implementadas dando uma noção mais clara sobre o tamanho do passivo a descoberto da União.

Os ajustes fizeram com que somente a provisão de passivos saltasse de R\$ 1,686 trilhão em 2018 para R\$ 2,703 trilhões em 2019. No período, se destacou o aumento expressivo das provisões para perdas judiciais e administrativas, que saltaram de R\$ 169,9 bilhões em 2018 para R\$ 681,2 bilhões no ano passado. Esse aumento se deve à mudança nos critérios de classificação das demandas judiciais. Os temas classificados como de perda provável, que passaram a entrar no balanço, aumentando de forma considerável o risco dessas ações judiciais nas finanças públicas. Por exemplo, foi incluído nas provisões a provável perda de R\$ 246 bilhões com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

O técnico do Tesouro ainda destacou a preocupação crescente da União quanto às perdas judiciais se concretiza com o crescimento dos valores pagos de precatórios, que tiveram acréscimo de 12,69% em 2019, em relação a 2018, e de 59,88%, se comparado a 2015. Da mesma forma, os valores a pagar apresentaram um acréscimo de 18,68% em 2019, comparado a 2018, e de 88,72% ante 2015.

O relatório do Tesouro aponta que o estoque administrado de créditos tributários e de dívida ativa apresenta um montante expressivo (R\$ 4,253 trilhões). No entanto, a expectativa média de recuperação é baixa, em torno de 15%, ou seja, R\$ 640 bilhões. “15% de recuperação é um problema, muitas vezes decorrente de uma legislação benevolente para os contribuintes”, disse Nascimento, citando como o exemplos os sucessivos parcelamentos especiais como Refis.

Especificamente em relação à Previdência, é inequívoca a existência de déficits relevantes nos regimes geral e próprio de previdência dos servidores, bem como no sistema de proteção social dos militares. Nesse sentido, o relatório apresenta a evolução dos déficits financeiro e atuarial de cada regime. A projeção atuarial do déficit previdenciário do regime geral de previdência social para 2020 é de 3,04% do PIB e poderá chegar a 7,65% do PIB em 2060.

O relatório anterior à reforma da Previdência estimava um déficit de 11,64% do PIB para o mesmo ano. Ou seja, a reforma amenizou, mas não conteve o crescimento do déficit projetado para os próximos anos. “A reforma da Previdência minimizou o déficit mas não resolveu o problema”, frisou, acrescentando que o equilíbrio nas contas do sistema previdenciário ajudaria a reduzir o patrimônio negativo do país.

No que diz respeito ao aumento da estimativa de perdas do governo com o Fies, o relatório Tesouro informa que mudança na atualização do valor dos ativos, em 2018, com o objetivo de representar o valor total da dívida decorrente da evolução dos financiamentos junto aos agentes financeiros, fez com que a estimativa de perdas fosse calculada em R\$ 17,4 bilhões em 31 de dezembro de 2019, resultando no valor líquido dos créditos a receber de R\$ 90,7 bilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
PHYTOPHEN CAPS

LINK PATROCINADO

Mulher domina rugas na pele e parece 28 anos mais jovem
VIVAH RETINOL

LINK PATROCINADO

Descubra como o cálculo revisional te ajuda a se livrar dos juros abusivos do seu financiamento
REIS REVISIONAL

LINK PATROCINADO

Adeus, rosto enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

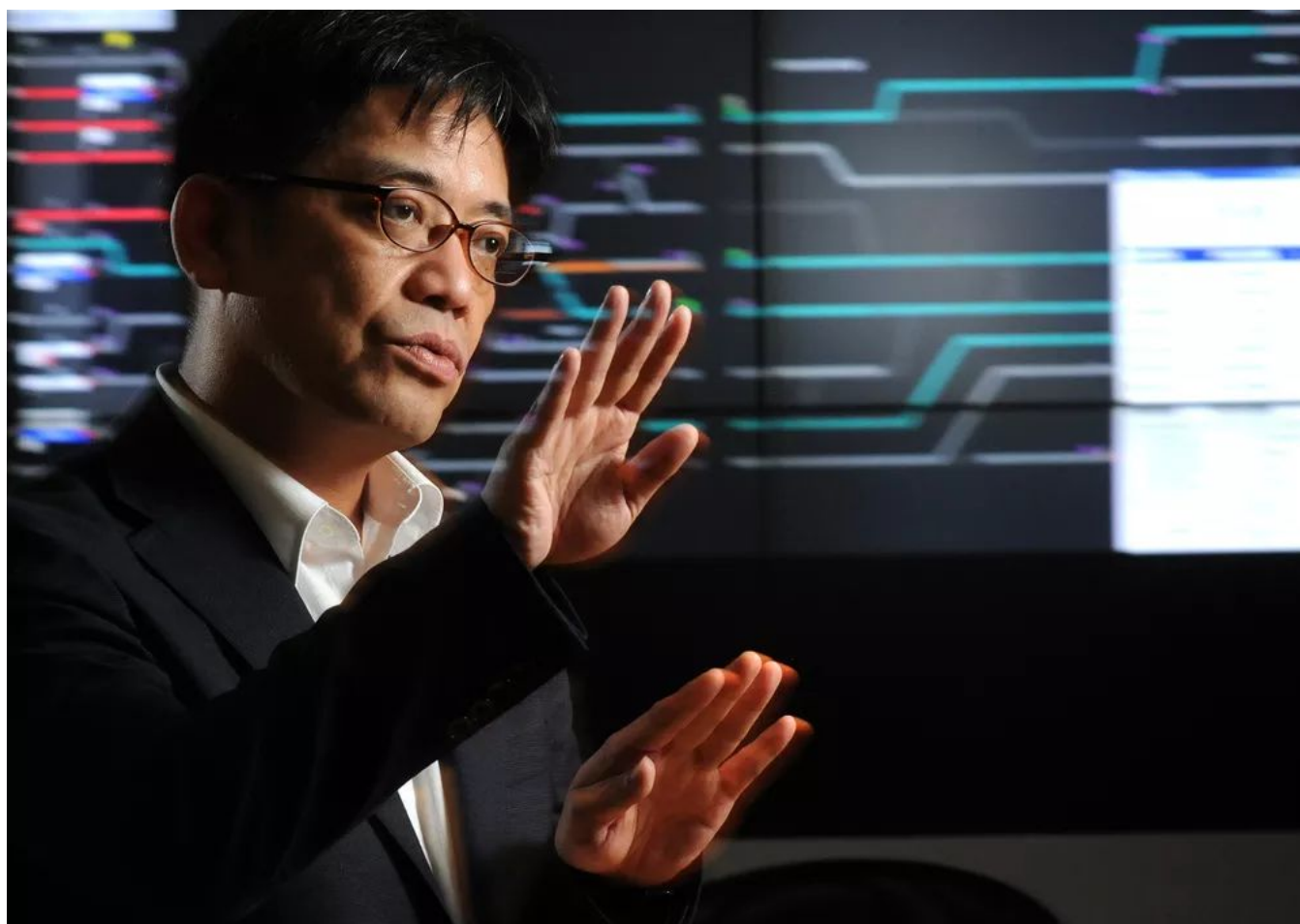
Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.
PROST+ACTIVE

SuperVia alerta para risco de colapso financeiro em agosto

Operadora de serviços de trens urbanos do Rio pode ficar sem recursos para continuar trabalhando

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

06/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



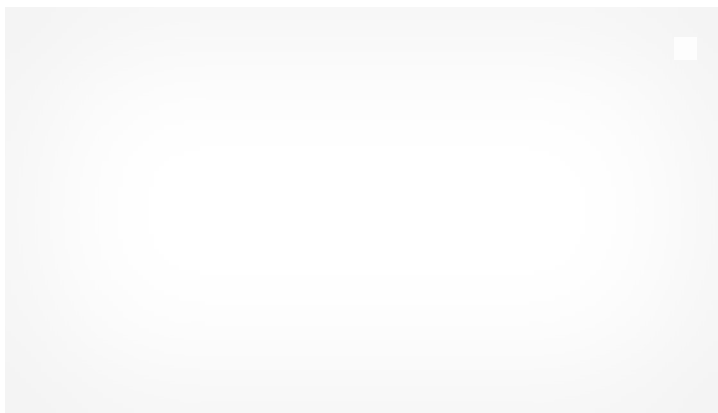
Ota, presidente da Gumi, braço de mobilidade urbana da Mitsui: grupo pede a definição de um marco legal para mobilidade — Foto: Divulgação

Contabilizando perdas mensais de R\$ 30 milhões por causa das medidas de isolamento social, a SuperVia, empresa que opera serviços de trens urbanos na região metropolitana do Rio de Janeiro, pode entrar em colapso financeiro na primeira quinzena de agosto. Foi o que afirmou ao **Valor** o presidente da Gumi, braço de mobilidade urbana da Mitsui e principal acionista da concessionária, Kazuhisa Ota.

Nessa situação-limite, a empresa ficaria incapacitada de fazer pagamentos. Dessa forma, poderia ter dificuldades em operar.

O fato já foi comunicado ao governo do Rio de Janeiro e ao governo federal. Tem também sido objeto de reuniões frequentes com o BNDES. O banco detém créditos de R\$ 700 milhões no negócio. Além disso, é acionista, com 3,5% do capital.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

“Estamos com um grande buraco no caixa”, disse o executivo. Antes da pandemia, o movimento na SuperVia era de 600 mil passageiros ao dia. Com as medidas de isolamento, caiu para 200 mil. De março até meados de junho, a empresa perdeu R\$ 102 milhões em tarifas, informou. Mas, nesse período, os custos permaneceram mais ou menos os mesmos.

E esse é um quadro que não será revertido tão cedo, acredita. Até o fim do ano, a perda estimada chega a R\$ 285 milhões.

A SuperVia protocolou em abril um pedido de reequilíbrio econômico-financeiro junto ao responsável pelo contrato, que no caso é o governo do Rio de Janeiro. No entanto, ciente da difícil situação de caixa do Estado, a empresa tem buscado também apoio no governo federal.

O **Valor** apurou que o governo federal discute um mecanismo para apoiar não só a SuperVia, mas também outros empreendimentos em mobilidade urbana, igualmente afetados pela pandemia. Há discussões no Ministério da Economia que poderão envolver recursos do Tesouro Nacional. No entanto, ainda não há nada fechado.

“O governo federal está pensando seriamente no problema”, reconheceu o presidente da Mitsui, Shingo Sato. “Mas essa não é uma questão tão simples.”

A falta de solução no curto prazo, porém, pode ter consequências nos futuros investimentos do grupo no Brasil, afirmou. O grupo Mitsui, que está no Brasil há 60 anos e já investiu aqui R\$ 55 bilhões, tem interesse em participar de novos empreendimentos, como as privatizações de CBTU e Trensurb, duas operadoras de transporte metropolitano de passageiros incluídas na carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

“Todos os projetos são muito atraentes e interessantes”, afirmou Sato. “Mas, quando acontecer alguma coisa, como fica esse contrato?” Ele afirmou ser necessário dar segurança aos investidores. “Os problemas existentes nos investimentos já feitos, como a SuperVia, precisam ser resolvidos e garantidos de maneira razoável.”

Em contraste com a situação da SuperVia, Sato disse que outra concessão de transporte ferroviário urbano operado pela Mitsui, no Reino Unido, já recebeu um apoio financeiro para se reequilibrar após a perda de passageiros.

A Mitsui, disse ele, tem a mobilidade como um componente importante de sua estratégia no Brasil. Na sexta-feira, o **Valor** noticiou uma parceria da empresa com a Toyota para operar carros compartilhados e combinados com transporte urbano de massa.

Nesse cenário, a SuperVia é uma ponta de lança para outros investimentos em mobilidade no Brasil. O consórcio que a opera investiu R\$ 800 milhões para comprar a parte da Odebrecht no negócio. Em sua composição estão a Japan West Railway, operadora de transportes no Japão, e o fundo Join, de US\$ 900 milhões, específico para investimentos em mobilidade.

A ideia é repetir a parceria em outros empreendimentos. Mas, para isso, a SuperVia precisa ir bem. Sato defende, além disso, que haja um marco legal federal para as concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) na área de mobilidade, a exemplo do que acaba de ser feito para o saneamento básico. Seriam normas gerais a serem seguidas por Estados e municípios, que são os responsáveis por esses serviços. O executivo acha que dessa forma haveria mais segurança jurídica para os investidores.

O governo federal conta com investimentos privados, sobretudo os estrangeiros, para reanimar a atividade econômica no pós-pandemia. Mas, além de situações não resolvidas como a da SuperVia, há também o problema da imagem negativa do Brasil por causa do desmatamento.

“Também atrapalha”, disse Ota. Ele explicou que investidores financeiros normalmente cobram diretrizes para o meio ambiente dos empreendimentos em que colocam recursos.

“Não vamos pensar em parar”, reagiu o secretário de Transportes do Rio de Janeiro, Delmo Pinho, ao ser questionado se tem um plano de contingência para uma eventual paralisação da SuperVia. Ele ressaltou que existem obrigações contratuais de ambos os lados.

O Estado também conta com a ajuda federal para resolver o problema. Rio, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco negociam com o governo federal uma injeção emergencial de R\$ 10 bilhões para socorrer as empresas de mobilidade este ano. Em troca, sugerem uma total reformulação do sistema de transporte de passageiros no Brasil.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador
PHYTOPHEN CAPS